

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG

ALEXANDRE SILVA NOGUEIRA

**SISTEMAS DE STATUS E CONTROLE SOCIAL NO INTERIOR DO
MOVIMENTO DE LUTA POR
MORADIA DE BELO HORIZONTE-MG (1985 – 1995): análise a partir de uma
perspectiva Neoestrutural**

Belo Horizonte – MG, 2016

ALEXANDRE SILVA NOGUEIRA

**SISTEMAS DE STATUS E CONTROLE SOCIAL NO INTERIOR DO
MOVIMENTO DE LUTA POR
MORADIA DE BELO HORIZONTE-MG (1985 – 1995): análise a partir de uma
perspectiva Neoestrutural**

Versão final

Dissertação de Mestrado defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Segundo Salej Higgins.

Coorientador: Prof. Dr. Dimitri Fazito de A. Rezende.

Belo Horizonte – MG, 2016

301
N778s
2016

Nogueira, Alexandre Silva

Sistemas de status e controle social no interior do movimento de luta por moradia de Belo Horizonte-MG (1985 – 1995): [manuscrito] : análise a partir de uma perspectiva neoestrutural / Alexandre Silva Nogueira. - 2016.

169 f. : il.

Orientador: Silvio Segundo Salej Higgins.

Coorientador: Dimitri Fazito de Almeida Rezende.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.Sociologia – Teses . 2.Movimentos sociais – Teses. 3. Direito à moradia - Teses. 4. Coesão – Teses. I.Higgins, Silvio Salej. II. Rezende, Dimitri Fazito de Almeida. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



Programa de Pós Graduação em Sociologia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

ALEXANDRE SILVA NOGUEIRA

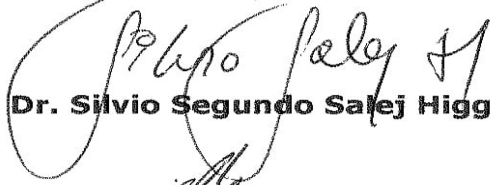
Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de fevereiro 2016 (dois mil e dezesseis), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado, intitulada: **“Sistemas de status e controle social no interior do movimento de luta por moradia de Belo Horizonte-MG (1985-1995): análise a partir de uma perspectiva neoestrutural”**. A banca foi composta pelos professores doutores **Silvio Segundo Salej Higgins** (Orientador - DSO/UFMG), **Dimitri Fazito Rezende** (Co-orientador - DSO/UFMG), **Ricardo Fabrino Mendonça** (DCP-UFMG) e **Djalma Eudes dos Santos** (Prefeitura de Belo Horizonte).
Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:


Aprovação (X)


Reprovação da Dissertação ()

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2016.


Prof. Dr. Silvio Segundo Salej Higgins (Orientador / DSO-UFMG)


Prof. Dr. Dimitri Fazito Rezende (Co-orientador / DSO-UFMG)


Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça (DCP-UFMG)


Dr. Djalma Eudes dos Santos (Prefeitura de Belo Horizonte)

*À minha avó, Francisca,
minha mãe, Terezinha, e meus irmãos,
Alana, Amaury e Adelaine.*

Agradecimentos

Não escrevi esta dissertação sozinho, ela foi possível graças ao apoio que recebi de uma porção de gente. Agradeço primeiramente à minha querida avó, Francisca, que me guiou nos meus primeiros passos no caminho da alfabetização e da formação escolar. Nessa trajetória, de igual importância foi a ajuda, o carinho e dedicação da minha mãe, Terezinha. Eu não chegaria aqui sem os seus esforços para me tornar um aluno dedicado e exemplar. Agradeço também o apoio e o companheirismo de meus irmãos, Adelaine e Amaury, e a alegria e serenidade proporcionada pela irmãzinha que recém-chegou, Alana. Fundamentais para a consecução deste trabalho foram meu Orientador, Silvio Salej, e meu Coorientador, Dimitri Fazito. Agradeço muitíssimo o apoio, a disponibilidade e os ensinamentos que eles me ofertaram em mais essa etapa da minha formação como Sociólogo. Por último, agradeço a todos os amigos e amigas que estiveram comigo nessa jornada: os amigos e amigas da UFMG, da Moradia Universitária, do futebol e, especialmente, os amigos e amigas da Pós-Graduação em Sociologia da UFMG, do CESAP – Centro de Estudos de Sociologia Antônio Augusto Pereira Prates – e do GIARS – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Análise de Redes Sociais –, os quais tornaram minha passagem pelo Mestrado mais divertida e ainda mais rica intelectualmente.

“[...] Desvie-se do individualismo e do holismo e vá em direção ao realismo relacional. Reconheça que uma parte substancial da realidade social consiste de transações entre unidades sociais, que essas transações cristalizam-se em laços, que elas moldam as unidades sociais envolvidas e se concatenam em estruturas variáveis”

Tilly, Charles (2002)¹

1 Tradução própria.

Resumo

Este trabalho tem dois objetivos principais: por um lado, visa entender as condições de funcionamento de um movimento social - o Movimento de Luta por Moradia de Belo Horizonte-MG entre os anos 1985 e 1995 - a partir da investigação de dois eixos analíticos, o do “poder” e o da “coesão social”; e por outro, visa entender como se dão os processos de controle social lateral dentro desse movimento e como as dinâmicas de poder e de coesão social afetam esses processos. A investigação das dinâmicas de poder e coesão – assim como de seus impactos sobre os mecanismos de controle social – é aqui realizada a partir da perspectiva Neoestrutural. Ao seguir essa perspectiva, reivindica-se a importância que tem o exame das estruturas de interação social (estruturas sociais) de um movimento para o entendimento de suas condições de funcionamento e de seu sucesso enquanto fenômeno de ação coletiva. Ao mesmo tempo, quando se segue tal perspectiva, reconhece-se as autonomias e interdependências que essas “estruturas sociais” guardam para com a dimensão “cultural” e a dimensão da “agência humana”. Tendo isso em vista, buscou-se aqui explicar as condições de funcionamento – dinâmicas de poder e de coesão social - do Movimento de Luta por Moradia de BH (1985-1995) por meio da modelagem de seus processos interativos mais básicos. Esses processos interativos abarcam quatro dimensões ou domínios relacionais do movimento: o domínio das relações de reconhecimento/status; o domínio das relações de confiança; o domínio das relações de colaboração; e o domínio das relações de controle social lateral. Para operacionalizar as trocas que perfazem esses domínios relacionais foi usada a técnica de Análise de Redes Sociais (ARS). A aplicação de entrevistas semiestruturadas e questionários sociométricos em 17 lideranças do movimento possibilitou a reconstrução de quatro redes sociais, uma para cada um dos domínios supracitados. Tendo por base os relatos das lideranças e usando-se de métricas específicas da ARS, descobriu-se que as redes do movimento apresentavam um grau considerável de “fechamento” e que as dinâmicas de coesão do movimento – ao menos no domínio das relações de controle social lateral - estavam na interseção de duas tendências distintas: por um lado, havia uma dinâmica de coesão baseada na formação de “facções” em torno das organizações aglutinadoras; e, por outro, uma dinâmica de coesão do tipo “centro/periferia”. Em termos das dinâmicas de poder, os dados mostram que uma elite de lideranças ocupava as posições mais centrais em todos os domínios de rede investigados. Os membros dessa elite eram também os maiores *brokers* do movimento, sendo os responsáveis por ligar as diversas alas e facções existentes. Essa posição vantajosa nas hierarquias de poder, por sua vez, era fundamental para a vigência dos mecanismos de controle social lateral, já que as lideranças com maior “poder” eram também as mais encarregadas de “guardar a ação coletiva”. Além das diferenças nas hierarquias de poder, outro fator que sustentava os mecanismos de controle social lateral era a homofilia em termos do pertencimento às organizações aglutinadoras: os relatos das lideranças e outros dados coletados sobre o movimento sugerem que essa importância da homofilia pode estar ligada ao fato de que lideranças de uma mesma organização tendiam a estar mais coesas em diversos domínios de interação. Essa coesão multiplexa entre os atores de uma mesma organização ajudava, de formas variadas, a abaixar os custos (e a aumentar as chances de sucesso) do exercício do controle, funcionando, dessa forma, – junto às hierarquias de poder – como solução para o “problema do carona de segunda ordem”.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Análise de Redes. Coesão. Poder. Controle Social.

Abstract

This thesis has two main objectives: on the one hand, it aims at understanding the functioning conditions of a social movement - the Housing Movement of Belo Horizonte-MG between 1985 and 1995 - based on the investigation of two analytical axes, that of "power" and that of "social cohesion"; and on the other hand, it aims to understand how the processes of lateral social control take place within this movement and how the dynamics of power and social cohesion affect these processes. The investigation of the dynamics of power and cohesion, as well as their impacts on the mechanisms of social control, is carried out here from the Neo-Structural perspective. By following this perspective it is claimed the importance of examining the social interaction structures (social structures) of a movement to understand their functioning conditions and their success as a phenomenon of collective action. At the same time, when this perspective is followed, the autonomies and interdependencies that these "social structures" have with the "cultural" dimension and the dimension of "human agency" are recognized. With this in view, we sought to explain the functioning conditions - dynamics of power and social cohesion - of the Housing Movement of Belo Horizonte-MG (1985-1995) by modeling its most basic interactive processes. These interactive processes encompass four dimensions or relational domains of the movement: the domain of recognition/status relations; the domain of trust relations; the domain of collaborative relationships; and the domain of lateral social control relations. In order to operationalize the exchanges that make up these relational domains, the technique of Social Network Analysis (SNA) was used. The application of semi-structured interviews and sociometric questionnaires to 17 leaders of the movement made possible the reconstruction of four social networks, one for each of the aforementioned domains. Based on the reports of the leaders and using specific SNA metrics, it was found that the networks of movement had a considerable degree of "closure" and that the dynamics of cohesion of the movement - at least in the domain of lateral control relations - were located at the intersection of two distinct trends: on the one hand, there was a cohesion dynamic based on the formation of "factions" around the agglutinative organizations; and, on the other, a "center / periphery" cohesion dynamic. In terms of power dynamics, the data show that a leadership elite occupied the most central positions in all network domains investigated. The members of this elite were also the biggest brokers of the movement, being responsible for connecting the various wings and factions. This advantageous position in power hierarchies, in turn, was fundamental for the validity of lateral social control mechanisms, since the leaders with more "power" were also the ones in charge of "guarding collective action". In addition to the differences in power hierarchies, another factor that supported the mechanisms of lateral social control was homophilia in terms of belonging to agglutinating organizations: leaders' reports and other data collected about the movement suggest that this importance of homophilia may be linked to the fact that leaders of the same organization tended to be more cohesive in various domains of interaction. This multiplex cohesion among the actors of the same organization helped, in a variety of ways, to lower the costs (and increase the chances of success) of the exercise of control, thus functioning - along with hierarchies of power - as a solution for the "second-order free-rider problem".

Keywords: Social Movements. Network Analysis. Cohesion. Power. Social Control.

Lista de Figuras:

Figura 1: Tipologia de poder (Knoke, 1990)

Figura 2 - Rede de status

Figura 3 - Rede de colaboração

Figura 4 - Rede de confiança

Figura 5 - Rede de controle social lateral

Figura 6 - Análise de facções

Figura 7 - Exemplo de “equivalência estrutural”

Figura 8 - Análise de Equivalência Estrutural da rede de “controle social lateral”

Figura 9 - Rede de controle social completa

Figura 10 - Rede completa sem os 7 maiores *brokers*

Figura 11 - Rede de controle social (sem os laços fracos)

Figura 12 - Rede de controle social (sem os laços fracos), sem os 7 maiores *brokers*

Figura 13 - Diferentes formas de ser um *broker*

Figura 14 - rede de controle social lateral com o *InDegree* de cada nodo

Figura 15 - rede de controle social lateral com o *OutDegree* de cada nodo

Figura 16 - Modelo de Centro/Periferia: rede de controle social lateral “binarizada” (completa - à esquerda – e “sem laços fracos” - à direita)

Figura 17 - Modelo de Centro/Periferia: rede de controle social lateral “valorada” (completa - à esquerda – e “sem laços fracos” - à direita)

Figura 18 - Diagrama de clusterização da matriz de coparticipação dos atores ao longo dos cliques (rede de controle social lateral, sem os laços fracos)

Figura 19 - Diagrama de clusterização da matriz de coparticipação dos atores ao longo dos cliques (rede de controle social lateral, com os laços fracos)

Figura 20 - *Coreness* (rede de controle social lateral “valorada”, à esquerda, e rede de controle social lateral “sem laços valorados”, à direita)

Lista de tabelas:

Tabela 1 - Densidade (rede completa)

Tabela 2 - Densidade da rede sem laços múltiplos (rede simplificada)

Tabela 3 – Distâncias geodésicas (rede completa)

Tabela 4 - Tabela de densidades (densidade dentro e entre facções)

Tabela 5 – Correlação de Pearson entre os *InDegree* das redes de status(1), colaboração(2) e confiança(3)

Tabela 6 - *Betweenness* (rede de controle social completa)

Tabela 7 - Múltiplas medidas de buraco estrutural (da rede simplificada) tendo como referência a rede do ego

Tabela 8 - Múltiplas medidas de buraco estrutural (da rede completa – com laços valorados) tendo como referência a rede do ego

Tabela 9 – *Brokerage* a partir da abordagem de Gould & Fernandez (1989) (rede de controle social completa)

Lista de abreviaturas e siglas:

AMABEL - Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte
AVSI - Associazione Volontari per il Servizio Internazionale
BNH - Banco Nacional da Habitação Federal
CASA - Centro de Apoio aos Sem Casa
CGT - Central Geral dos Trabalhadores
CHISBEL - Coordenação de Habitação de Interesse Social
CMH - Conselho Municipal de Habitação
COHAB - Companhia de Habitação
CUT - Central Única dos Trabalhadores
FAMOBH - Federação de Associações de Moradores de Belo Horizonte
FAVIFACO - Federação das Associações de Vilas, Favelas e Conjuntos
FCP - Fundação da Casa Popular
FERROBEL - Companhia Ferro de Belo Horizonte
IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil
IAP - Institutos de Aposentadoria e Pensões
MLM – Movimento de Luta por Moradia
OP - Orçamento Participativo
OPH - Orçamento Participativo da Habitação
POR - Orçamento Participativo Regional
PAE - Plano de Atendimento Emergencial
PBH - Prefeitura de Belo Horizonte
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PRODECOM - Programa de Desenvolvimento de Comunidades
PROFAVELA - Programa Municipal de Regularização de Favelas
PT - Partido dos Trabalhadores
PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SE4 - Setor Especial 4
SMHAB - Secretaria Municipal de Habitação

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

URBEL - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

UTP - União dos Trabalhadores da Periferia

SUMÁRIO:

Capítulo 1. Introdução.....	16
1.1 Poder e coesão social.....	17
1.2 Poder, coesão social e controle social.....	20
1.3 Poder, coesão social e capital social.....	23
Capítulo 2. Abordagens teóricas: por uma análise Neoestrutural dos movimentos sociais.....	29
2.1 Abordagens utilitaristas.....	31
2.2 Abordagens estruturalistas.....	32
2.3 Alternativas para a tensão “estrutura/ação”: abordagens construtivistas e neoestruturais.....	36
2.4 Análises neoestruturais da ação coletiva.....	40
2.5 Encaminhamentos para a pesquisa.....	45
2.6 Perguntas de pesquisa.....	48
Capítulo 3. Contextualização histórica da luta por moradia em Belo Horizonte.....	53
3.1 Introdução à contextualização histórica.....	53
3.2 Uma breve história da luta por moradia em Belo Horizonte – MG (1897-1985).....	54
3.2.1 O interregno da luta por moradia após 1964.....	62
3.2.2 A luta por moradia após 1974.....	63
3.3 A luta por moradia entre os anos 1985 e 1995: Descrição Geral.....	72
3.3.1 O conceito de “movimento social” e a luta por moradia em BH entre 1985 e 1995.....	72
3.3.2 FAMOBH.....	75
3.3.2.1 O envolvimento da FAMOBH com a luta dos “sem-casa”.....	77
3.3.3 AMABEL.....	81
3.3.4 Entidades surgidas na década de 90: CASA e SEMCASA.....	83

Capítulo 4. Análise Neoestrutural do Movimento de Luta por Moradia de Belo Horizonte-MG (1985 – 1995)	87
4.1 A construção do dado	87
4.1.1 Entidades presentes na rede.....	93
4.1.2 Questionário sociométrico.....	94
4.1.2.1 Rede de status.....	94
4.1.2.2 Rede de colaboração.....	95
4.1.2.3 Rede de confiança.....	96
4.1.2.4 Rede de controle social.....	96
4.2 Análise das redes: coesão social e dinâmicas de poder no interior de um movimento social.....	98
4.2.1 Dinâmicas de coesão social nas redes do movimento.....	98
4.2.2 O impacto das fronteiras organizacionais sobre a coesão do movimento.....	105
4.2.3 Dinâmicas de poder: uma elite dentro da elite.....	108
4.2.4 Um “papel social” diferenciado para a elite.....	110
4.2.5 Identificando <i>brokers</i> e sua relevância para a coesão do movimento.....	112
4.2.6 Diferentes formas de cumprir o papel de <i>broker</i>	122
4.2.7 Hierarquias de poder e mecanismos de autorregulação em uma rede de movimento ou “quem guarda os guardiões?”	129
Capítulo 5. Conclusão e considerações finais: coesão social, poder e controle social lateral.....	134
5.1 Os impactos das dinâmicas de poder e de coesão social sobre os processos de controle social lateral.....	147
Referências Bibliográficas.....	155

1. Introdução

Os estudos sobre movimentos sociais conformam uma área de pesquisa clássica dentro da Sociologia. As teorias sobre movimentos sociais têm focado em diferentes aspectos dos movimentos, desde as relações com as mudanças no ambiente político, os processos de tomada de decisão pelos atores e as bases organizacionais dos movimentos até os enquadramentos interpretativos e formas de identidade coletiva emergentes (BENFORD & SNOW, 2002; MELUCCI, 1996; TARROW, 2009; JENKINNS & FORM, 2005; MCCARTHY & ZALD, 1977; OLSON, 1999). O presente estudo foca em um aspecto em particular: aquele que compreende os **processos relacionais** existentes dentro de um movimento. Tendo em vista esse aspecto, busca-se, então, entender as dinâmicas ou **condições de funcionamento** de um movimento social – o Movimento de Luta por Moradia de BH-MG entre 1985 e 1995 – a partir da investigação de dois eixos analíticos: o do **poder** e o da **coesão social**.

Ao pensarmos as dinâmicas de funcionamento de um movimento social com foco nos processos relacionais que compõem o mesmo, estamos contribuindo para (e seguindo) uma abordagem específica dos estudos de ação coletiva: a “**abordagem relacional**”, segundo Diani (2003), ou “**abordagem Neoestrutural**”, segundo Lazega (2015; 2009; 2013). Vamos dar preferência ao termo “Neoestrutural” para definir a abordagem analítica e teórica que guia esta pesquisa pelo fato deste termo denotar uma tradição de pesquisa que vê quase como indispensável o uso da técnica de **Análise de Redes Sociais** na explicação das dinâmicas de **ação coletiva**. Lazega (2015; 2009; 2013) é um dos proponentes do conceito de “Sociologia Neoestrutural”. Essa abordagem, segundo ele, procura analisar os processos de mudança e reprodução social, particularmente os fenômenos de ação coletiva, a partir da integração de três dimensões básicas: **estrutura, cultura e agência** (individual e coletiva); mas faz isso atribuindo um lugar central à Análise de Redes Sociais. Em um texto de 2015, ele afirma:

a **sociologia neoestrutural** é definida aqui como uma abordagem que faz as mesmas distinções analíticas [entre agência, estrutura e cultura], mas usando [da técnica de] **Análise de Redes**, combinada com outros

métodos, para enriquecer as teorias da ação individual e coletiva. Ela faz isso modelando processos sociais genéricos como solidariedade e exclusão, controle e resolução de conflitos, socialização e aprendizagem coletiva, e regulação e institucionalização, baseando-se em definições específicas de reflexividade, contextualização e julgamentos de adequação (LAZEGA, 2015, p.114).

1.1 Poder e coesão social

Um dos objetivos centrais desta pesquisa, qual seja, explicar as **condições funcionamento** de um movimento social em termos das dinâmicas de poder e de coesão social que emergem a partir do processo de interação, segue o programa de pesquisa lançado por Mario Diani em “*Networks and Social Movements: a research program*” (DIANI, 2003). Nesse texto, Diani propõe que as análises sobre movimentos sociais que fazem uso da ideia de “redes” devem elaborar

modelos teóricos apropriados para explicar certos padrões de rede e/ou certas obrigações dos atores em posições específicas. Com esse propósito, [o autor] chama atenção para duas importantes dimensões das redes, quais sejam, uma oposição entre **estruturas hierárquicas e descentralizadas**, por um lado, e **estruturas segmentadas e reticulares**, por outro (DIANI, 2003, p.306).

Tendo em mente essa orientação de Diani (2003), propomos uma análise do Movimento de Luta por Moradia de BH que explique tanto a organização desse movimento em termos das dinâmicas de poder e de coesão social, quanto os impactos dessas dinâmicas sobre processos de controle social existentes no movimento. Todavia, enquanto Diani (2003) pensa a estrutura em rede dos movimentos a partir das dimensões da “**centralização**” e da “**segmentação**”, usamos aqui uma conceituação diferente para tratar dessas dimensões. A dimensão da centralização será analisada a partir do conceito de “**poder**” e a dimensão da segmentação será tratada a partir do conceito de “**coesão social**”. A importância da análise dessas duas dimensões reside no fato de que elas

permitem, primeiro, entender mais claramente as **condições de ação** (e a ação efetiva) dos atores individuais durante os processos de ação coletiva, e, segundo, permitem apreender o **impacto das “estruturas sociais”** sobre o funcionamento do movimento.

Na perspectiva aqui adotada, “**estruturas sociais**” podem ser pensadas como “uma ordem ou um padrão estável de relações entre posições, [ou seja, como] um conjunto de conexões diretas e indiretas entre atores ocupando essas diferentes posições sociais” (Knoke, 1990, p.11). Emirbayer & Goodwin (1996, p.367) definem a estrutura social – ou, segundo eles, “contextos socioestruturais”² - como “aqueles padrões de relações sociais que compreendem um contexto interpessoal e interorganizacional de ação. Tais padrões têm a ver com os tipos de configurações de laços sociais que são estudados hoje pelos praticantes da Análise de Redes”. É possível pensar que outras formas de estruturas também impactem a ação individual e coletiva; podemos citar, por exemplo, a importância das “**estruturas culturais**” - ou “contextos culturais”, segundo (EMIRBAYER & GOODWIN, 1996). Não negamos nem deixamos de lado o impacto que a cultura e outras estruturas presentes no ambiente – (EMIRBAYER & GOODWIN, 1996) - têm sobre a ação social. Entretanto, procuramos neste trabalho dar um destaque maior aos efeitos que as estruturas sociais/relacionais têm sobre a capacidade de **ação dos agentes** individuais e coletivos e sobre determinados elementos de cunho cultural, como as identidades coletivas e os enquadramentos interpretativos. Nesse sentido, partimos de um ponto de vista próximo ao de Emirbayer & Goodwin (1994), que consideram as estruturas sociais e as estruturas (ou contextos) culturais interligadas de maneiras bastante complexas – afinal, toda relação social tem uma dimensão simbólica (FUHSE, 2009; BLUMER, 1969) -, mas, ao mesmo tempo, também atribuem certa **autonomia causal** a estes dois elementos dos contextos da ação.

Sobre o conceito de “**poder**”, este tem a ver com a capacidade de um ator controlar o comportamento dos outros atores. O “poder” existe sob duas formas: como **influência**, forma sob a qual o controle do comportamento dos outros atores depende de que estes acreditem na informação passada pelo influenciador; e como **dominação**,

2 Tradução própria.

forma na qual o controle do comportamento dos atores depende do controle que o agente dominador tem sobre recursos escassos e/ou sobre meios de impor sanções aos dominados. Partimos aqui de um entendimento bastante específico do conceito de “poder”. De um ponto de vista mais relacional, ou melhor, em termos de uma estrutura social/relacional, “poder” tem a ver com a localização dos atores em uma rede. Essas estruturas em rede podem abarcar tanto o fluxo de ideias e recursos (materiais e não materiais) valiosos para os agentes quanto o fluxo de sentimentos ou emoções (confiança, reconhecimento, etc.) que impactam nas chances dos atores acreditarem na informação que é passada pelos influenciadores (KNOKE, 1990). Atores bem posicionados em uma estrutura relacional, portanto, têm maior capacidade de manipular a circulação de ideias e recursos importantes e de fazer usos estratégicos das emoções e sentimentos que embasam as relações de determinados subgrupos sociais. É importante destacar que, à diferença de Diani (2003), o poder aqui diz mais respeito ao conceito de “**centralidade**” do que ao conceito de “centralização”. O conceito de centralidade tem a vantagem de permitir uma análise da posição de cada ator nas hierarquias de poder, enquanto o conceito de centralização está mais voltado para as desigualdades de poder existentes na rede como um todo. Além da centralidade, outro conceito que pode nos ajudar a entender o poder – ou, seja, a capacidade de um ator controlar o comportamento dos outros atores numa rede – é o de “*brokerage*”, o qual será detalhado mais adiante.

Já a **coesão social** tem a ver com aspectos mais “horizontais” do movimento. Resumidamente, coesão diz respeito a como uma rede social se encontra integrada ou fragmentada em termos das distâncias e do grau de adensamento das relações entre seus nodos. Mas além de tratar das **distâncias e densidades relacionais** na rede como um todo, a coesão social também diz respeito às dinâmicas de grupo - ou seja, aos **subgrupos, cliques** ou **facções** - que emergem em uma rede como efeito das diferenças nas distâncias ou densidades relacionais entre conjuntos específicos de nodos e seus entornos. O maior adensamento das relações dentro de um subconjunto de nodos – ou em todo o conjunto da rede - facilita a criação de identidade coletiva e a aceitação de novas normas, promove a emergência de interesses comuns, aumenta a eficiência dos mecanismos de controle social e favorece a circulação de informações, ideias e recursos

diversos entre os membros do grupo (LAZEGA, 2001; BURT, 2005; COLEMAN, 1988; BORGATTI, JONES & EVERETT, 1998; DIANI, 2003).

Essa oposição entre dinâmicas de poder e dinâmicas de coesão social é, entretanto, menos rígida do que parece. Em muitos casos as diferenças no grau de coesão de grupos específicos de atores presentes em uma rede têm efeitos diretos sobre a capacidade desses atores controlarem os comportamentos uns dos outros. Veja o caso de redes que seguem uma estrutura do tipo “**centro/periferia**”. Nessas redes a dinâmica básica de coesão vigente é a formação de um núcleo de atores muito conectado internamente – ou seja, com alta densidade relacional – e de uma periferia de atores que tem poucas conexões (ou, idealmente, nenhuma conexão) entre si, mas tem muitas relações com o núcleo. Uma dinâmica de coesão desse tipo claramente afeta as hierarquias de poder, já que os atores do núcleo/centro da rede têm maior capacidade de controlar o fluxo existente de recursos, ideias e informações, ou seja, têm maior capacidade de controlar o comportamento dos atores da periferia da rede.

As dinâmicas de poder e de coesão social variam conforme os **diferentes domínios de interação** que perfazem um determinado contexto ou realidade social. As “estruturas sociais” aqui analisadas são estruturas de “**trocac multiplexas**” (LAZEGA, 2001). Isso quer dizer que os atores podem desenvolver entre si diferentes tipos de laços/vínculos sociais e cada tipo de laço conforma um domínio de interação diferente. Dois atores podem ter ao mesmo tempo, por exemplo, um laço de confiança e um laço de colaboração. Podemos tratar cada um desses laços como parte de um domínio de interação diferente. Cada domínio, por sua vez, pode ser traduzido em uma rede social diferente. E cada rede possui dinâmicas de poder e de coesão social peculiares.

1.2 Poder, coesão social e controle social

Em determinados contextos sociais, o poder (ou dinâmicas de poder) e a coesão social (ou dinâmicas de coesão social) são influenciados, respectivamente, pelos processos que Emmanuel Lazega (2009; 2001) denomina de “**competição por status**” -

“*status competition*” - e “**procura por nichos**” - “*niche seeking*”³. Lazega aponta para a importância que esses processos ou disposições têm em certos contextos de mercado, nos quais os agentes estão competindo entre si, mas, ao mesmo tempo, precisam cooperar para ter acesso a recursos indispensáveis. Tais interdependências entre os atores levam a que eles invistam na construção de laços com parceiros estratégicos. E essa construção de uma rede de parceiros de troca tem uma forte dimensão simbólica, marcada por uma “racionalidade social” que pressupõe a capacidade de construir compromissos, de negociar valores precários e de entender as semelhanças entre os atores, as identidades sociais, as hierarquias de autoridade e os subgrupos existentes (LAZEGA, 2009).

A **conquista de status** – ou seja, de certa posição social perante os demais atores, o que é resultado do acúmulo de diversos recursos que circulam em uma rede e que são cruciais para a produção e performance individual – e a **construção de nichos sociais** – ou seja, de espaços sociais marcados por uma alta densidade relacional e em que relações sociais duradouras de diversos tipos (amizade, aconselhamento, etc.) se sobrepõem ligando agentes que possuem certas homofilias sociais (por exemplo, profissões semelhantes, mesma religião ou idade, etc.) – são duas estratégias fundamentais para que os atores protejam seus investimentos relacionais e abaxiem os custos das transações. Isso acontece porque os nichos são lugares onde a confiança entre os atores é maior e o cálculo puramente racional pode ser suspenso momentaneamente. De outra parte, ter maior status significa também ter maior influência sobre o regime de trocas existentes, ter preferência em determinadas transações, etc.: o que implica em uma maior capacidade de proteger e gerir os próprios investimentos relacionais.

Segundo Lazega (2009), a “procura por nichos” e a “competição por status” têm impactos sobre as estruturas relacionais, dando origem a “**nichos sociais**” e a **sistemas de “status”**, os quais, por sua vez, direcionam certos “**processos (ou mecanismos) sociais**” imprescindíveis para a existência de cooperação entre os atores; processos como o controle social, a regulamentação e institucionalização de normas, a solidariedade e o aprendizado coletivo. No caso específico dos “**processos de controle social**”, os

3 Tradução própria.

trabalhos de Lazega (2001; 2009) mostram que os laços de controle em contextos de organizações colegiadas tendem a acontecer entre atores de um mesmo nicho e que certas formas de status são fundamentais para definir quem controla quem.

Temos, nesta dissertação, um particular interesse em entender como o **controle social** acontece em um movimento social e em como as **dinâmicas de poder** e as **dinâmicas de coesão social** o afetam. O controle social é um processo importante porque ele funciona como mecanismo inibidor do comportamento oportunista – *free rider* ou carona (OLSON, 1999) -, contribuindo, assim, para a existência de cooperação social entre os atores de um determinado grupo. Nesse sentido, entender como se dá o controle social é uma das chaves para responder o velho “**problema da ordem social**” colocado por Hobbes (MUNCH, 1981; ELSTER, 1989), qual seja, nas palavras de Jon Elster (1989, p.1), ““*what is it that glue societies together and prevents them from disintegrating into chaos and war?*” (“O que é que mantém as sociedades juntas e previne que elas se desintegram em caos e guerra?”). A **cooperação** - ou, seguindo a Elster (1989), a “**ordem social**”⁴ - acontece ou se mantém graças a diversos fatores e um deles certamente é o controle social (LAZEGA, 2001; OLSON, 1999; OSTROM, 1990).

Tendo em vista essa importância do processo de controle social e as análises de Lazega (2001; 2009) sobre os efeitos do status e dos nichos sociais sobre tal processo, um dos objetivos deste trabalho é apreender os impactos que as “dinâmicas de poder” e as “dinâmicas de coesão social” têm sobre os **mecanismos de controle social** presentes no Movimento de Luta por Moradia de BH (1985-1995). Sobre isso devemos fazer algumas ressalvas. Os conceitos de “status” e “nichos sociais” lembram as duas dimensões aqui investigadas - “poder” e “coesão social” -, mas não são exatamente a mesma coisa. De fato, a forma como operacionalizamos o conceito de “**poder**” está muito próxima da forma como Lazega (2001) operacionaliza o conceito de “**status social**”. O poder aqui, a

4 Em “*The Cement of Society: a study of social order*”, Jon Elster (1989) cita dois conceitos de ordem social, um baseado na ideia de previsibilidade e o outro na ideia de cooperação. Segundo essas concepções, o contrário da ordem, ou seja, a desordem, pode ser visto no primeiro caso “como falta de previsibilidade [...]”, e no segundo caso “como ausência de cooperação, [e] é expressa na visão que Hobbes tem sobre a vida no estado de natureza , [uma vida] “solitária, pobre, desagradável, brutal e curta”” (Elster, 1989, p.1)

exemplo do “status” na obra de Lazega (2001), também é mensurado a partir da localização/centralidade dos atores em redes por onde circulam determinados tipos de recurso⁵. Como o poder, o status também impacta a capacidade de ação dos agentes, ou seja, a capacidade de influenciar o comportamento dos demais atores presentes em um determinado contexto social.

Por outro lado, o conceito de “**coesão social**” não trata exatamente do mesmo fenômeno que o conceito de “**nicho social**”. O termo coesão se refere não só à emergência de **cliques** e **subgrupos** (conceitos próximos ao de “nicho social”), mas às **distâncias entre os atores na rede como um todo** e às dinâmicas mais amplas de fragmentação/integração do movimento daí derivadas. Dessa forma, quando falamos dos efeitos das dinâmicas de coesão social sobre os processos de controle social estamos nos referindo especificamente aos efeitos daquelas variáveis/dimensões do conceito de coesão que são também subjacentes ao conceito de “nicho social”, ou seja: aos subgrupos, cliques ou facções que emergem como decorrência de um maior adensamento relacional entre atores que compartilham certas homofilias sociais e identidades comuns.

1.3 Poder, coesão social e capital social

Como dito no início deste capítulo, a análise dessas duas dimensões – poder e coesão social – a partir da abordagem Neoestrutural visa iluminar tanto as condições de ação (e a ação efetiva) dos atores individuais quanto as variáveis estruturais do movimento que o ajudam a se manter como um ator coletivo com potencial para produzir ações coordenadas e de grande impacto social. Nesse sentido, a oposição entre as duas dimensões – poder (dimensão vertical) e coesão social (dimensão horizontal) – lembra também a oposição entre as duas formas de existir do “**capital social**” delineadas por

5 Lazega pontua, entretanto, que o status pode ser mensurado tanto de forma exógena, como na obra de Max Weber, quanto de maneira endógena, o que é possível graças às métricas fornecidas pela Análise de Redes Sociais. Em suas palavras, “[...] as múltiplas dimensões do status social definidas por Max Weber podem ser mensuradas como o acúmulo de diferentes formas de recursos. Com medidas como aquelas oferecidas pela Análise de Redes Sociais (essencialmente medidas de centralidade e proeminência), formas heterogêneas de status podem ser identificadas endogeneamente (e não simplesmente exogeneamente como em Weber)” (Lazega, 2009, p.13). A forma como pensamos o conceito de “poder” aqui está bem próxima da forma como Lazega pensa o conceito de “status” quando este é mensurado e tratado de maneira endógena.

Ronald Burt (2005): capital social enquanto *brokerage* e capital social enquanto *closure* (fechamento). O **capital social** é qualquer aspecto da estrutura social que confere vantagens aos grupos sociais e/ou aos seus membros; em outras palavras, pode ser usado pelos indivíduos e/ou pelos grupos como recurso (ou capital) para o alcance de finalidades específicas (BURT, 2005; COLEMAN, 1988).

Closure é uma propriedade de redes nas quais todos os atores estão ligados entre si, quer dizer, nenhum nodo está desconectado do circuito de informações da rede. Esse “**fechamento**” da rede traz vantagens para o grupo e para os indivíduos que o compõem. Uma primeira vantagem é o acesso a informações mais seguras, dado que os atores estão conectados de forma mais direta àqueles que possuem informação mais intacta. A segunda vantagem é a maior facilidade na aplicação de sanções; o que por sua vez facilita o surgimento de relações de confiança e a vigência das normas do grupo. Ao facilitar a aplicação de sanções e a existência de confiança e de normas sociais, o *closure* se torna também um importante recurso para o grupo, pois viabiliza os processos de ação coletiva. O *closure* será tratado aqui como um aspecto das dinâmicas de “**coesão social**”.

Já o capital social na forma de *brokerage* tem um caráter mais “vertical”, ele diz respeito à capacidade dos atores controlarem o (ou participarem do) processo de difusão de recursos e informações dentro de uma rede (BURT, 2005). Quando uma rede apresenta baixa densidade de relações entre os subgrupos de atores que a compõem, surgem oportunidades para que determinados atores controlem o fluxo de recursos entre os subgrupos. Esses espaços com baixa densidade de relações são chamados de “**buracos estruturais**” (*structural holes*). Ocupar esses espaços significa não somente controlar as relações entre subgrupos diferentes, mas também ter acesso a mais informações, já que o ator nessa posição consegue alcançar por via indireta um número maior de nodos. Outra vantagem tem a ver com o fato de que essas informações tendem a ser menos redundantes do que as informações que circulam no interior de um grupo fechado. Como se vê, o *brokerage* tem também efeitos sobre a dimensão da coesão social. Os *brokers* podem funcionar como figuras que ligam grupos sociais dispersos na forma de um único grande grupo. Em momentos de mobilização eles podem ajudar as facções de um

movimento a superarem suas diferenças, aumentando as chances de sucesso de um episódio de ação coletiva.

Se voltarmos ao conceito de “**poder**” colocado acima, veremos que o *brokerage* é um indicador da capacidade que certos atores têm de controlar o comportamento dos demais agentes; ou seja, o *brokerage* é uma medida de poder. O *brokerage*, entretanto, não é a única forma de pensar as posições de poder dentro de uma rede. A noção de “**centralidade**” também trata disso. Centralidade tem a ver com a quantidade de laços que partem e/ou chegam a um ator em uma rede (HANNEMAN & RIDDLE, 2016). Os dois conceitos (medidas) serão usados para abordar o problema do poder nas redes do movimento.

O conceito de coesão social – que abarca noções/métricas como *closure*, densidade e distância relacional, cliques e facções - e o conceito de poder - *brokerage* e centralidade - serão aqui operacionalizados a partir do uso da técnica de **Análise de Redes Sociais**. Com essa técnica, os comportamentos dos atores e os processos sociais podem ser explicados não em termos das escolhas individuais, dos atributos ou das categorias a que os indivíduos pertencem, mas sim em termos das estruturas de interação (redes ou estruturas sociais) em que estes se encontram inseridos. É o que Emirbayer & Goodwin (1994) chamam de premissa “anticatégorica”.

As redes construídas para análise abarcam quatro formas de relação social: relações de reconhecimento, de colaboração, de confiança e de controle social lateral. Como dito acima, assumimos aqui que as estruturas sociais têm um caráter “**multiplexo**”, isto quer dizer que os atores estão ligados entre si a partir de diversos domínios de interação, e em cada domínio um tipo diferente de relação (ou laço) social predomina (LAZEGA, 2001; 2009). Os domínios aqui investigados são fundamentais para se entender o funcionamento e o sucesso de uma ação coletiva. No domínio das **relações de confiança**, de **colaboração** (em torno de recursos materiais) e de **reconhecimento/status** circulam três tipos de recursos – confiança, recursos materiais e reconhecimento – que podem ser vitais para uma mobilização coletiva. O engajamento em uma mobilização é

mais provável, por exemplo, quando os atores têm confiança entre si (OSTROM, 1990). A troca de recursos materiais/financeiros também costuma necessária em muitos cenários de mobilização coletiva. Já as relações de reconhecimento podem indicar mais diretamente como funcionam as estruturas de status dentro de um grupo social, e estas, por sua vez, podem servir como indicadores das hierarquias de poder existentes. Por último, algumas dessas relações - as **relações de controle social lateral** e as relações de colaboração em torno de recursos materiais - podem constituir a base de processos sociais indispensáveis em variadas dinâmicas de ação coletiva; por exemplo, para os processos de controle social e os processos de solidariedade (LAZEGA, 2009).

Um diferencial de nossa análise é que ela, diversamente de outros trabalhos (DIANI, 1995), não se debruça sobre as estruturas de interação entre as organizações que compõem um movimento, mas, antes, sobre as trocas existentes entre os indivíduos que compõem este movimento. Ou seja, construímos aqui **redes de lideranças individuais** e não redes de “organizações de movimento”.

Uma discussão mais elaborada sobre os conceitos de poder e coesão social é realizada no capítulo 2. Tal capítulo também oferece um panorama das principais teorias desenvolvidas no campo de estudos de movimentos sociais. Essas teorias são agrupadas em quatro grandes abordagens, quais sejam: utilitaristas, estruturalistas, construtivistas e neoestruturais. As descrições e comparações realizadas entre essas abordagens visam demonstrar as possibilidades analíticas colocadas pela perspectiva Neoestrutural. Ao final dessas comparações são realizados alguns encaminhamentos para a pesquisa, incluindo-se aí os questionamentos que a presente dissertação pretende ajudar a responder.

No capítulo posterior (3), é realizada uma contextualização histórica do movimento de luta por moradia de Belo Horizonte. Nesse sentido, é feita uma descrição da evolução histórica da luta por moradia na cidade, com foco no período posterior a 1975. É nessa época que se formam as condições sociopolíticas fundamentais para a emergência e expansão do movimento de luta por moradia de BH. De 1975 até meados da década de 80 a luta por moradia foi levada a cabo principalmente pelo movimento de

favelados. A partir de 1985, entretanto, a entidade comprometida com a luta dos favelados entra em crise. Desse momento em diante assume preponderância a luta feita pelos grupos organizados de “sem-casa”. Essas duas alas do movimento de luta por moradia não agiam de forma isolada. Suas principais lideranças se conheciam e estabeleciam relações de cooperação entre si, como será visto no capítulo 4.

Ainda sobre o capítulo 3, deve-se pontuar que a descrição histórica realizada sobre o movimento entre os anos 1985 e 1995 se baseia principalmente no relato das lideranças. A razão para isso é que não existe na literatura informação consistente e abundante sobre a luta por moradia ocorrida em BH nesse período. Para o período anterior a 1985, entretanto, existe uma quantidade razoável de fontes bibliográficas. Portanto, a descrição desse último período é feita com maior embasamento na literatura. Nesse sentido, por meio das análises empreendidas nesta pesquisa, pretende-se contribuir também para o acúmulo de fontes especializadas que tratam desse importante movimento social.

Por fim, nos capítulos 4 e 5 é realizada a análise dos dados em rede. Além da análise, há também uma ligeira descrição do processo de coleta desses dados. No capítulo 5, que também é a conclusão, tem-se uma discussão dos resultados da pesquisa e das possibilidades analíticas colocadas por esta dissertação.

2. Abordagens teóricas: por uma análise Neoestrutural dos movimentos sociais

O objetivo desta revisão da literatura é tanto encaixar as principais correntes teóricas sobre movimentos sociais desenvolvidas na sociologia dentro de um quadro sinóptico que demonstre as características e implicações teóricas de cada uma delas quanto chamar atenção para as possibilidades analíticas da abordagem teórica usada neste trabalho: a abordagem Neoestrutural (ou abordagem Relacional). O uso desta abordagem não implica na falta de importância das outras abordagens para explicar a emergência e reprodução de movimentos sociais. Cada uma delas tem sua importância analítica e suas fraquezas teóricas; de forma um tanto diferente da abordagem Neoestrutural, todas elas se firmaram como os esquemas teóricos mais usados e criticados dentro do campo de estudo de movimentos sociais e fenômenos afins (ALONSO, 2009; JENKINNS & FORM, 2005; JASPER, 2010). Sendo assim, essa revisão teórica deve ser lida mais em termos de um “diálogo entre teorias” do que em termos de uma pretensa “superção teórica”.

Dito isso, estas são as teorias que compõem o supracitado quadro sinóptico: Teoria das Oportunidades Políticas, Teoria da Ação Coletiva de Olson, Teoria da Mobilização de Recursos, teorias sobre *frames* e Identidades Coletivas e análises baseadas na perspectiva Neoestrutural (ou relacional). Vamos aqui classificar essas teorias em quatro grandes abordagens teóricas: abordagens utilitaristas; abordagens estruturalistas; e abordagens construtivistas e neoestruturais. As partes desse esquema classificatório refletem as grandes ontologias⁶ que permearam a teoria social ao longo do último século: o individualismo metodológico, o estrutural-funcionalismo e a tradição “microinteracionista” representada pelo interacionismo simbólico e pela fenomenologia/etnometodologia (COLLINS, 2009; TILLY, 2002). Pode-se, diversamente, classificar as teorias sobre movimentos sociais seguindo outros padrões,

6 Tilly (2002) resume as ontologias que guiaram as ciências sociais no último século, incluindo aí o campo de estudos dos movimentos sociais, em quatro tipos: o individualismo metodológico, o estrutural-funcionalismo, o individualismo fenomenológico e o realismo relacional. O autor cita o esgotamento dos três primeiros paradigmas e a tendência atual das ciências sociais em seguir o paradigma relacional. Essa classificação proposta por Tilly se assemelha à divisão das teorias de movimentos sociais usada nesta revisão da literatura.

por exemplo, diferenciando entre abordagens culturalistas e abordagens materialistas (JASPER, 2010). Todavia, enquadrar tais teorias segundo as grandes tradições citadas acima permite que se faça uma articulação mais direta entre elas e o debate acerca da tensão entre agência (micro) e estrutura (macro). Essa tensão tem sido, principalmente nas últimas décadas, o fio condutor da maioria das discussões em matéria de teoria social. E também dentro do campo das teorias dos movimentos sociais podemos enxergar suas influências. As teorias de cunho estruturalista prezaram mais a importância que as variáveis estruturais têm sobre a emergência da ação coletiva. As perspectivas utilitaristas, por sua vez, se basearam na ação racional dos agentes como forma de explicar o comportamento coletivo. Já as abordagens construtivistas e neoestruturais deram maior atenção aos “processos locais de interação” subjacentes aos fenômenos de ação coletiva.

A perspectiva Neoestrutural é, dessa forma, um caminho teórico que se distancia tanto dos paradigmas utilitaristas, representados pela Teoria da Ação Coletiva de Olson, quanto das abordagens ditas estruturalistas, representadas pela Teoria das Oportunidades Políticas, a Teoria da Mobilização de Recursos, as teorias funcionalistas do Comportamento Coletivo e por boa parte dos autores da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TARROW, 2011). O ponto de vista Neoestrutural não se apoia nem na ação (utilitária) dos agentes, nem na influência de “grandes estruturas” - estas pouco ou nada ligadas às dinâmicas de interação presentes nos movimentos - para explicar os fenômenos de ação coletiva. A ênfase está no processo “interativo” entre os atores. Essa via para explicar a ação coletiva não é recente. Já se encontrava (em alguma medida) nos trabalhos de Alberto Melucci e de maneira geral também era enfatizada nos trabalhos daqueles sociólogos e sociólogas que, influenciados pela *cultural turn* na sociologia, deram maior peso à cultura no estudo da ação coletiva (TARROW, 2011; BENFORD & SNOW, 2002). Entretanto, ela veio a ser renovada com o uso da Análise de Redes Sociais, como pode ser visto nos trabalhos de Mario Diani e Emmanuel Lazega (MISCHE, 2011; TILLY, TARROW & MCADAM, 2007; TARROW, 2011; TAVOLARO, 2007; DIANI, 2003; LAZEGA, 2001).

O uso de uma abordagem Neoestrutural como a perspectiva teórica basilar deste trabalho tem sua razão em dois argumentos. Primeiro, porque ela permite explicar a capacidade de ação (e os direcionamentos da ação) daqueles agentes e grupos que compõem os movimentos sociais sob o ponto de vista do contexto relacional em que se encontram inseridos. Segundo, porque ela permite observar os mecanismos sociais e as variáveis estruturais internas que afetam o funcionamento dos movimentos sociais (ex. coesão, fragmentação, cliques, subgrupos, identidade coletiva, solidariedade, sistemas de controle social, estruturas de status, etc.) enquanto produtos emergentes, construídos e mediados a partir da interação constante entre os agentes. Assim, tanto a agência quanto a estrutura são explicadas, mas ambas, desse ponto de vista, são resultantes das interações [social e simbólica] existentes entre os atores que compõem os movimentos sociais (DIANI, 2002, 2003; GRANOVETTER, 1985; MISCHÉ, 2011). Para deixar bem claro as possibilidades analíticas e as deficiências de cada uma das quatro abordagens, e para melhor entender as vantagens teóricas da abordagem Neoestrutural, segue abaixo uma rápida exposição de cada uma delas.

2.1 Abordagens utilitaristas

A primeira vertente teórica a ser revista aqui é a utilitarista. Dentro dessa vertente destaca-se a teoria da ação coletiva de Mancur Olson (1999). Olson (1999) pensou a ação coletiva do ponto de vista de uma racionalidade econômica. As pessoas tomariam parte nos empreendimentos coletivos por meio de cálculos estratégicos que levariam em conta os custos e benefícios de se engajar. A teoria de Olson lida com aquelas formas de ação coletiva em que os benefícios resultantes podem ser apreciados ou usados por todos os membros do grupo, mesmo que um ou vários desses membros não tenham contribuído para seu alcance. Isso pode levar esses membros a agirem de maneira oportunista, ou seja, como caronas, ou “*free riders*”, dado que eles podem sempre escolher se absterem de contribuir para a ação coletiva e ainda assim usufruírem de seus resultados.

A participação dos indivíduos em ações coletivas desse tipo está diretamente relacionada ao tamanho dos grupos. Em grupos pequenos é mais fácil de evitar o

comportamento do *free rider* (carona). Entre as vantagens dos grupos pequenos está, primeiro, o fato de que neles os atores estão mais próximos entre si e podem monitorar mais facilmente os comportamentos uns dos outros, e, segundo, a questão de que os atores percebem mais claramente os impactos de sua contribuição para a ação coletiva. Os grandes grupos (grupos latentes), por sua vez, são mais susceptíveis à ação do carona. Neles os benefícios individuais da ação coletiva são bem menores em relação aos custos com que os indivíduos têm que arcar; além disso, é mais difícil perceber o impacto da contribuição de cada membro para a ação coletiva e o monitoramento informal entre pares é mais difícil de acontecer. Isso aumenta as chances de existirem *free riders*. Diante desse problema, Olson propõe que os grandes grupos devem promover incentivos seletivos, negativos ou positivos (punições ou prêmios), para que todos os membros contribuam de alguma forma para a ação coletiva e não se comportem como *free riders* (OLSON, 1999; TARROW, 2011).

2.2 Abordagens estruturalistas

Em contraposição às abordagens utilitaristas/racionalistas existem aquelas teorias que procuram explicar a ação coletiva a partir de variáveis mais estruturais. As três correntes teóricas que mais exemplificam tal abordagem são a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria das Oportunidades Políticas (TOP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

Na década de 70, dois sociólogos norte-americanos, John McCarthy e Mayer Zald, inspirados, em parte, em Olson, desenvolveram uma teoria da ação coletiva que dava forte ênfase ao caráter racional da ação dos indivíduos. Diferentemente das linhas teóricas sobre a ação coletiva anteriores aos anos 60 (teorias do comportamento coletivo e abordagem da sociedade de massa), que enfatizavam a dimensão emotiva e irracional do comportamento coletivo, a TMR explicitou o quanto a atuação dos movimentos se dá com base no cálculo racional. Mas, a racionalidade dos agentes não é o único fator a explicar o surgimento e continuação dos movimentos. Também entram nessa conta os recursos necessários para sustentar a ação coletiva. Tais recursos são de diversos tipos:

humanos, materiais (financeiros e infraestrutura), culturais (legitimidade dos movimentos frente à sociedade) e organizacionais (ação coordenada entre os atores). Ou seja, além de pensar no "por quê" do engajamento dos indivíduos, os teóricos da TMR se preocuparam também no "como" era possível o surgimento e continuação dos movimentos sociais. Essa forma de abordar os movimentos, enquanto empreendimentos coletivos que necessitam de recursos para obterem sucesso, aproximou os estudos da ação coletiva dos estudos organizacionais. Os movimentos sociais eram vistos como uma espécie de "empresa" disputando recursos em um mercado cheio de outras organizações de movimentos sociais. É justamente por conta desse foco nas estruturas organizacionais que tratamos a TMR como uma abordagem estruturalista, ao invés de uma abordagem puramente utilitarista (MCCARTHY & ZALD, 1977; ALONSO, 2009; TARROW, 2011).

Já a Teoria das Oportunidades Políticas surgiu, em parte, como uma crítica à Teoria da Mobilização de Recursos e a outras abordagens que davam pouco peso ao contexto político em que operavam os movimentos. Entre os principais nomes dessa linha teórica estão Sidney Tarrow, Doug McAdam e, seu mais importante expoente, Charles Tilly⁷. Uma ideia central dessa corrente, e que dá nome à teoria, é a de que as oportunidades políticas são importantes para o surgimento e o sucesso da ação coletiva. As mudanças no ambiente político criam facilidades ou impedimentos à ação dos atores (GOHN, 2012; TARROW, 2011; ALONSO, 2009; JENKINNS & FORM, 2005).

Uma dimensão importante na ideia de oportunidades políticas é a diferença entre oportunidades dinâmicas e oportunidades estruturais. As oportunidades dinâmicas são aquelas mais voláteis, que dizem respeito ao ambiente institucional mais próximo dos movimentos sociais. Mudam mais facilmente de acordo com eventos, políticas e atores políticos. Exemplos de oportunidade desse tipo são: divisões entre as elites, pouca ou muita repressão por parte do governo, ajuda de partidos aliados, crises passageiras - políticas ou econômicas. Dependendo das oportunidades citadas acima, as elites políticas podem se tornar neutras ou mesmo ajudar na ascensão dos movimentos. Já as

7 Vale lembrar que Charles Tilly, apesar de ter sido um grande representante de abordagens estruturalistas, como é o caso da Teoria das Oportunidades Políticas, se aproximou e se tornou seguidor, ao final de sua carreira acadêmica, de uma perspectiva mais relacional (Krinsky & Mische, 2013; Tilly, 2002).

oportunidades estruturais dizem respeito aos aspectos mais fixos das instituições políticas e da cultura; estas apresentam uma maior resistência a transformações (JENKINNS & FORM, 2005).

Diferente da TMR, a Teoria das Oportunidades Políticas incorpora mais fortemente em sua estrutura explicativa a dimensão cultural. Nesse sentido, traz o conceito de repertório de ação, largamente utilizado nos estudos sobre movimentos sociais (ALONSO, 2009; TILLY, 2008). Segundo Tilly (TILLY apud TARROW, 2009, p.51):

repertórios de confronto [são] as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados [...] a palavra repertório ajuda a descrever o que acontece, identificando um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha.

As duas teorias citadas acima, a Teoria das Oportunidades Políticas e a Teoria da Mobilização de Recursos, acabaram se coadunando, junto à perspectiva dos *frames* de Benford & Snow (2002), em um esquema teórico mais amplo, a Teoria do Processo Político (TPP), que dominou os estudos sobre movimentos sociais nos EUA e em parte da Europa a partir do final da década de 80 (GOODWIN & JASPER, 1999). Importante lembrar que a Teoria do Processo Político também usou do conceito de “redes”, essencialmente como parte da noção mais ampla de “estruturas de mobilização”. Mas, segundo Goodwin & Jasper (1999, p.42), os teóricos do processo político veriam as redes “quase como estruturas físicas em vez de fluxos de emoções, ideias e informações⁸”.

A terceira grande abordagem estruturalista é a Teoria dos Novos Movimentos Sociais. A TNMS – assim como a TOP e a TMR - surgiu como resposta às mudanças vistas na sociedade ocidental a partir dos anos 60. Mudanças que exigiram novas teorizações sobre os fenômenos de ação coletiva. Segundo Ângela Alonso (2009), seus teóricos não formam uma escola tão coesa como a TOP e a TMR, mas possuem alguns

8 Tradução própria.

pontos em comum que nos permitem colocá-los juntos em uma mesma linha de pensamento. Entre os principais representantes da TNMS estão Alain Touraine, Jürgen Habermas, Klaus Offe e Alberto Melucci. Como pano de fundo para as teorias desses autores está a ideia de que na modernidade o capitalismo havia passado por mudanças estruturais responsáveis por tirar da esfera do trabalho e da produção industrial a importância central que possuíam para a vida social no passado. Essa transformação macroestrutural das sociedades contemporâneas teria ensejado mudanças também na esfera do conflito político, criando novas formas de ação coletiva (ALONSO, 2009).

De forma geral a ênfase das mobilizações coletivas teria deixado de ser a conquista do Estado. As novas reivindicações se ligavam a temas como a conquista de qualidade de vida e de bem-estar dos indivíduos e mudanças culturais visando tal bem-estar. Os atores coletivos mais marcantes não eram mais os sindicatos e entidades de classe. Entraram em cena os novos movimentos sociais: movimento feminista, movimento ambientalista, movimento pacifista, movimento gay, movimentos anti-nuclear, entre outros (GOHN, 2007; GOHN, 2012; ALONSO, 2009).

O primeiro desses autores, Alain Touraine, concebeu um corte na história moderna: dos anos 60 em diante um novo padrão de sociedade teria emergido, a "sociedade programada" ou "pós-industrial". Nessa nova forma de sociedade o conflito e a dominação se estruturariam mais em torno da esfera da cultura do que na do trabalho e da técnica. Antes, na "sociedade industrial", o mundo do trabalho e as questões de classe é que direcionavam os conflitos sociais. Mas nas sociedades pós-industriais as questões de identidade comporiam as principais pautas dos movimentos sociais (ALONSO, 2009). Touraine, ademais, reavivou o conceito de sociedade civil. Para ele trata-se de uma esfera separada tanto do Estado como do mercado. É na sociedade civil onde nascem os movimentos sociais. Nela eles ocupam um lugar central, são os agentes dinâmicos da sociedade, visando, sobretudo, operar mudanças na esfera dos valores (GOHN, 2007).

Habermas também considerou que novas formas de conflito político haviam surgido no "capitalismo tardio". Essas novas formas de conflito eram resultantes do

processo de colonização do mundo vivencial promovido pela expansão da lógica sistêmica que imperaria nas esferas econômica e política. Tal colonização do mundo vivencial se expressaria em duas tendências: a monetarização - típica da esfera econômica - e a burocratização - típica da esfera do Estado - das relações sociais comunitárias. A expansão do Estado sobre a vida privada, na tentativa de dirimir os efeitos do conflito entre capital e trabalho por meio de políticas sociais e regulação do mercado, teria aumentado a atuação da burocracia e da normatização jurídica sobre a família, a educação e a vida pessoal (ALONSO, 2009). Para Habermas, no capitalismo tardio a esfera do trabalho deixou de ser a base para os conflitos políticos. As mobilizações coletivas passaram a girar em torno dos problemas decorrentes do processo de colonização do mundo vivencial. Aí as lutas por redistribuição de bens materiais não eram as mais comuns e sim as lutas de cunho simbólico, pela busca de direitos e de qualidade de vida. Nas palavras de Alonso (2009, p.62),

os novos movimentos sociais seriam, então, formas de resistência à colonização do mundo da vida, reações à padronização e racionalização das interações sociais e em favor da manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, demandando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação e direitos humanos.

2.3 Alternativas para a tensão “estrutura/ação”: abordagens construtivistas e neoestruturais

As duas grandes abordagens teóricas explicitadas acima representam os polos da tensão entre ação e estrutura. A ação coletiva na primeira abordagem (utilitarista) é realizada por indivíduos agindo racionalmente, objetivando aumentar benefícios e diminuir custos. A interação é vista como trocas entre indivíduos que visam maximizar seus interesses. Mas as preferências dos indivíduos continuam fixas, apesar do processo de interação. A ação coletiva é, assim, fruto do cruzamento de estratégias utilitárias individuais, havendo pouco espaço para a dimensão axiológica e normativa e para os efeitos das estruturas de interação. As teorias estruturalistas, por outro lado, concebem a ação coletiva como determinada por variáveis “macrosociais”, sejam elas as estruturas de

oportunidades políticas, as estruturas de mobilização de recursos ou as novas estruturas sociais do capitalismo pós-industrial que determinaram mudanças na esfera do conflito político. Nestas teorias a dimensão cultural ganha importância, mas desde um ponto de vista macroestrutural; já as formas de “estrutura” implícitas em cada uma delas não leva em conta de maneira séria e detalhada os efeitos das trocas e relações sociais presentes num nível mais básico da existência dos movimentos.

Fazendo contraponto a tais teorias existem aquelas abordagens que tentaram explicar o surgimento e possibilidade da ação coletiva a partir de aspectos cognitivos e das dinâmicas culturais e relacionais em que os atores se encontram inseridos (BENFORD & SNOW, 2002; DIANI, 2002; GRANOVETTER, 1985). Essas abordagens serão chamadas aqui de “construtivistas” e “neoestruturais” (LAZEGA, 2009; TILLY, TARROW & MCADAM, 2007; DIANI, 2002; LAZEGA & HIGGINS, 2014). O primeiro grupo se ateuve mais à dimensão cultural e axiológica dos movimentos. Foram fortemente influenciadas por uma *cultural turn*⁹ na sociologia (TARROW, 2009). Já o segundo grupo se aprofundou mais no caráter relacional dos movimentos sociais - mas sem deixar de lado a dimensão cultural e as interdependências que esta tem com a dimensão da interação social (MISCHE, 2011; EMIRBAYER, 1997; MISCHE & PATTISON, 2000; DIANI, 2002).

Dois exemplos muito citados de teorias “construtivistas” para explicar movimentos sociais são aquelas baseadas nas noções de “identidade coletiva” e “*framing*” (enquadramento). A primeira abordagem tem em Alberto Melucci seu grande representante. Apesar de ter muito em comum com os autores da TNMS¹⁰, Melucci

9 Segundo Tarrow (2009) três elementos são responsáveis por essa *cultural turn* nos estudos sobre ação coletiva. São eles: a “culturalização” do conceito de classe promovido por E. P. Thompson; a abordagem “interpretativista” do antropólogo Clifford Geertz; e a influência da psicologia social por meio dos conceitos de “enquadramento interpretativo” de Ervin Goffman, “mobilização por consenso” de Bert Klanderman e “pacotes ideológicos” de William Gamson - ligada a esse último elemento estava a influência do pós-estruturalismo francês, levada a cabo principalmente pelo filósofo Michel Foucault e suas análises sobre o discurso.

10 Melucci não é completamente oposto às teorias de cunho mais estruturalista. Compartilha com a TNMS muito dos seus pressupostos estruturais para explicar a emergência dos “novos movimentos sociais”. Em relação à TPP, admite que existem constrangimentos e oportunidades políticas perpassando a ação dos movimentos sociais, mas diz que essas oportunidades são mediadas pela percepção e cognição dos atores. Melucci também reconhece a importância das lideranças e das organizações. Esses dois

(1996) analisa a ação coletiva sob um ponto de vista diferente do daqueles. Usando de uma perspectiva mais psicossocial, ele criticou tanto as teorias baseadas no nível “macro social” quanto aquelas baseadas na psicologia individual. Segundo ele, essas teorias deixam sem resposta a questão de como - por quais mecanismos e processos - a ação individual leva ao comportamento coletivo, ou, inversamente, como a ação coletiva é formada a partir do comportamento individual. Na tentativa de responder a essa questão, Melucci advogou uma perspectiva “construtivista” que vê a ação coletiva como resultado do processo relacional entre os atores. Essa abordagem, que reconhece o caráter interativo e reflexivo da ação social, se aproxima àquela dos interacionistas simbólicos, que também viam os valores e normas construídos por meio do processo de interação (MELUCCI, 1996; ALONSO, 2009; GOHN, 2007).

Foi Melucci quem trouxe para o centro do debate sobre movimentos sociais a questão da importância que a identidade coletiva tem nos processos de ação coletiva. Para ele, parte substancial da atividade dos movimentos é voltada para a construção de uma identidade coletiva. Essa construção é concebida como dinâmica, processual, resultado das negociações constantes entre os atores. Mas as negociações não envolvem apenas escolhas racionais, envolvem também "reconhecimento emocional" (MELUCCI, 1996; ALONSO, 2009; GOHN, 2007). Assim define Melucci a identidade coletiva: "Identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos onde essa ação tem lugar" (MELUCCI, 1996, p. 65). A emergência de uma identidade coletiva pressupõe elementos como “definições cognitivas” comuns acerca dos objetivos, dos meios e do campo de ação em que operam os agentes, certo “envolvimento emocional” entre esses agentes, fortes dinâmicas de interação social, o reconhecimento interno e externo sobre essa condição e identidade comum dos agentes, etc (MELUCCI, 1996).

elementos seriam responsáveis por manter estáveis as orientações comuns dos atores em relação aos fins e meios da ação coletiva. Ele também aceita a ideia de que relações ou organizações já existentes facilitam o engajamento. Mas ele usa o termo “redes de relacionamento” em vez de "estruturas de mobilização" para falar disso. É nas “redes de relacionamento” que se formam as motivações para a ação coletiva (Alonso, 2009).

A outra vertente construtivista¹¹ usou do conceito goffmaniano de “*framing*” (enquadramento) para explicar processos de mobilização coletiva. David Snow e Robert D. Benford são autores de destaque nessa linha. *Frames* seriam esquemas de interpretação do mundo. São frutos do processo social, formados durante a interação. Segundo Benford & Snow (2002, p. 615),

frames de ação coletiva são construídos, em parte, quando os participantes negociam o entendimento compartilhado de alguma condição problemática que eles entendem que necessita de ser transformada, fazendo atribuições que apontam quem é o culpado, articulando soluções e alertando os outros para agirem em prol de mudanças.

Dessa forma, existiriam *frames* para identificar situações de injustiça (*diagnostic framing*), *frames* que propõem soluções para as situações de injustiça (*prognostic framing*), *frames* para definir os inimigos a serem combatidos (*adversarial framing*), *frames* para delimitação da fronteira entre um movimento social e outros atores sociais (*boundary framing*). Existiriam também *master frames*, esquemas de interpretação mais amplos, como, por exemplo, o *frame* dos “direitos civis”, que começou a ser usado no movimento por direitos civis norte-americano, mas se espalhou para todos os grandes movimentos sociais ocidentais que aconteceram posteriormente (BENFORD & SNOW, 2002; TARROW, 2009). Outros conceitos também foram usados com o objetivo de explicar a dimensão simbólica e cognitiva da ação coletiva. É o caso do conceito de “esquema”, o qual trata do conjunto de percepções apreendidas pelas pessoas e utilizadas para formar expectativas acerca do contexto social em que agem (BENFORD & SNOW, 2002; ALONSO, 2009).

11 Importante ressaltar que a perspectiva dos *frames* foi incorporada à Teoria do Processo Político, em uma tentativa de construir um modelo teórico geral para explicar a emergência e funcionamento dos movimentos sociais. Como parte desse esforço teórico, a perspectiva dos *frames* adquiriu um viés estruturalista. Como afirmam Goodwin & Jasper (1999, p.27), “mesmo aqueles fatores adicionados para resolver os muitos problemas da abordagem das Oportunidades Políticas – tais como “estruturas de mobilização” e “*framings* culturais” - estão sujeitos às mesmas distorções estruturais”; ou seja, possuem um viés estruturalista.

2.4 Análises neoestruturais da ação coletiva

Essas duas vertentes (das abordagens construtivistas) citadas acima concebem a ação coletiva, sobretudo, do ponto de vista das dimensões cultural e cognitiva. Também dão importância ao processo de construção dessas dimensões; e esse processo de construção é basicamente relacional, feito a partir da interação entre os atores nele inseridos. No entanto, essas abordagens não operacionalizaram de forma sistemática a faceta relacional da ação coletiva. Isto ficou a cargo de outra corrente de pesquisas, que será denominada aqui como “abordagem Neoestrutural”. Os estudos que seguem essa abordagem têm usado uma técnica específica para explicar a ação coletiva em termos relacionais. Trata-se da “Análise de Redes Sociais”, uma técnica de pesquisa das ciências sociais e áreas afins, que permite abordar os fenômenos sociais a partir das relações entre os atores que os compõem. Nesse sentido, diversos pesquisadores têm feito uso do método de Análise de Redes Sociais (ARS) para estudar movimentos sociais e outras formas de ação coletiva (DIANI, 1995; 2003; 1999; 2009; 1992; MISCHÉ & PATTISON, 2000; PADGETT & ANSELL, 1993; GOULD, 1991; BEARMAN & EVERETT, 1993; LAZEGA, 2001). Nesta rápida revisão da literatura vamos focar naqueles trabalhos que usaram a ARS para estudar especificamente os movimentos sociais.

Mario Diani (1995; 2003; 1999; 2009; 2002; 2010; 1992), autor de destaque nessa linha de análise, elaborou um conceito de movimento social que dá particular relevância ao caráter em rede da ação coletiva. Diani (2003, p.301) define movimentos sociais como "redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural tendo como base uma identidade coletiva compartilhada".

Diani usa esse conceito para diferenciar movimentos sociais de outras formas de confronto político. Três elementos do conceito citado acima ajudam a fazer esta diferenciação. O primeiro é a existência de conflito, no qual outro ator político se torna o opositor do movimento social. Para Diani, este é um aspecto diferenciador dos movimentos em relação a outras formas de ação coletiva. Certos movimentos possuem uma identidade coletiva ligando indivíduos, grupos e organizações em torno de ações e eventos ao longo do tempo, mas não possuem nenhum inimigo comum em torno do qual

atuam numa relação conflituosa.

O segundo elemento é se constituir na forma de redes informais que ligam indivíduos e diversas organizações. Essas redes são frutos de trocas sustentadas por meio das quais os atores têm acesso aos recursos necessários para uma ação coletiva. A emergência de redes de colaboração provoca o surgimento de

oportunidades para que indivíduos de grande habilidade ou altamente comprometidos exerçam um papel independente no processo político, diferentemente do que seria o caso quando a ação se concentra no interior de organizações formais (DIANI, 2010, p.4).

Constituir-se na forma de redes informais é, ademais, um elemento que diferencia movimentos de organizações - organizações aqui concebidas como formas de interação coordenadas com padrões estáveis de recrutamento e mecanismos padronizados de regulação interna. Em alguns casos, organizações podem empreender grande parte das ações em torno de uma causa, mas pode não haver nenhuma forma de interação informal entre elas. Em tais casos não há uma dinâmica de movimento social, e sim atuações separadas em torno de uma mesma causa.

O terceiro elemento da definição de movimento social é a existência de uma identidade coletiva conectando indivíduos, grupos e associações para além de eventos políticos específicos. Em especial, a existência dessa identidade conectando atores ao longo dos eventos diferencia os movimentos das coalizões políticas. Essa identidade faz com que os atores se sintam parte de uma coletividade, comprometida a apoiar ou se opor a uma mudança social. Esse sentimento, ou reconhecimento, de pertença a uma coletividade facilita os (e é facilitado pelos) processos de cooperação e deságua em dinâmicas mais amplas de solidariedade. Por último, a identidade coletiva está ligada à capacidade de construção de narrativas comuns, que juntam diferentes eventos passados em uma mesma história.

Seguindo esse conceito, Diani (2003) elaborou uma classificação das possíveis

estruturas que podem emergir a partir das trocas informais realizadas entre os atores de um movimento. Segundo sua classificação, quatro “tipos ideais” de estruturas de movimento são possíveis: movimentos em cliques; movimentos policéfalos; movimentos centralizados e não-segmentados; e movimentos descentralizados e segmentados.

Cada uma dessas estruturas condiciona dinâmicas de troca diferentes dentro de um movimento. Movimentos em clique – caracterizados por terem redes densas e sem a presença de atores centrais –, por exemplo, facilitam o engajamento mútuo de seus membros e diminui a possibilidade de que estes entrem em interação com atores externos. Movimentos contra-culturais são um exemplo desse tipo. Já os movimentos centralizados e não-segmentados - aqueles que se caracterizam por terem alguns atores centrais se relacionando com vários atores periféricos e uma periferia com poucos laços entre si –, tendem a não ter um engajamento muito forte dos atores periféricos. Nesses casos, o relacionamento entre os atores periféricos é feito por meio das relações existentes com o ator central. Isso torna os atores centrais muito influentes, pois eles se tornam os controladores dos fluxos de recursos dentro do movimento.

De forma geral, a estrutura de um movimento social estaria ligada à sua localização na interseção de duas dimensões analíticas: uma que vai de estruturas hierárquicas a estruturas descentralizadas e outra que vai de estruturas segmentadas a estruturas reticulares. Na primeira dimensão o processo mais importante diz respeito à centralização da estrutura da rede. Isso tem efeitos relevantes para o funcionamento do movimento, principalmente no nível das trocas dentro e fora dele. Segundo Diani (2003, p.306), atores

centrais em uma rede de movimento [...] cumprem um importante papel nas trocas externas com atores poderosos, o que sugere algumas coisas sobre sua liderança. No mínimo, diferenças na centralidade comprovam uma tendência dos fluxos de troca e comunicação se concentrarem em atores específicos afetando, assim, a forma como o movimento opera e constrói sua identidade.

Na segunda dimensão, o elemento que mais impacta a estrutura do movimento é a distância entre os atores da rede. Por exemplo, em redes em que os grupos engajados em um conflito político estão distantes entre si, os atores

tendem a maximizar seus resultados sem prestar muita atenção a constrangimentos e obrigações morais, como aquelas obrigações colocadas por identidades coletivas de larga escala. Essas são situações onde a identidade do movimento é mais fraca que a identidade da organização e em que a lealdade se direciona mais ao segundo tipo de ator [organizações] do que ao primeiro [movimentos] (DIANI, 2003, p.311).

Ainda sobre a posição dos atores, Diani (2003) pesquisou a associação existente entre a influência das lideranças e a posição ocupada por elas na estrutura de um movimento. Dois conceitos foram usados por Diani para identificar as posições de liderança: centralidade e *brokerage* (intermediação).

O primeiro conceito diz respeito à quantidade de relações direcionadas a um ator na rede. Nesse caso, um ator “será central na rede na medida em que outros atores identificam ele como um parceiro para alianças” (DIANI, 2003, p.107). O conceito de *brokerage*, por sua vez, tem a ver com a capacidade que certos atores tem para se relacionar com diferentes setores do movimento. Essa capacidade pode ser mais bem demonstrada pelo termo “*broker*”. Segundo Diani (2003, p.107),

um *broker* pode ser definido como um ator que conecta diversos outros atores que não se encontram conectados entre si [...]. A propriedade mais crucial dos *brokers* está ligada a sua capacidade de conectar atores que não se encontram em comunicação devido a problemas políticos específicos ou a certas barreiras sociais.

Ao aplicar esses dois conceitos ao movimento ambiental de Milão da década de 80, Diani descobre que os atores com centralidade mais alta acabavam cumprindo o papel clássico da “liderança”. Isso acontecia porque tais atores, sendo os mais envolvidos em alianças dentro do movimento, eram também os que mais se conectavam com atores externos (mídia e organizações políticas). Os *brokers* por sua vez não cumpriam esse papel de representantes do movimento na arena pública. Sua importância estava em que eles possibilitavam a integração do movimento, atraindo o apoio de atores que tinham diferentes visões de mundo entre si. Sem os *brokers* o movimento ambiental Milanês se reduziria a existência de diferentes grupos lutando pela mesma causa, mas sem entrar em cooperação.

O conceito de *broker* foi também usado por Padgett & Ansell (1993) - “*Robust Action and the Rise of the Medici, 1400-1434*” -, mas desta vez em um campo de pesquisas bastante diferente: o de formação de Estados Nacionais. Nesse artigo os dois autores trazem a noção de “ação robusta” - “*robust action*” -, que diz respeito a uma ação que pode ser interpretada de diversas maneiras pelos conjuntos de atores que a percebem. Cada conjunto de atores interpreta essa ação em uma via específica. Padgett & Ansell (1993) usam esse conceito para tratar do modo de agir de Cosimo de Médici, patriarca da família Médici, responsável por criar um Estado centralizado na Florença do século XV. Cosimo agia de um modo que lhe permitia ser interpretado de maneiras diferentes, mas vantajosas, pelas outras famílias da elite florentina. Isso foi possível graças à posição privilegiada que ele possuía na estrutura relacional dessa elite – ele atuava como um *broker*, ligando diferentes domínios relacionais que na ausência dele estariam menos conectados. Essa estrutura relacional dizia respeito às redes de matrimônio, de trocas econômicas, políticas e de amizade entre as famílias. As ações de Cosimo de Médici entre esses domínios relacionais eram caracterizadas por uma *multivocality* (multivocalidade), que possibilitava diferentes interpretações dos seus interesses.

2.5 Encaminhamentos para a pesquisa

Este trabalho investiga as dinâmicas - ou condições - de funcionamento de um movimento social e os mecanismos de controle social existentes no mesmo, mas faz isso segundo uma perspectiva Neoestrutural¹². Isso quer dizer que essas dinâmicas de funcionamento e esses mecanismos de controle social são analisados principalmente a partir dos processos de interação entre os atores e grupos que compõem o movimento; e isso sem deixar de levar em consideração as relações de autonomia e interdependência que esses processos têm para com as dimensões da cultura e da agência humana.

Como visto na revisão teórica acima, abordagens mais conhecidas para o estudo de movimentos sociais focam em aspectos como as “oportunidades políticas” presentes no ambiente político, a racionalidade dos atores, os recursos organizacionais disponíveis e os *frames* e identidades coletivas existentes (BENFORD & SNOW, 2002; MELUCCI, 1996; TARROW, 2009; JENKINNS & FORM, 2005). Sem dúvida, esses são aspectos importantes para se entender como um movimento funciona e como ele alcança sucesso nos processos de mobilização coletiva. Entretanto, partimos aqui do pressuposto de que analisar os processos de interação que compõem um movimento é fundamental tanto para entender suas condições internas de funcionamento quanto para entender os aspectos citados acima, ou seja, os impactos e os usos das “estruturas de oportunidades políticas” e dos recursos organizacionais, os processos de tomada de decisão e a construção de *frames* e identidades coletivas. Como bem mostram Mische & Pattison (2000), a ação coletiva não é fruto do mero cálculo racional por parte dos atores engajados. Diversamente, a ação coletiva resulta de uma multiplicidade de interações estabelecidas entre esses atores. Durante essas interações os indivíduos podem mudar seus interesses, estabelecer novos vínculos e agir conjuntamente em torno de objetivos comuns. No longo prazo essas trocas tomam a forma de estruturas, mais ou menos estáveis, de colaboração. É no interior dessas estruturas que surgem as condições para a criação de *frames*, para o enquadramento adequado das oportunidades fornecidas pelo ambiente político, para a mobilização de recursos, para o reconhecimento comum e para a difusão de identidades coletivas, as quais constituem o próprio cerne de um movimento social (MELUCCI,

12 As razões para o uso deste termo, em vez do termo “perspectiva relacional”, se encontram no capítulo introdutório desta dissertação.

1996; TARROW, 2011; BENFORD & SNOW, 2002; GOODWIN & JASPER, 1999).

As questões que guiam esta pesquisa partem de duas dimensões analíticas. Seguindo a classificação de Diani (2000), de um lado temos a dimensão da “integração” do movimento. Diani (2000) usa os termos “segmentado” e “não-segmentado” para tratar dos “tipos ideais” que exemplificam essa dimensão. Aqui, vamos expandir tal conceituação e pensar em termos de um conceito já clássico na Sociologia: o de “coesão social”. Quando falamos aqui em “coesão” estamos falando, primeiro, do quanto o movimento se encontra integrado (ou fragmentado) em termos das distâncias e da densidade de relações entre os atores de uma rede, e, segundo, dos subgrupos ou facções que emergem a partir dessas diferenças nas densidades relacionais entre conjuntos de nodos. Um alto grau de coesão social – ou seja, uma distância pequena entre os nodos - é um pressuposto para a existência de solidariedade e identidade coletiva dentro de um movimento. A falta de coesão, portanto, pode implicar em quebra do movimento e, assim, em insucesso nos processos de ação coletiva. A noção de coesão social costuma ser operacionalizada a partir de medidas como “distância” e “densidade relacional”. Adicionamos aqui também aquelas medidas que captam os subgrupos, cliques ou facções que emergem como efeito das diferenças nas densidades relacionais entre os diversos conjuntos de nodos presentes numa rede e que também podem indicar formas de fragmentação ou integração dentro de um movimento – medidas como a “Análise de Facções” (HANNEMAN & RIDDLE, 2016).

De outro lado, temos a dimensão da centralização do movimento. Da mesma forma, vamos tratar essa dimensão a partir de outro conceito clássico da Sociologia: o conceito de “poder”. Seguindo a David Knoke (1990, p.3), podemos conceituar poder da seguinte forma: como “interações assimétricas (potenciais ou existentes) nas quais um ator social exerce grande controle sobre o comportamento de outro ator”. Para Knoke (1990), as relações de poder são o resultado da junção de duas dimensões básicas: influência e dominação. A influência se dá quando um ator oferece “uma informação que muda a percepção de um [outro] ator sobre a conexão entre uma ação e sua consequência” (KNOKE, 1990, p.3); essa informação tem a capacidade de mudar o comportamento do ator que se quer influenciar. Para existir influência, portanto, é necessário que o influenciado acredite na informação que é passada. Um médico, por

exemplo, influencia seu paciente somente se este acreditar na capacidade técnica e profissional daquele. Da mesma forma, um líder político só terá influência sobre seus seguidores se estes confiarem na veracidade de seu discurso.

Já a dominação

é uma relação na qual um ator controla o comportamento de outro ator oferecendo (ou tirando) algum benefício ou dano. Em outras palavras, um ator efetiva – ou promete/ameaça efetivar – uma sanção (prêmio ou punição) a outro ator com o objetivo de que este siga os seus comandos (KNOKE, 1990, p.4).

Dominação, portanto, tem a ver tanto com o controle de recursos que são essenciais para os dominados, quanto com o controle de meios para punir estes últimos. O entrecruzamento entre as duas dimensões do poder – influência e dominação -, segundo Knoke (1990), dá origem a quatro “tipos ideais” de poder: poder coercitivo, poder autoritário, poder igualitário e poder persuasivo. Veja na figura abaixo:

Figura 1: Tipologia de poder (KNOKE, 1990)

		INFLUENCE	
		Absent	Present
DOMINATION	Present	Coercive Power	Authoritative Power
	Absent	Egalitarian "Power"	Persuasive Power

Figure 1.1 Types of power as combinations of influence and domination.

Imagem retirada do livro de David Knoke (1990, p.5), *“Political Networks: the structural perspective”*.

Se pensarmos em termos de grandes estruturas relacionais, e não apenas na relação entre dois atores quaisquer, “poder” tem a ver com a localização de um ator dentro de uma rede e, logo, com sua capacidade de alcançar e intermediar as relações entre os demais nodos. Em termos operacionais, podemos pensar aqui tanto no conceito de “centralidade” quanto no conceito de “*brokerage*”. Em uma rede na qual os laços são as relações de confiança ou as relações prestígio entre os atores, ser um ator central - ou um ator com grande capacidade de intermediação - implica também ser um ator com grande “poder” na forma de “influência”. Isto porque os laços de confiança e de prestígio são indicadores de que a informação passada pelo influenciador será acreditada pelo influenciado. Por outro lado, se os laços de uma rede captam, por exemplo, a dependência de recursos entre os atores, aqueles que possuírem alta centralidade¹³ - ou grande capacidade de intermediação - nesta rede serão também os que possuirão mais poder na forma de “dominação”. Pois um dos fundamentos da dominação, para Knoke (1990), é o fato de que o ator dominado dependa de algum recurso que está nas mãos dos atores dominantes; por sua vez, ter controle sobre a circulação de recursos escassos é também ter maior capacidade de impor sanções – ou seja, privar de recursos indispensáveis - aos demais atores.

2.6 Perguntas de pesquisa

Relembrando, um dos objetivos deste trabalho é a análise das dinâmicas internas de funcionamento de um movimento social – o Movimento de Luta por Moradia de BH-MG – a partir da investigação de duas dimensões analíticas: a da coesão e a do poder. A primeira dimensão, a da coesão, tende a focar em aspectos mais horizontais do movimento. Enquanto a segunda dimensão, a do poder, tem mais a ver com as diferenças na capacidade de agência dos atores individuais e, portanto, com um aspecto mais vertical do movimento.

Na dimensão da coesão, estamos interessados em entender a fragmentação ou integração do movimento a partir da análise tanto das densidades e distâncias relacionais

13 Neste caso, se o laço em questão partir do ator que possui o recurso escasso em direção ao ator que depende do recurso, então a centralidade de saída (*OutDegree*) é que indicará quais são os atores mais dominantes.

entre os atores da rede quanto dos subgrupos e facções emergentes. Já na dimensão do poder nos perguntamos sobre a capacidade de ação dos atores dentro do movimento. Por fim, estamos interessados em entender como operavam os processos de controle social lateral do movimento e como as dinâmicas de poder e coesão social impactavam esses processos (LAZEGA, 2001).

Questões de pesquisa:

1- Quais as dinâmicas de coesão social presentes no movimento? Qual o grau de integração ou fragmentação do movimento tendo em vista tanto as densidades e distâncias relacionais entre os atores quanto os subgrupos ou facções emergentes?

2- Quais as dinâmicas de poder existentes dentro do movimento?

3- Como operavam os mecanismos de controle social lateral do movimento? E como as dinâmicas de poder e de coesão social impactavam esses mecanismos de controle social?

Com a finalidade de responder a estas questões coletamos os dados sobre as interações entre as lideranças do Movimento de Luta por Moradia de BH entre 1985 e 1995. A coleta possibilitou a construção de quatro redes sociais, cada uma assentada em um tipo de relação social. Essas relações dizem respeito a trocas e formas de interação fundamentais para a existência de um movimento social, sendo elas as relações de: reconhecimento (ou status), cooperação (em torno de recursos materiais ou financeiros), confiança e controle social lateral. Alguns desses tipos relacionais constituem a base para processos sociais indispensáveis na produção de ação coletiva (LAZEGA, 2009).

A primeira rede capta os laços de reconhecimento existentes entre os atores – “quais atores tinham mais credibilidade enquanto fonte de informação e de autoridade?”. A segunda rede capta os laços de colaboração. Aqui, visa-se entender como certos recursos valiosos (recursos financeiros e materiais) circulavam entre os atores e como eles dependiam uns dos outros para obter esses recursos. A formação de grandes circuitos colaborativos envolvendo esses recursos é essencial para a existência de um movimento

social e para a atuação dos atores e subgrupos que o compõem. A terceira rede capta as relações de confiança. Confiança é um recurso indispensável, pois diminui a incerteza quanto aos custos da participação em uma ação coletiva (OLSON, 1999; OSTROM, 1990). Quando os custos de participar de um episódio de ação coletiva são muito altos (por exemplo, quando há risco de repressão policial), é necessário que os atores tenham certeza de que os demais companheiros de movimento não agirão como *free riders* - caronas (OLSON, 1999). Para diminuir essa incerteza é vital que os atores confiem uns nos outros.

A quarta rede capta as relações de “controle social lateral”. A importância do controle social está ligada à questão da prevenção do comportamento oportunista – ou do *free rider* (carona), tal como posto por Olson (1999). Uma das vias para se controlar o comportamento oportunista é o uso de incentivos seletivos negativos (punições) baseados nas hierarquias e estruturas organizacionais formais. Por exemplo, em uma organização do mercado é possível punir o infrator com uma redução do salário ou uma demissão. Mas no caso de um movimento social essa forma de controle do comportamento oportunista nem sempre é possível. Movimentos sociais costumam ser compostos por várias organizações e grupos informais e não por uma única estrutura organizacional, de forma que regras e hierarquias formais podem não ajudar nos processos de controle social. Pensando nisso, uma das redes elaboradas aqui diz respeito a como os atores interagem em termos de um “controle social lateral”. Este diz respeito a um tipo de controle social que se dá entre pares, de maneira informal e que é determinado por fatores como as diferenças de status e a proximidade relacional (coesão) entre atores de um mesmo nicho ou subgrupo (LAZEGA, 2001). Com isso não descartamos a presença de outros mecanismos de controle social no caso em estudo. Mas, dado o caráter informal das trocas presentes em um movimento, o mecanismo de controle social lateral surge como uma possível explicação para como o comportamento oportunista era tratado no Movimento de Luta por Moradia de BH.

A rede de controle social lateral fornecerá uma pintura mais detalhada sobre como o controle social opera em um movimento. Uma de suas vantagens é propiciar a análise das formas como o movimento lida com os altos custos do exercício do controle. O controle social pode sair muito caro para aquele que o executa: pode gerar ressentimentos

por parte dos infratores; e pressão por parte dos outros colegas, se a punição não funcionar (LAZEGA, 2001; OSTROM, 1990). Isso leva ao que se costuma chamar de “problema do carona de segunda ordem” (HECKATHORN, 1990; LAZEGA, 2001), o que, em nosso caso, equivaleria à seguinte questão: “O que fazer para que determinados indivíduos se sintam atraídos a assumir o papel de controladores do comportamento oportunista? Como diminuir os custos do exercício do controle e torná-lo viável?”. A rede de controle social lateral e as demais redes podem ajudar a mostrar o papel das dinâmicas de poder e das dinâmicas de coesão social na resolução desse problema.

Sobre a dimensão do poder, as redes que abarcam as relações de confiança e de reconhecimento podem ajudar a explicar sua manifestação na forma de “influência”. Um laço de confiança ou de reconhecimento partindo de um ator A em direção a um ator B é um indicador de que este tende a acreditar na informação que é passada por aquele. Já a rede de colaboração pode ajudar a explicar a distribuição do poder na forma de “dominação”. Os atores que administram o fluxo de recursos valiosos em uma rede têm maior capacidade de controlar o comportamento dos demais atores seja oferecendo esses recursos como prêmios seja ameaçando cortá-los.

A rede de controle social lateral, por sua vez, ajuda a entender a distribuição do poder sob as duas formas – como “influência” e como “dominação” - ao mesmo tempo. A indicação de um ator A (controlador) para corrigir o comportamento desviante do ator B (controlado) pode ser justificada de várias formas, por exemplo: o ator B reconhece no ator A uma autoridade moral; o ator B tem uma proximidade sentimental ou uma confiança grande no ator A; o ator B sabe que o ator A controla recursos importantes - e vitais para ele - na rede. Nos dois primeiros casos, o controle tem a ver com a capacidade de A influenciar o comportamento de B; já no terceiro caso, o controle tem a ver com a capacidade A dominar o comportamento de B. O capítulo 4 oferece uma explanação mais detalhada sobre a construção dos dados envolvendo as relações de controle social entre os atores do movimento.

3. Contextualização histórica da luta por moradia em Belo Horizonte

3.1 Introdução à contextualização histórica

O movimento de luta por moradia desenvolvido em Belo Horizonte entre os anos 1985 e 1995 foi fruto de um histórico de lutas e mobilizações que se originou em meados dos anos 70. Muitas das lideranças do movimento começaram sua militância nessa época. Uma pequena parte já participava da luta por moradia desde o período anterior à Ditadura Militar. Era o caso dos militantes mais envolvidos com a luta dos favelados e com a entidade que coordenava essa luta, a UTP (União dos Trabalhadores de Periferia). Outra parte, o núcleo inicial da FAMOBH, veio a se engajar no movimento no início dos anos 80.

A expansão da luta por moradia em Belo Horizonte teve início com a rearticulação do movimento de favelados, o que aconteceu em torno de 1975, através das ações da UTP e da Pastoral de Favelas. Depois, no início dos anos 80 começou a ganhar corpo a luta dos sem-casa. A expansão dessas duas tendências da luta por moradia se encontrava ligada a diversos fatores. De 1975 em diante teve-se um grande crescimento do associativismo comunitário em BH. Esse crescimento estava, em grande parte, ligado à atuação do movimento de favelados, na figura da UTP e da Pastoral de Favelas. Nessa mesma época a população de Belo Horizonte sofria os efeitos das fortes chuvas acontecidas em 78 e 79. As chuvas continuaram a ser um grande problema para os moradores de periferia no início dos anos 80, dada às condições precárias em que os mesmos viviam. Às tragédias provocadas pelas chuvas somava-se a atuação repressiva do órgão municipal de habitação, a Chisbel (Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte). No nível estadual, entretanto, alguns programas tentaram fomentar o associativismo nos bairros, como foi o caso do PRODECOM (Programa de Desenvolvimento de Comunidades).

Nos anos 80 ganhou força a luta da população de sem-casa, enquanto o movimento de favelados se enfraqueceu. Mas muitas das lideranças do primeiro participaram também da luta empreendida pelos grupos de sem-casa. Em 1983 foi criada a FAMOBH (Associações de Moradores de Bairros e Vilas de Belo Horizonte). Em 1985

surgiu a AMABEL (Associação dos Moradores de Aluguel da Grande Belo Horizonte). Até o final da década essas duas entidades comandaram as principais manifestações de luta por moradia na cidade. Muitos bairros foram criados nesse período como efeito dessa luta. Também se tornaram comuns as ocupações de terreno pelas agremiações de sem-casa; tática encorajada pelas lideranças do movimento, principalmente por aquelas ligadas à FAMOBH. Nos anos 90 continuou a haver ocupações, mesmo após o início do governo Patrus Ananias. Nessa época a ala do movimento ligada à Igreja Católica ganhou importância, através da criação da “Central de Apoio aos Sem-Casa da Arquidiocese de Belo Horizonte”.

Todo esse processo de luta pela questão habitacional em BH se encontrava vinculado ao contexto mais amplo de fortalecimento dos movimentos populares urbanos no Brasil. De meados dos anos 70 até final dos anos 80 esses movimentos viveram sua “era de ouro”. A expansão dos movimentos populares urbanos estava ligada ao apoio que eles receberam de instituições e grupos diversos, entre eles a Igreja Católica, os partidos de esquerda, ONG’s, intelectuais de esquerda e o movimento sindical (DOIMO, 1996). A Igreja Católica foi um elemento primordial nesse processo. Sob a influência da Teologia da Libertação, se desenvolveu uma “Igreja dos pobres”, inclinada para a resolução dos problemas sociais da época (LOWY, 1996). Nesse sentido foram importantes as CEB’s (Comunidades Eclesiais de Base) e as Pastorais Sociais. Por meio delas a Igreja fortaleceu seu apoio aos grupos marginalizados e incentivou a conscientização política desses grupos (CARDOSO, 1994; DOIMO, 1996).

3.2 Uma breve história da luta por moradia em Belo Horizonte – MG (1897-1985)

Antes de descrever o período histórico a que esta pesquisa propõe estudar (1985-1995), faz-se importante primeiro fornecer um relato histórico sobre os eventos e processos sociais que perpassaram a problemática da luta por moradia em Belo Horizonte desde a época da fundação da cidade. Esse relato mostra que a luta por moradia e os problemas relativos à falta de moradia em Belo Horizonte tem uma extensão histórica

bem mais ampla do que o período abordado por esta pesquisa. Também permite mostrar: primeiro, como foi se formando ao longo do tempo os fatores estruturais que determinaram o grande déficit habitacional da cidade e os problemas de infraestrutura e urbanização nos bairros, vilas e favelas; segundo, como se constituíram as políticas do Estado concernentes à questão habitacional na cidade; e terceiro, como surgiram e atuaram os diversos grupos reivindicantes que lutaram pelo direito à moradia em Belo Horizonte.

A história da luta por moradia em Belo Horizonte começa, assim, lá atrás, durante a fase de construção da cidade. Belo Horizonte foi pensada para ser a capital de Minas Gerais. É uma cidade planejada. No projeto do engenheiro chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, Aarão Reis, estava proposta uma cidade dividida em três zonas de habitação: a capital propriamente dita, que teria sua fronteira na Avenida do Contorno; a zona suburbana, lugar para os sítios e chácaras dos habitantes da capital; e a zona rural, responsável por ser o cinturão verde que abasteceria a cidade. A capital seria o lar dos burocratas e funcionários do Estado (SANTIAGO, 2007; RAMOS, 2012).

A cidade só não era planejada para abrigar aqueles que a construiriam. Vilas de operários foram se formando ainda durante os trabalhos de construção, lugares em condições bastante precárias para habitação. Essa falta de lugares descentes de moradia - ou simplesmente falta de lugares para morar - para a população trabalhadora refletia o fato de que BH foi idealizada para abrigar, principalmente, a elite política e econômica de Minas (SANTIAGO, 2007; RAMOS, 2012).

A falta de espaço para a população de trabalhadores que migrou para a região levou à formação de dois "aglomerados de cafuas" já em 1895, sendo eles o aglomerado do Córrego do Leitão, no atual Barro Preto¹⁴, e o aglomerado da Favela ou Alto da Estação, no atual bairro Santa Tereza. Nesse ano, 1895, já existiam 3.000 pessoas morando em assentamentos informais em Belo Horizonte, segundo Fernandes & Pereira

¹⁴ Segundo dados da Urbel, a favela do Leitão ficava onde é hoje o Instituto de Educação, em plena Av. Afonso Pena. Provavelmente os moradores dessa favela foram levados para a Vila Operária criada na região do Barro Preto.

(2010). A ocupação da cidade foi se dando assim: os setores mais ricos, pertencentes ao funcionalismo público e à burguesia da época, muitos vindos da antiga capital, ocuparam a parte planejada da cidade, dentro da Avenida do Contorno. A parte mais pobre, formada pelos operários que construíram a cidade e pelos trabalhadores que migraram do interior para a capital na busca de emprego, ocupou majoritariamente a região fora da Avenida do Contorno. Essa dinâmica deu origem a duas cidades. Uma era a BH planejada e bem estruturada urbanisticamente; a outra era a BH das favelas, cafuas e vilas, sem sistema de esgoto, ruas pavimentadas, eletricidade ou acesso à água (AFONSO & AZEVEDO, 1987; SANTIAGO, 2007).

Em 1900 a prefeitura cria duas agências, visando controlar a construção desordenada de moradias pela população mais pobre: a Seção de Higiene e a Polícia Sanitária da Prefeitura. Seguindo a política de higienização e controle da parte indesejada da cidade, a prefeitura executa em 1902, no governo do prefeito Bernardo Pinto Monteiro, a primeira demolição de cafuas, no Córrego do Leitão e em um lugar chamado de "Favela". Em 1902 a prefeitura cria a primeira Vila Operária, na região do atual Barro Preto (AFONSO & AZEVEDO, 1987).

As primeiras reivindicações organizadas dos moradores começam na primeira década de fundação da cidade (1897-1907). Por essa época foi criada a União dos Moradores de Santa Efigênia, visando a construção de uma capela e buscando melhorias urbanas. Entidades desse tipo também surgiram, posteriormente, nos bairros Calafate, Floresta e Lagoinha. As reivindicações giravam principalmente em torno de questões de infraestrutura urbana e eram feitas por meio de assembleias, abaixo-assinados e reclamações na imprensa local (AFONSO & AZEVEDO, 1987; OLIVEIRA, 2012).

Na década de 1930 as reivindicações dos moradores de periferia aumentaram. Dois fatores contribuíram para isso. Primeiro, as movimentações de base feitas pela Aliança Nacional Libertadora. Segundo, a criação da assembleia municipal e o surgimento de eleições para prefeito e representantes locais (antes de 1936 a cidade de Belo Horizonte era governada por prefeitos indicados pelo governo estadual). As eleições

no nível municipal fizeram aumentar o debate político e as reivindicações dos moradores. Mas essa dinâmica foi passageira: em 1937 foi implantado o Estado Novo e o município voltou a ter um interventor como governante, sendo a câmara municipal fechada. Nos bairros, conseqüentemente, houve um arrefecimento nas atividades dos movimentos organizados de moradores (AFONSO & AZEVEDO, 1987; OLIVEIRA, 2011). Depois da democratização (1945) continuou a haver repressão às mobilizações nos bairros e favelas.

Mas isso não impediu que ressurgissem reivindicações organizadas entre os moradores de favelas. Foi nessa época que surgiram as primeiras UDC's - Uniões de Defesa Coletiva. De 1945 até 1964 houve um aumento exponencial nas mobilizações contra o desfavelamento, pela regularização dos terrenos nas favelas e pelo atendimento das demandas por infraestrutura. Segundo Oliveira (2012), o fator chave para essa efervescência toda nas mobilizações dos favelados estava nas transformações por que passou o município em sua dinâmica política. Em boa parte de sua história - exceto um rápido período de tempo antes do início do Estado Novo - Belo Horizonte tinha seu prefeito e conselho administrativo nomeados pelo governador de Minas Gerais. Isso mudou a partir de 1947, quando começou a existir definitivamente eleições tanto para o executivo como para o legislativo municipal. Isso fez com que os moradores tivessem maior voz junto aos políticos e partidos que disputavam as eleições na cidade. Essa mudança no sistema político municipal, somada ao início do regime democrático no Brasil, fez aumentar sobremaneira as mobilizações da população favelada.

Essas reivindicações eram resultados também das mudanças estruturais por que passava a cidade e seu entorno. Belo Horizonte sofreu um grande aumento populacional nessa época. Na região metropolitana, estava sendo construído o município de Contagem, uma cidade de perfil industrial e que, assim como a capital, atraía muito migrantes (AFONSO & AZEVEDO, 1987). O aumento populacional fez aumentar o número de favelas e habitações irregulares. Segundo Oliveira (2011), com base em dados do "Levantamento da População Favelada de Belo Horizonte", o número de moradores de favelas havia pulado de 36.432 em 1955 para 119.799 em 1966.

A luta dos favelados nesse período se deu principalmente por meio das UDC's. A primeira UDC foi criada em 1948, na Vila dos “Marmiteiros” ou Vila São Vicente de Paulo, como resposta às ameaças de remoção pela Empresa Mineira de Terrenos Ltda.

Segundo o ex-padre Lage¹⁵, um dos incentivadores dessa organização [a Associação da Vila dos Marmiteiros], havia na vila, no início daquele ano, um pânico generalizado devido às ameaças de desfavelamento, o qual, se concretizado, atingiria cerca de cinco mil famílias. Esse sentimento era reforçado tanto pelas notícias veiculadas pelos meios de comunicação, quanto pela ação violenta da polícia, que fazia suas incursões pela favela, sobretudo à noite, sem qualquer respeito aos moradores. As reuniões iniciais do que viria ser a futura associação eram feitas à noite, em completa clandestinidade, e considerada pelas autoridades da época um movimento subversivo (AFONSO & AZEVEDO, 1987, p. 115).

Nos anos 50 outras UDC's foram surgindo, tendo como modelo e inspiração a luta ocorrida na Vila dos Marmiteiros: em 1953 foi fundada a UDC do Bairro Santa Lúcia; em 1955 na Pedreira Prado Lopes; em 1958, sob ameaça de remoção, no Morro do Querosene; entre outras. As UDC's nem sempre recebiam esse nome. Às vezes eram chamadas de Associação de Defesa Coletiva, Comitês Pró-Melhoramentos, Comitês de Defesa Coletiva, Centro de Defesa Coletiva ou Associação Beneficente (OLIVEIRA, 2009; 2014).

Em 1955 essas associações e setores da esquerda ajudaram a eleger um prefeito, Celso Melo de Azevedo, que governou de 1955 à 1959. Filiado à UDN (União Democrática Nacional), de tendência política “democrata cristã” e com um discurso mais voltado para as questões sociais, Celso Melo de Azevedo deu grande atenção aos problemas dos favelados em seu governo. Nesse período foi criado o DHBP -

15 O Padre Francisco Lage Pessoa teve uma importante participação no episódio da Vila dos Marmiteiros. Outros padres da época também ajudaram na mobilização dos favelados, como Padre Agnaldo Leal e Tarcísio Rocha.

Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares -, com o apoio do vereador Leopoldo Garcia Brandão, conhecido por apoiar a causa dos favelados na cidade (OLIVEIRA, 2012; 2011; SANTIAGO, 2007; AFONSO & AZEVEDO, 1987; RAMOS, 2012).

Assim que assumiu o governo, o novo prefeito criou uma Comissão de Desfavelamento, inspirando-se em projetos parecidos implantados em cidades como Rio de Janeiro, Vitória, Porto Alegre e Recife. A comissão, formada por engenheiros, assistentes sociais e advogados, foi responsável por organizar um levantamento sobre a situação das favelas em Belo Horizonte, sendo realizados estudos no Morro do Querosene, na Vila São Vicente de Paulo e na Cerâmica Santa Maria. Também foi responsável por fazer o projeto de lei que criaria do DHBP. O trabalho da comissão foi feito seguindo um projeto de “desfavelização” da cidade e de remoção da população favelada para conjuntos de habitações populares. O DHBP, posteriormente formado, atuou nessa mesma linha de ação. O órgão era responsável por gerir os territórios de favelas da cidade. Entre 1956 e 1964 o DHBP construiu os Conjuntos Santa Maria, São Vicente e Vila São Bernardo, que seriam entregues aos moradores removidos de algumas favelas da cidade. Segundo Oliveira (2012, p.113),

cada obra tinha como objetivo remover as favelas de Belo Horizonte, extinguindo os espaços de pobreza e desordem. O desfavelamento significava retirar os moradores das condições sub-humanas e também a disseminação dos bens de consumo civilizados. Os apartamentos eram constituídos em estilo moderno e providos de fogão a gás, luz e outros itens de consumo valorizados.

Com a finalidade de financiar a construção dessas habitações populares, o projeto do DHBP previa uma taxa de habitação popular, cobrada sobre o valor dos edifícios e lotes revendidos a terceiros. A taxação foi aceita de início por alguns representantes do setor imobiliário, o mesmo que, posteriormente, passou a oferecer grande resistência ao projeto (OLIVEIRA, 2012). O DHBP era coordenado por um Conselho Técnico Consultivo, formado por sete representantes de entidades assistenciais, culturais e

associações de classe, não sendo incluídas as UDC's. Os representantes do conselho e o diretor do DHBP eram nomeados pelo prefeito e o cargo de representante era não-remunerado. O formato do conselho objetivava fazer do DHBP um órgão imparcial, livre das influências de lideranças populares. A partir de 1960 o prefeito não nomeou mais representantes para o conselho. Os primeiros representantes haviam se mostrado pouco ativos e existia certa descrença em relação aos objetivos do DHBP. Desse período em diante o órgão ficou marcado por uma maior aproximação com as associações de favelados, no intuito de ganhar maior legitimidade para a política de “desfavelização”. Eram comuns os contatos de cunho clientelista entre os diretores do órgão e as lideranças das associações (OLIVEIRA, 2012).

Em 1959 a luta das UDC's culmina na formação da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte. Segundo Oliveira (2011), com o início do governo Amintas de Barro, as associações de favelados viram as conquistas feitas no governo anterior serem ameaçadas, tornando necessária a construção da Federação como forma de as proteger. A formação de uma Federação de associações de bairro não era uma novidade de BH. Na mesma época outras cidades do país já experimentavam a aglutinação de associações de bairro e de favelas em entidades representativas mais amplas como um importante meio de luta dos moradores de periferia. No Rio de Janeiro havia sido fundada a UTF, União dos Trabalhadores Favelados do Rio de Janeiro, em 1954; em São Paulo criou-se a “Federação das Sociedades de Amigos de Bairros e Vilas de São Paulo”, também em 1954. A Federação dos Trabalhadores Favelados de BH começou a partir de uma articulação iniciada na UDC da Pedreira Prado Lopes. A entidade começou com nove associações e em 1964 já contava com 55 afiliadas. Não era permitido que uma comunidade tivesse mais de uma associação representada na Federação. Nas reuniões, segundo o estatuto, a fala era aberta a todos aqueles que participassem de alguma entidade representativa de bairro ou favela. Não havia discriminação partidária, nem uma orientação política definida. O primeiro presidente da entidade foi Hermogêneo Moura, da Vila Perrela. De 1961 a 1964, o presidente foi Francisco Nascimento, da Vila Nosso Senhor dos Passos, responsável por uma maior aproximação da Federação com as

organizações de esquerda da época¹⁶.

A luta principal da Federação, sem dúvida, era contra a remoção dos moradores de favela. Mas também há que se destacar seu engajamento pela melhoria da infraestrutura das comunidades faveladas, por equipamentos urbanos e pela legalização de lotes. Segundo Oliveira (2012, p.110),

em vez de identificar as favelas como um espaço transitório do urbano, as performances articuladas pelo movimento social mostravam-nas como um lugar de moradia. Com isso, reivindicava não só a permanência, mas o reconhecimento do direito de propriedade do lote e de melhoramentos urbanos.

Nesse sentido, a referência maior nos embates contra a remoção de moradores e contra a política de “desfavelização” da prefeitura foi sempre o episódio da Vila dos Marmiteiros, lembrado em diversos atos e notas¹⁷ públicas da entidade.

A Federação era a principal responsável pelas manifestações da população favelada. Além da luta contra as remoções, pela legalização dos lotes e por equipamentos urbanos nas favelas¹⁸, a Federação apoiou também a ocupação de terrenos privados. Essa ação era facilitada pelas disputas políticas entre governo municipal e governo estadual. Sendo oposição do prefeito Amintas de Barro (PTB – Partido Trabalhista Brasileiro), o governador, José de Magalhães Pinto – ligado à UDN - só aceitava o uso da força policial para expulsar os ocupantes informais nos casos em que havia ordem judicial favorável ao proprietário do terreno (AFONSO & AZEVEDO, 1987). Entre 1963 e 1964, a Federação apoiou a ocupação das vilas Cabana do Pai Tomás, Frei Josafá, Padre Lage, Padre Alípio e Operário-Estudantil. Nessa ocasião, também prestaram apoio entidades da esquerda

16Francisco era filiado ao Partido Comunista Brasileiro.

17 Dois meios de luta importantes usados pela Federação foram o jornal da entidade, o “A Barroca”, e um programa de rádio semanal, o “Voz do Trabalhador Favelado”, na Radio de Minas.

18 Muitas das lutas contra o desfavelamento eram encaminhadas pelos “advogados dos favelados”. Durante o período de existência da Federação os advogados dos favelados foram Fabrício Soares e Dimas Perrin. O primeiro foi Deputado Estadual pela UDN; e se engajou na luta sindical e dos favelados após romper com o partido em 1958. O segundo era membro do Partido Comunista, mas filiado ao PTB; se tornou advogado da Federação a partir de 63, período no qual se tornou vereador na cidade.

como a Ação Popular, Juventude Católica e o Partido Comunista Brasileiro, às quais alguns dos líderes do movimento de favelas eram ligados.

3.2.1 O interregno da luta por moradia após 1964

Em 1964 veio o golpe militar e com ele a repressão aos movimentos de favelados em BH. Em maio de 64 foi instaurado um inquérito policial indiciando as lideranças do movimento e que se serviu das ocupações de 63, citadas acima, para criminalizá-lo¹⁹. Francisco Nascimento e outros líderes do movimento foram presos, alguns sendo torturados. As sedes das associações, incluindo a da Federação, na Pedreira Prado Lopes, foram fechadas e colocadas sob responsabilidade da prefeitura (OLIVEIRA, 2012).

Por conseguinte, no período que vai de 64 a 74, as mobilizações de luta por moradia foram bem escassas. Algumas lideranças continuaram se encontrando clandestinamente, mas não ocorreram grandes manifestações como no período anterior a 64. Em 68 assiste-se um reinício de mobilização, logo contingenciado pelo AI5. Fato mais marcante nesse período foi uma manifestação em 1970, relativamente grande, feita pela população favelada em frente à Faculdade de Direito da UFMG, contra a desapropriação de três favelas (Favelas do Alecrim, da Andradas e da Abadia). A Faculdade de Direito da UFMG, por sua vez, ajudava os favelados por meio de seu Departamento de Assistência Jurídica (AFONSO & AZEVEDO, 1987; RAMOS, 2012).

A partir de 1964 as ações do poder público municipal em relação a questão habitacional seguiram numa diretriz cujo cerne foi o “desfavelamento”. Em 1965 criou-se um órgão de assessoria ao DHBP, se tratava dos Serviços Municipais para o Desfavelamento e das Áreas Urbanas e Suburbanas. Com isso, o desfavelamento passou a ser a única tônica da política municipal para a população favelada. Nos três primeiros meses de trabalho do novo órgão foram derrubados mais barracões do que nos dez anos anteriores de funcionamento do DHBP. Em 1971 o DHBP deixou de existir e surgiu em seu lugar a CHISBEL (Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo

¹⁹ O responsável por indiciar os membros da Federação e fazer o fechamento das associações foi o coronel Gradinor Soares, nomeado interventor na Federação.

Horizonte).

Este órgão atuou nos anos que se seguiram quase que unicamente a favor da desfavelização. Haviam poucos recursos para seu funcionamento. A Taxa de Habitação Popular, criada quando do funcionamento do antigo DHBP, reduziu de 3% para 1 %, não havendo recurso sequer para a indenização adequada dos despejos (AFONSO & AZEVEDO, 1987).

3.2.2 A luta por moradia após 1974

A partir de 1974 o movimento de favelados voltou a se articular. As antigas lideranças da Federação de Trabalhadores Favelados começaram a fazer reuniões em um local cedido por um vereador da cidade. Com o tempo essas lideranças passaram a frequentar as reuniões da Pastoral de Favelas, realizadas na Cúria Metropolitana (na sede da Arquidiocese de Belo Horizonte).

A antiga Federação voltou à ativa, então, nesse período, sob o nome de União dos Trabalhadores de Periferia – UTP²⁰ (AFONSO & AZEVEDO, 1987). Entre os articuladores desse processo de reorganização da antiga Federação estavam Francisco Nascimento, Obregon Gonçalves²¹, Vicente Gonçalves, Felipe Coubertino e João Pio. Após a criação da UTP, Francisco Nascimento²², que havia sido presidente da Federação entre os anos 1959 e 1964, se tornou seu primeiro presidente (OLIVEIRA, 2009).

Pouco tempo após ser recriada a UTP recebeu de volta sua sede da prefeitura. A entidade começou a atuar nas favelas e vilas da cidade estimulando os moradores na construção de associações comunitárias. O ímpeto visando a criação de associações, entretanto, não se repetiu no incentivo dado à participação das comunidades nas associações. De certa forma, a entidade procurou centralizar as demandas dos favelados.

²⁰ Segundo Gohn (1991) a UTP foi fundada em 1977.

²¹ Obregon Gonçalves foi um advogado criminalista, chegou a ser vice-presidente da OAB-MG, nasceu em Belo Horizonte, no Barro Preto.

²² Francisco Nascimento era um migrante da Bahia, veio para BH em meados da década de 50. Morava na Vila Nosso Senhor dos Passos, próxima à Pedreira Prado Lopes (Oliveira, 2009).

As associações criadas nesse período também não receberam nenhum estímulo para sua formalização perante o Estado.

Nesse período inicial, a UTP recebeu forte apoio da Pastoral de Favelas, esta recém criada pelo Padre Piggi. A seguinte fala do Padre Piggi sobre Francisco Nascimento exprime bem sobre o bom relacionamento entre as lideranças das duas entidades: “[O Francisco] era uma pessoa de uma honestidade e de uma retidão fantástica. [Ele] era um nordestino [...] com uma força, uma disposição, era o típico exemplo do verdadeiro favelado. Um lutador, um cara corajoso, [aquele] que acha a solução”.

A Pastoral de Favelas foi criada em meados dos anos 70 pelo Padre Piggi, com ajuda de militantes ligados à Igreja Católica, a exemplo de Emely Vieira Salazar e José Carlos Lander. O Padre Piggi foi a principal liderança da Pastoral durante seus poucos anos de existência. De nacionalidade italiana, Piggi – Pier Luigi Bernareggi²³ - veio para o Brasil em 1964. Trabalhou em várias paróquias na capital mineira quando em 1977 se estabeleceu na “Paróquia de Todos os Santos” no Bairro 1º de Maio, na região norte de BH - local onde seria pároco pelas próximas décadas. Até 1981 dirigiu a Pastoral Geral de Favelas da Arquidiocese de Belo Horizonte, depois disso concentrou suas atividades na região norte da cidade, dando grande apoio ao movimento de sem-casa que se desenvolveu nesse local após 1984. Com o apoio das lideranças da UTP, a Pastoral começou a fazer encontros de favelados pela cidade, procurando possibilitar aos moradores de aglomerados e favelas as condições para auto-organização, conscientizando e orientando esses moradores quanto às suas capacidades para se mobilizar e se unir frente ao poder público e outros interesses organizados. Sobre o apoio da UTP, o Padre Piggi afirma: “trabalhávamos juntos, fazíamos reuniões juntos, planejávamos coisas juntas. Nós criávamos grupos de favela, tipo comunidade na favela, produzíamos líderes

23 Pier Luigi Bernareggi, mais conhecido como Padre Piggi, nasceu na Itália, na cidade de Milão. Seu pai era um comerciante de aço que queria ver o filho seguir a carreira no comércio. Mas esse não foi o desejo do Padre Piggi. Este afirma que sua “tendência” era mesmo “pela reflexão”. Aos 15 anos ele ingressou no movimento estudantil católico, nas escolas públicas de Milão, nas décadas de 50 e 60. Se tornou Doutor em Filosofia pela Universidade de Milão e em 1964 foi convidado a vir para o Brasil, se estabelecendo em Belo Horizonte. Trabalhou em várias paróquias na capital mineira quando em 1977 se fixou na Paróquia Todos os Santos no Bairro Primeiro de Maio. Até meados de 80 deu aula em Seminários em BH.

notáveis para a luta dos favelados”.

A Pastoral tinha sua sede no edifício da Arquidiocese de Belo Horizonte, num “barraco de madeira” ao lado do Palácio do Bispo. Muitas das reuniões aconteciam nesse local. Os encontros de favelados aconteciam uma vez por mês, cada mês em uma favela diferente. Ocorriam também congressos de favelados. O Padre cita como exemplo uma Assembléia Geral dos Favelados, ocorrida na Escola de Direito da UFMG²⁴. A Pastoral foi bastante atuante até o início da década de 80. Desse período em diante, segundo o Padre Piggi, ela deixa de existir como uma entidade única, que congregava toda a cidade. Em seu lugar surgiram Pastorais Regionais, “mas isso”, nas palavras do Padre, “foi a mesma coisa que a destruir, porque se tem uma coisa que [fazia] a força do favelado na cidade [era] estar todo mundo junto”. As Pastorais Regionais eram coordenadas pelas Regiões Episcopais de Belo Horizonte, estas também criadas em 1981. Entretanto, apenas a Pastoral da Região Episcopal de Venda Nova se tornou suficientemente organizada e atuante. Isso, em grande parte se deveu ao trabalho do Padre Piggi, que era o Vigário Geral dessa região na época.

De acordo com o Padre Piggi, o fechamento da “Pastoral de Favelas Geral da Arquidiocese” foi ordenado pelo Bispo Auxiliar Dom Arnaldo Ribeiro. Afonso & Azevedo (1987) citam que o encerramento da Pastoral se deu em 1981. Os motivos exatos para o encerramento não são claros, mas o Padre Piggi relata que o “Bispo Auxiliar [...] pertencia a uma das famílias de especuladores de terreno maiores de Minas e que mandou parar a Pastoral de Favelas”²⁵.

24 Segundo Somarriba, Valadares & Afonso (1984), a Pastoral de Favelas realizou entre os anos 1980 e 1982 três congressos de favelados. Nos dois últimos deles, em 81 e 82, foi colocada em pauta a necessidade da criação e expansão das CEB's pela cidade com a finalidade de conscientizar os moradores de favelas quanto a seus direitos e também ajudar na consolidação das associações dos bairros. No congresso de 1982 foi constituída uma Comissão Unitária formada por membros da UTP e da Pastoral que objetivava auxiliar juridicamente os favelados em suas demandas. Pouco tempo depois, segundo a autora, três advogados ligados a essas entidades se encontravam prestando assistência jurídica aos moradores de favelas da cidade.

25 Emely Vieira Salazar, uma das fundadoras da Pastoral, diz, em entrevista para uma pesquisa de mestrado (Freitas, 2015, p.144), que a causa para o fim da Pastoral foi a cooptação de suas lideranças por militantes do PT mineiro, que então se formava. Assim ela diz: “O PT acabou com a Pastoral [...] porque o movimento da Pastoral de Favelas tava um movimento grande e aí eles começaram a infiltrar, porque eles são assim competentes, lideranças competentes. Chegaram, pediam a palavra, e começou a propor coisa e a cooptar [...] Me lembro o Mares Guia né, ia pra reunião da gente sabe [...] o João Bastista [Mares Guia]

Além da PF, a Igreja Católica promovia a organização popular nas periferias por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). As CEB's constituíam um lugar de encontro dos moradores para discutir assuntos ligados à fé e aos problemas da comunidade. Em Belo Horizonte as CEB's não tiveram a mesma importância e proporção que tiveram em outras cidades do país, como, por exemplo, em São Paulo. Na capital mineira a entidade da Igreja que mais representou a vertente da Teologia da Libertação foi a Pastoral de Favelas. Na verdade, boa parte das CEB's criadas no município nesse período foi fruto do trabalho da Pastoral de Favelas, com ajuda do movimento de favelados, tal como foi abordado acima. As regiões da cidade onde as CEB's foram mais fortes foram o Barreiro e Venda Nova. A cidade industrial de Contagem também foi um palco importante de atuação das CEB's.

A atuação da Pastoral de Favelas e da UTP influenciou a criação de muitas associações de moradores em BH no final da década de 70. Segundo Somarriba (1996), 65% das 202 associações de moradores cadastradas no município em 1980 haviam sido criadas entre os anos de 1974 e 1980. Além das atividades da Pastoral e da UTP, outras variáveis tiveram influência sobre esse fenômeno²⁶: por um lado, houve o impacto de fatores como a política de remoção da Chisbel e os problemas causados pelas fortes chuvas dos anos de 78 e 79; por outro, houve certo incentivo ao associativismo comunitário pelos programas sociais do Estado que tinham um caráter mais participacionista - mesmo que tal participação estivesse limitada ao momento de execução desses programas, a exemplo do PRODECOM²⁷. Além desses fatores, vivenciava-se naquele momento um início de abertura política e, de forma geral, o fortalecimento do ativismo popular (CONTI, 2004; AFONSO & AZEVEDO, 1987; DOIMO, 1996).

[...] Eu era muito amiga dele, aí ele começou a ir nas reuniões né e assumir, propor coisas né e aí foi virando aquele negócio que deu mais né”.

26 Nesse sentido, é importante citar a influência que teve o aumento da população favelada da cidade nesse período. Entre 1981 e 1985, o número de moradores das favelas de BH passou de 233.500 para 550.000. Dados de Filho & Ávila (2008), com base em dados da PLAMBEL de 1989.

27 O Prodecom (Programa de Desenvolvimento de Comunidades), criado em 1979, tinha a função de promover a urbanização de vilas e favelas, trazendo equipamentos urbanos para as comunidades, como eletricidade, sistema de esgoto, água tratada, pavimentação de ruas, etc. As obras trazidas pelo Prodecom eram executadas pelos moradores das comunidades, em sistemas de mutirão.

Muitas das associações criadas nesse período se encontravam ligadas à UTP. Em 1980, poucos anos após sua fundação, a UTP já somava 40 associações afiliadas (SOMARRIBA, 1996). A entidade foi muito ativa nesse período, reivindicando melhores indenizações para a população alvo das remoções - muito comuns nessa época devido às enchentes de 78 e 79 e às obras em vias públicas - e lutando por melhorias urbanas para a população das vilas e favelas. A outra luta da UTP foi pela regularização fundiária, ou seja, pelo reconhecimento legal dos territórios de favelas. Segundo Afonso & Azevedo (1987), a regularização fundiária não era a bandeira principal da entidade, sendo defendida com mais força pela Pastoral de Favelas. Mas, como se verá adiante, com as oportunidades surgidas no contexto político da época, a UTP começou a direcionar suas ações para o problema da regularização. Nesse sentido, foram importantes as mobilizações feitas em torno da criação e regulamentação do PROFAVELA (Programa Municipal de Regularização de Favelas), entre 1983 e 1984.

O projeto de lei que instituía o PROFAVELA foi criado em janeiro de 1983, no governo do prefeito Júlio Laender, mas só veio a ser regulamentado em agosto de 1984, no governo de Hélio Garcia, por meio do Decreto nº4762. O PROFAVELA mudou a forma como os territórios de favela eram reconhecidos pelo Estado. Até aquele momento não haviam sido criados mecanismos que regulamentassem a posse dos terrenos em locais de assentamento informal.

Com o PROFAVELA os territórios de favela se tornaram Setor Especial-4 (SE-4). No ano seguinte, no governo de Rui Lage, a figura do SE-4 foi incorporada à Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Belo Horizonte (LUOS), de 1976. Tal lei ignorava, até então, os territórios de favelas tratando-os como “área de preservação permanente da cobertura vegetal”²⁸. Os movimentos dos favelados (UTP), junto à Pastoral de Favelas, tiveram influência direta sobre a criação do PROFAVELA. Também foi importante nesse

28 Apesar de inovador, o PROFAVELA alcançou pouco do seu objetivo de regularização fundiária nas favelas. Segundo Santos (2006), de 1985 a 2003, em torno de 10.000 famílias tiveram seus lotes regularizados. Enquanto Conti (2004), afirma que de um universo de 221 favelas na cidade, apenas 15 tiveram sua situação regularizada.

sentido a maior abertura dos órgãos do Estado às reivindicações populares²⁹ e o início de uma mudança na forma como os órgãos competentes (PLAMBEL³⁰, Prodecom³¹) tratavam o problema habitacional (CONTI, 2004; AFONSO & AZEVEDO, 1987).

A construção do projeto do PROFAVELA teve também a contribuição do arquiteto José Carlos Laender³², militante da esquerda católica - e um dos fundadores da Pastoral de Favelas - que assessorava o movimento de favelados. Como primo do prefeito nomeado da época, Júlio Arnoldo Laender, Carlos Laender interveio junto ao prefeito e organizou uma reunião dos líderes favelados com o mesmo. A reunião se deu no dia 15 de maio de 1982, e nela o presidente da UTP, Francisco Nascimento, solicitou a criação de uma comissão para estudar o problema da regularização fundiária nas favelas da cidade. A comissão foi formada, com Carlos Laender sendo seu primeiro coordenador. Os trabalhos da comissão propiciaram um amplo debate entre diversos órgãos do Estado e representantes da sociedade civil (UTP, Pastoral de Favelas, FJP, Sociedade Mineira dos Engenheiros, Sindicato dos Engenheiros, Minas Caixa, BNH, Prodecom, PLAMBEL,

29 Segundo Conti (2004) essa abertura de Órgãos do Estado às reivindicações populares estava relacionada ao começo da abertura democrática por meio das primeiras eleições diretas para governador em 1982.

30 O PLAMBEL, órgão do Estado de MG responsável por gerir a Região Metropolitana de BH, foi instituído no governo de Israel Pinheiro, em 1971, quando o governo estadual firmou acordo com 14 municípios da região metropolitana para criar o primeiro Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, realizado por técnicos da Fundação João Pinheiro. O PLAMBEL foi responsável por muitos estudos de planejamento integrado, em áreas como transporte, uso e ocupação do solo (Tonucci Filho, 2012). Quando da discussão do PROFAVELA, o PLAMBEL chegou a criar um documento chamado "Diagnóstico das Favelas na RMBH", com propostas para urbanização e titulação dos terrenos em favelas (Conti, 2004).

31 O Prodecom (Programa de Desenvolvimento de Comunidades), implantado em 1979, foi desenhado com algumas metodologias participativas e, de certa forma, buscava incentivar a participação e o associativismo comunitário. Segundo Santos (2006), o programa teve um papel ligeiramente relevante na construção do Pró-favela. A relação não fica muito clara, mas parece que o Prodecom possibilitou que os técnicos e gestores dos órgãos voltados para a política de habitação mudassem suas concepções e formas de atuar frente à questão das vilas e favelas. É nesse sentido que o PLAMBEL passou a planejar formas de promover a regularização fundiária em BH.

32 José Carlos Laender de Castro era membro do IAB-MG (Instituto dos Arquitetos do Brasil) e teve um longo histórico de assessoramento aos movimentos de luta por moradia em BH. Natural de Teófilo Otoni, mudou para BH em 1950, aonde veio a se formar em Arquitetura pela UFMG. Na juventude se envolveu com os trabalhos sociais da Igreja Católica, como aqueles feito pelo Padre Agnaldo Leal, pároco da Igreja Santo Antônio que ajudou muito na luta dos favelados nos anos 50 e 60. Na década de 80 foi Acessor Especial do prefeito Júlio Laender, de quem era primo, e foi o primeiro coordenador do Pró-favela. Foi também acessor técnico da UTP e da SEMCASA (entidade criada pelo Padre Piggi na década de 90). Em 1991 Laender se tornou presidente da Urbel (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte), e antes, entre 89 e 90, havia sido Diretor de Planejamento deste órgão (Urbel, 2016).

IAB-MG) sobre a elaboração de um programa de regularização dos loteamentos ilegais. Em setembro do mesmo ano um projeto de lei sobre o referido programa foi apresentado à Câmara Municipal da cidade, que o aprovou³³ (FREITAS, 2015; AFONSO & AZEVEDO, 1987). A fala do Padre Piggi salienta a importância que Carlos Laender teve na elaboração do PROFAVELA: “Nós devemos tudo ao José Carlos Laender, que era primo do Júlio Laender. [Ele] ajudou no sentido de que ele montou o esquema todo com os técnicos. Ele era primo do [Júlio] Laender e como tal tinha trânsito livre dentro [da prefeitura]. Ele aproveitou essa chance para formatar o PROFAVELA”.

A lei foi sancionada pelo prefeito em janeiro de 1983, mas deveria ainda ser regulamentada. Com a demora para regulamentar, os movimentos de luta por moradia entraram em cena. UTP, Pastoral de Favelas e a recém criada FAMOBH (Federação das Associações de Moradores de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte) começaram a fazer manifestações exigindo a regulamentação do programa, o que desaguou na grande manifestação do dia 5 de julho de 1984 no Teatro Francisco Nunes. Vicente Gonçalves, “advogado dos favelados”³⁴, descreve assim esse momento: “Pegamos uma assembléia com os favelados e falamos “nós vamos fazer uma manifestação na praça tomar a prefeitura e o “diabo a quatro”, mas vamos regulamentar [...] Aí o resultado: “vamos reunir para o Pró-favela”. Aí reunimos naquele teatro que tem na Francisco Nunes³⁵ e de lá nós tiramos a comissão para fazer o Pró-favela. Essa comissão reunia na prefeitura. [Participavam] Dalva Estela, Padre Piggi, e uns outro pessoal lá... [Mas a FAMOBH] “não queria ir de início não”. O Padre Piggi também relata o momento: “montamos um esquema no Parque Municipal, no Teatro Francisco Nunes. E chamamos, em frente

33 Sobre esse episódio, Afonso & Azevedo (1987, p.127) fazem a seguinte reflexão: “num ambiente de final de governo, em que se previa a vitória da oposição nas eleições que se aproximavam, a Câmara aprovou o projeto praticamente sem resistência. Presume-se que o Legislativo não tinha ideia clara do alcance desse instrumento legal, considerando-o apenas como mais uma lei de cunho social para não ser cumprida, fato muito usual no país”.

34 A figura do “advogado dos favelados” era central no movimento dos favelados. O advogado da Pastoral de Favelas era Arutana Comério, já na UTP foi Vicente Gonçalves que ganhou a alcunha de “advogado dos Favelados”. Antes, em torno de 1974, quando da criação da entidade, Obregon Gonçalves foi quem prestou assistência jurídica à UTP.

35 Segundo Conti (2004, p.196), a manifestação no Teatro Francisco Nunes, relatada por Vicente e Piggi, aconteceu em agosto de 1984. Já José Carlos Laender – ver carta de Laender na Dissertação de Mestrado de Freitas (2015) - afirma que a manifestação se deu no dia 5 de julho, quando compareceram cerca de “10.000 favelados para pressionar a PBH”.

assim, os caras da prefeitura, entre os quais tinha os dois irmãos [...] Walfrido Mares Guia, [que] faziam parte do governo municipal [...] Então chamamos eles às falas, eles tiveram que se comprometer por um documento escrito. E de fato, depois de dois ou três dias, nós já estávamos nos reunindo, o pessoal das entidades lutadoras de favelas, com eles, para nós fazermos a regulamentação”³⁶.

A criação do PROFAVELA reorganizou a estrutura dos órgãos estatais responsáveis por gerir a política habitacional de BH. De início a gestão do programa ficou sob o encargo de três secretarias: Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Atividades Urbanas e Obras Urbanas e Secretaria de Obras Civis. Diante de dificuldades para articular as ações entre os três órgãos a coordenação do Pró-favela passou para a Secretaria Municipal de Ação Comunitária - SMAC (que será abordada mais a frente nas discussões sobre a AMABEL). A partir de 1986, frente aos problemas para alcançar os resultados esperados do programa, a Urbel³⁷ assumiu o PROFAVELA. Também nesse período foi extinta a antiga Chisbel. A partir de 1984, após ajudar a promover grandes manifestações pela criação PROFAVELA, a UTP começou a perder protagonismo no cenário das reivindicações populares do município. As causas para esse enfraquecimento na atuação reivindicante da entidade não são completamente claras. Mas alguns fatores podem ter contribuído para isso.

Uma das referências na literatura a essa questão do enfraquecimento da UTP é feito em um trabalho de Maria das Mercês Somarriba, de 1996. Nele a autora relaciona esse enfraquecimento da entidade ao fato de muitas de suas lideranças terem sido

36 Ainda segundo o Padre Piggli, a criação da comissão para regulamentar o PROFAVELA se deu por interferência do governador Tancredo Neves, que, em viagem ao Rio de Janeiro, ligou para Hélio Garcia pedindo para que este realizasse a regulamentação. Na fala do Padre: “Tancredo Neves que era governador, e estava no Rio [de Janeiro], mandou um telegrama para o Hélio Garcia [dizendo]: “pelo amor de Deus resolve esse problema, que ta me enchendo o saco [risos]”. O Tancredo, lá de onde ele estava, exigiu que se fizesse a regulamentação”. Afonso & Azevedo (1987), baseando-se em relato do mesmo Padre Piggli, diz “que foi de crucial importância o contato de D. Serafim, Bispo da Cidade, com o então Governador do Estado, Dr. Tancredo de Almeida Neves, que acionou o prefeito, por ele nomeado, para que desencadeasse o processo de regulamentação da Lei”.

37 Em 1983 a antiga empresa Ferrobrel (Ferro de Belo Horizonte S.A) se tornou a Urbel (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte).

incorporadas aos órgãos do município responsáveis pela política habitacional, chegando ao ponto de a própria sede da UTP ser transplantada para dentro da Urbel³⁸. Somarriba (1996) diz ainda que a UTP foi mais "privilegiada" nas relações com o Estado do que a FAMOBH. A autora cita dois motivos para tanto: primeiro, haveria uma preferência por parte de membros de órgãos do governo pela UTP, o que era justificado pelo fato das lideranças dessa entidade possuírem maior experiência na luta por moradia, enquanto que a FAMOBH seria liderada por militantes de "classe média" inexperientes; o segundo motivo é a maior ênfase no diálogo demonstrada pela UTP, enquanto a FAMOBH estaria mais voltada para uma ação de resistência e embate com o poder público.

Os relatos confirmam o que a autora diz sobre a relação próxima entre a UTP e os órgãos municipais da política habitacional no período pós-84, apesar de constituir um erro generalizar essa afirmação para todas as lideranças da entidade. Sobre a preferência da UTP pelos administradores desses órgãos, deve ser pontuado o fato de que a FAMOBH era, naquele momento, uma entidade recém-criada. Seus militantes eram mais jovens e tinham um estilo de atuação distante do corporativismo da UTP³⁹. Prova disso foram as manifestações e as ocupações de terreno apoiadas pela FAMOBH a partir de 1985. A UTP, por sua vez, era fruto de um processo de lutas iniciado nos anos 50⁴⁰, com a fundação da Federação de Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte.

38 Sobre isso, as lideranças entrevistadas nesta pesquisa afirmam que as reuniões da UTP começaram a acontecer dentro da Urbel, dado que suas principais lideranças começaram a trabalhar nesse órgão.

39 Esse estilo dito "corporativista" diz respeito ao período posterior a 1984.

40 Sobre isso, é importante citar a idade das lideranças da entidade. Enquanto a FAMOBH tinha lideranças mais jovens, a UTP era formada por "quadros" mais velhos, formados antes da Ditadura Militar. Isso pode ter também contribuído para o enfraquecimento da UTP.

3.3 A luta por moradia entre os anos 1985 e 1995: Descrição Geral

3.3.1 O conceito de “movimento social” e a luta por moradia em BH entre 1985 e 1995

Passado o auge da luta por moradia empreendida pelo movimento dos favelados, começaram a ganhar destaque as mobilizações realizadas pelas diversas entidades comprometidas com a luta pelo direito à moradia para a população de sem-casa. Aproximadamente a partir de meados dos anos 80⁴¹ ocorreram diversas ocupações de terrenos em BH por grupos que reivindicavam moradia. Muitas delas desordenadas, sem uma organização interna consistente; eram ocupações espontâneas, frutos da pura necessidade de morar. Entretanto, aconteciam também muitas ocupações organizadas, o que significa que eram lideradas e coordenadas por lideranças ligadas a associações comunitárias, grupos de sem-casa organizados e entidades aglutinadoras. A atuação conjunta desses atores contribuiu para a constituição do “movimento de luta por moradia de BH”. Antes de descrever a atuação das entidades e lideranças envolvidas no movimento é importante fazer alguns esclarecimentos sobre por que a luta por moradia em BH entre os anos 85 e 95 configurava um processo social passível de ser analisado por meio do conceito de movimento social.

Segundo a abordagem teórica usada neste trabalho, um movimento social é composto por redes de interações informais entre uma multiplicidade de atores, sejam indivíduos ou organizações, que se encontram envolvidos em um mesmo conflito político e compartilhando de uma mesma identidade coletiva (DIANI, 2003). O movimento de luta por moradia de BH se aproxima das dimensões apresentadas nesse conceito por vias bem específicas. A primeira dimensão, da interação entre os atores, será mais desenvolvida no próximo capítulo, através da análise da rede do movimento. Mas por ora pode-se afirmar que esse processo de lutas se adequava ao aludido conceito de movimento social, e que ele tomava a forma de uma ampla “rede de relações informais” entre suas lideranças. Mesmo com diferenças nos pontos de vista sobre a luta por moradia

41 Importante mencionar que ocupações de terreno “não-organizadas” sempre aconteceram na cidade, antes e depois desse período.

e sobre os meios utilizados para alcançar seus objetivos, tais lideranças se conheciam e em muitos casos, como veremos, se ajudavam. Sobre a segunda dimensão - do envolvimento em um mesmo conflito político -, havia entre as lideranças, e entre os demais militantes, certo reconhecimento de sua situação comum de engajamento num processo de luta pelo direito à moradia. Esses atores reconheciam também estarem inseridos, em certa medida, em uma situação de conflito político com o Estado e com outros atores societários. Variavam, contudo, os agentes do Estado e da sociedade com os quais os grupos entravam em conflito.

A dimensão da identidade coletiva já é um pouco mais complicada. Havia um reconhecimento mútuo dos atores sobre sua participação em um movimento de luta por moradia, o que não é sinônimo, entretanto, de uma identidade coletiva única compartilhada por todos os atores. Sobre isso, há que se observar as premissas por trás do conceito de identidade coletiva. Tal conceito, segundo Melucci (1996), implica a presença de determinados elementos no fenômeno de ação coletiva sob análise: primeiro, deve haver “definições cognitivas” compartilhadas sobre os fins, os meios e o campo de ação no qual os atores estão envolvidos; segundo, implica na existência de uma interação ativa entre esses atores; terceiro, deve haver um “envolvimento emocional” que os façam se sentirem parte de uma coletividade. Além desses três elementos, a existência de identidade coletiva pressupõe que os atores tenham a capacidade de reconhecer os efeitos de suas ações como tais, ligando diversos eventos ocorridos no tempo na forma de narrativas abrangentes. Também pressupõe que eles possam desenvolver uma autoidentificação que os habilite a se distinguir de atores externos. Em contrapartida, esses atores externos também devem reconhecer a identidade própria desenvolvida pelo movimento⁴².

Ora, se forem levados em consideração todos os atores envolvidos na luta por moradia em BH, no período de 85 a 95, certamente que esses elementos não estavam presentes ao mesmo tempo entre todos eles. Esses atores sabiam da existência uns dos

42 Para existir esse reconhecimento por parte desse atores externos deve existir um grau mínimo de reciprocidade entre estes e o movimento. Quando os atores externos não reconhecem a existência e identidade própria do movimento o que pode haver é a pura repressão por parte desse atores (Melucci, 1996).

outros e tinham consciência de que formavam um amplo grupo envolvido com a causa da moradia. Todavia, não compartilhavam das mesmas “definições cognitivas” sobre os meios⁴³ de luta por moradia, as quais mudavam segundo os grupos envolvidos. Da mesma forma, os outros itens do conceito de identidade coletiva se encontravam presentes de maneiras bem específicas em cada grupo de luta por moradia. Por exemplo, muitos atores compartilhavam elementos de um discurso comum para descrever os acontecimentos da época. Todos tinham algum conhecimento desses acontecimentos e sabiam minimamente sobre as lideranças e entidades envolvidas nesses eventos. Feitos esses apontamentos, é importante lembrar que a noção de identidade coletiva deve ser utilizada como um tipo ideal, ou, nos dizeres de Melucci (1996, p.77), como “um conceito, uma ferramenta analítica, e não um dado, uma essência, uma coisa com uma existência real”.

Sendo assim, pode-se dizer que os atores envolvidos na luta por moradia compartilhavam de alguns dos elementos presentes no conceito de identidade coletiva, e não de outros. De forma geral, as lideranças de cada grupo se conheciam e, em muitos casos, entravam em cooperação. Também havia um auto-reconhecimento delas sobre sua participação em uma luta comum e uma narrativa compartilhada sobre os principais eventos ocorridos no período. Mas os repertórios de ação, as “definições cognitivas” sobre as fronteiras do movimento e o campo de ação de cada grupo variavam. Em termos de repertórios, certos atores procuravam agir de maneira mais combativa com o Estado, ao passo que outros se aproximavam, em determinados momentos, dos agentes do Estado. Isso também tinha uma variação no tempo. Por exemplo, com as mudanças no governo municipal no início da década de 90, a relação de enfrentamento que a FAMOBH tinha com os órgãos do Estado sofreu mudanças. Tais mudanças na interação com o Estado constituem o que Doimo (1996) chama de uma “sociabilidade cambiante” dos movimentos populares urbanos no Brasil. Seria um relacionamento de “dupla face”, de forma que ora preponderou a face “expressivo-disruptiva”, de negação à

⁴³ Havia variações nos repertórios de ação usados por tais atores, de caminhadas e manifestações na frente de órgãos do Estado à ocupação de terrenos, assembleias, congressos e reuniões com autoridades do Estado. A ocupação de terrenos era um repertório amplamente usado, mas nem todos eram a favor dessa tática: alguns grupos procuravam apoio de atores políticos que tinham influência sobre a política habitacional; outros recorriam aos contatos com a hierarquia oficial da Igreja Católica para mobilizar grupos de sem-casa.

institucionalidade política, ora a face “integrativo-corporativa”, caracterizada por uma interação seletiva com o Estado. Assim, de acordo com Doimo (1996, p.199),

sob o senso de autonomia e independência, desenvolveram-se condutas de vinculação partidária e de reivindicação do lado provedor do Estado; e, sob o ethos de recusa à institucionalidade política, alcançou-se a institucionalização de novos direitos de cidadania, o estabelecimento de canais diretos e semi-diretos de participação, alterando, pois, o sistema de representação de interesses.

Todo esse tratamento conceitual é importante para a análise das redes de lideranças realizada no próximo capítulo e para melhor entender a atuação das entidades envolvidas na luta por moradia entre 1985 e 1995. Como será mostrado no capítulo 4, os principais atores envolvidos nessa luta se conheciam e procuravam, em grande parte das vezes, tecer relações de colaboração entre si. Essas relações foram a base para muitas mobilizações e conquistas do movimento. A entidade que mais articulou os atores envolvidos na luta por moradia na cidade foi a FAMOBH. Outras entidades aglutinadoras existiram nesse período, como a AMABEL (Associação dos Moradores de Aluguel da Grande BH), a CASA (Centro de Apoio aos Sem-casa da Arquidiocese de Belo Horizonte) e a CEMCASA (Central Metropolitana dos Sem-casa). Todas elas serão descritas nas seções que se seguem.

3.3.2 FAMOBH

A FAMOBH foi fundada em 1983. A origem dessa entidade está ligada às articulações feitas pela Associação dos Moradores da Zona Leste de BH com outras associações da cidade no início da década de 80⁴⁴. Uma das principais figuras nesse processo de articulação que viria a dar origem à FAMOBH foi a vice-presidente da Associação da Zona Leste na época, Dalva Estela Rodrigues de Medeiros. Sobre esse processo de articulação Dalva afirma: “nós começamos um processo de articulação [...]”

44 Uma das principais lideranças comunitárias da época, Paulão, presidente da CACVC (Centro de Ação Comunitária do Alto Vera Cruz) e um dos fundadores dos Bairros Taquaril e Mariano de Abreu, também afirma que a FAMOBH surgiu a partir da Associação da Zona Leste.

com outras regiões da cidade. Eu me lembro bem [...], com Venda Nova teve um peso, [lá] tinha a União das Associações de Venda Nova, a UNAVEN⁴⁵. [...] e aí o que nós começamos a debater é que não dava pra continuar na defesa dos direitos da população, dos moradores de forma isolada. Que era necessário que a gente trabalhasse propostas, bandeiras de luta, proposições do movimento, de forma integrada, buscando envolver as várias regiões da cidade. E aí nós partimos para criar um fórum de representação das entidades gerais, ou de entidades de áreas geográficas da cidade e essa articulação nossa redundou na realização de um Primeiro Congresso de Associações de Moradores de Bairros e Vilas de Belo Horizonte⁴⁶. E foi então nesse primeiro congresso que foi criada a FAMOBH”.

O envolvimento de Dalva no processo de articulação com outras associações da cidade e na construção do congresso levou-a a assumir a primeira presidência da FAMOBH. Nas suas palavras: “naquele momento, [1983], eu conduzi o congresso, quer dizer eu entrei tanto nessa articulação que acabou eu conduzindo o congresso e fui eleita a primeira presidenta da entidade”. Um ano depois a FAMOBH participou das mobilizações para a regulamentação do Pró-favela, como foi descrito acima. Segundo relato de Vicente Gonçalves, advogado da UTP na época, Dalva representou a FAMOBH na comissão formada a partir da manifestação no Teatro Francisco Nunes para discutir com a prefeitura a regulamentação do Pró-favela. Nessa época a FAMOBH ficou reconhecida também por seu envolvimento na luta dos mutuários da cidade. Esse

45 Segundo Somarriba (1996), a UNAVEN (União das Associações de Venda Nova) foi criada em 1981. A entidade teve forte atuação em alguns momentos, chegando a organizar três grandes congressos para debater e propor soluções no que dizia respeito aos problemas urbanos enfrentados na região de Venda Nova. A UNAVEN, entretanto, teve problemas para se manter durante os períodos eleitorais devido às diferenças político-partidárias existentes entre suas lideranças. A UNAVEN foi formada principalmente por membros da antiga FACEMG (Federação das Associações Comunitárias de Minas Gerais), criada em 1979 com apoio de políticos ligados ao Partido Arena. A FACEMG não foi bem sucedida e acabou logo, tendo como integrantes, durante seu breve tempo de atuação, principalmente as associações de moradores da região de Venda Nova. As lideranças das associações de Venda Nova ligadas à FACEMG criaram posteriormente, em 1981, a UNAVEN (Somarriba, 1996). Segundo Campos (2001, p.32), a FACEMG foi criada com ajuda do governo estadual, que tinha a pretensão de disputar com as entidades criadas pelos “trabalhadores” o controle das associações de moradores do estado de MG, principalmente as da Região Metropolitana. Um jornal da época, o Jornal dos Bairros, estampou a seguinte notícia sobre a criação da FACEMG: “FACEMG, farsa que o governo criou para manipular o povo” (Jornal dos Bairros, n. 109, dez. 1981, pag. 3) (Campos, 2001, p.32).

46 O slogan do “I Congresso de Associações de Moradores de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte” foi “TODOS JUNTOS SOMOS FORTES”.

envolvimento com a luta dos mutuários foi importante para a entidade, porque foi a partir disso que a FAMOBH conseguiu um local para sediar suas atividades.

A FAMOBH foi criada para representar os moradores de bairros, vilas e favelas em suas reivindicações frente ao poder público. O objetivo era centralizar as demandas das muitas associações de moradores existentes na cidade. Tais demandas eram bem diversas: saúde, transporte, educação, moradia, entre outras. A estrutura formal da FAMOBH reservava espaços de discussão e atuação em cada uma dessas áreas. Foram criadas diretorias para discutir os problemas da habitação, da saúde, do transporte, e até mesmo uma diretoria para pensar os problemas enfrentados pelas mulheres na cidade. Além das diretorias, existiam também os cargos executivos: presidente, primeiro e segundo vice-presidente, primeiro e segundo secretário, e primeiro e segundo tesoureiro. Estes cargos, mais as diretorias setoriais, formavam a “Diretoria da FAMOBH”. Ademais, existia também um Conselho Fiscal⁴⁷.

A filiação à FAMOBH era aberta a toda organização comunitária da cidade. Organizavam-se plenárias mensais, feitas em conjunto com as associações e os grupos organizados nos bairros. Os encaminhamentos das plenárias eram colocados em prática pela executiva da entidade, composta pelo presidente, os dois vice-presidentes, os dois secretários e os tesoueiros. As eleições da FAMOBH eram realizadas no Congresso das Associações de Moradores dos Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte. Dois anos após o primeiro, ocorreu o segundo congresso, no qual Dalva Estela foi reeleita presidente.

3.3.2.1 O envolvimento da FAMOBH com a luta dos “sem-casa”

Como foi dito, a FAMOBH era uma organização que lutava por diversas demandas dos moradores de bairros, vilas e favelas. Mas a luta pela qual ela mais se destacou foi a da moradia. Nas palavras de Toninho, que se tornou presidente da

⁴⁷ Essa foi a estrutura da FAMOBH nos primeiros anos da entidade, mas houveram mudanças. Em meados da década de 90, por exemplo, a entidade começou a ser presidida por uma junta de quatro presidentes.

FAMOBH em 1989⁴⁸: “chegou um ponto em que essa demanda [dos sem-casa] acabou ocupando grande parte da energia da FAMOBH. Isso não quer dizer que ela não reunia com as associações, reunia, mas era algo mais trivial, aquela coisa: dar as informações, ouvir as demandas. Mas a briga mesmo estava no movimento de moradia”.

O apoio da FAMOBH às ocupações começou em torno de 1985. Mas, pelos relatos das lideranças, as ocupações já estavam sendo realizadas – com um caráter mais político - na cidade desde os idos de 82, passando a ganhar mais força após 85. Fatores internos ao movimento e o contexto político local ajudam a explicar esse aumento no número de ocupações e de mobilizações por moradia. Por “fatores internos” entende-se o impacto que as entidades gerais formadas nesse período, e algumas associações de bairro, tiveram no sentido de organizar e impulsionar as mobilizações populares. As principais entidades gerais que incentivaram as mobilizações nos bairros foram a FAMOBH e a AMABEL – apesar de esta última não aderir ao repertório da ocupação de terrenos. Outros grupos organizados e associações de bairro – como a CACVC (Centro de Ação Comunitária do Alto Vera Cruz) - também participaram desse processo, mas tiveram menor impacto do que estas duas entidades. Nesta seção somente a FAMOBH será analisada, sendo a AMABEL assunto para a próxima seção.

Entre os anos 1985 e 1990 a FAMOBH incentivou a formação de muitos núcleos de sem-casa, muitos deles sem uma relação formal com as associações de bairro já estabelecidas. Estas, geralmente, procuravam não se imiscuir nas reivindicações dos grupos organizados de sem-casa. Segundo uma das lideranças que ajudou nesse processo de apoio aos núcleos: “quando estava o movimento posto naquela comunidade, a associação procurava não entrar, porque a relação dela era uma relação, vamos dizer assim, era uma relação muito promíscua. Promíscua do ponto de vista de que eles não tinham consciência acumulada pra entender isso. Mas era aquela relação assim: ‘ah, eu vou no vereador, o cara que nos ajuda aqui’. Um clientelismo muito grande. Então a tendência das associações comunitárias era não trabalhar essa questão das habitações, deixava isso rolar, porque isso acabava levando eles para o confronto com o poder

48 Antes de 1989, Toninho foi tesoureiro e diretor da área de habitação da FAMOBH.

público [...] por isso muitos dos núcleos não tinham formalidade. Porque isso poderia acontecer por dentro da associação, mas elas tinham essa resistência pelo nível de radicalização e de confronto que se estabeleceu com a prefeitura municipal”.

Em muitas situações a FAMOBH só começava a fornecer apoio aos grupos de sem-casa quando estes já estavam bastante engajados. Como assegura Toninho: “criou-se uma situação que era a seguinte: a FAMOBH virou uma referência tão grande nessa coisa da luta pela terra aqui, pela terra urbana, que às vezes acontecia um movimento lá em Venda Nova, que nem passou pela nossa entidade, não tinha a menor relação, mas todo o scripty, todo o discurso, era o mesmo [...] na hora de falar a referência era a gente [...] Nós estivemos em várias ocupações. Mas aconteceram outras tantas que nós nem passamos na porta delas no processo inicial, mas que acabou virando uma coisa da FAMOBH. Por causa do formato, do jeito, do discurso”.

Apesar de não estarem envolvidas em todas as ocupações de terreno realizadas na época, as lideranças da FAMOBH apoiaram um grande número delas. O processo de mobilização para constituição de uma ocupação era trabalhoso. Envolveria um trabalho prévio de convencimento e formação política das famílias envolvidas, e a construção de um grupo que ficasse responsável por coordenar cada ocupação. Tudo realizado, geralmente, com alguma discricção, para não despertar a atenção das autoridades antecipadamente. Era necessário planejar também a logística do processo de ocupação, os mantimentos para as famílias e a segurança das pessoas. Os relatos de Toninho dão alguns detalhes desse processo: “vou dá exemplos, um exemplo concreto pra você. Ocupação lá do Bairro Santa Maria, porque era um pouco tudo o mesmo formato. O movimento chegava no bairro: ‘ah, vamos ocupar? vamos ocupar! Ah, é um movimento só, ou mais de um movimento?! O terreno onde é e tal?’. Então definia-se a área que vai ser ocupada, estudava aquela área, qual a condição dela. [Participava] a FAMOBH, as coordenações de movimento sem-casa, a gente distribuía muito esse tipo de tarefa. Nós [...] normalmente, montávamos uma coordenação específica da ocupação, porque ela demanda um monte de coisas assim objetivas e imediatas. E a partir daí nós começávamos a conversar. Tinha uma fase que era de convencimento das famílias, da

necessidade de ocupar [...] isso era feito nas nossas reuniões, e quando íamos tratar isso a gente pedia sigilo, estudo, a gente conversava ali... oh, por exemplo, a gente não falava ‘vamos ocupar’, [era] ‘vamos fazer uma festa. Essa festa vai... né’. Então trabalhávamos com a família, que é um direito sagrado, e a ocupação como uma forma legítima de adquirir um direito que é seu. E nós mostrávamos a importância de ser uma coisa unitária, com muita solidariedade entre as pessoas [...] pra você organizar mesmo, tinha uns três, quatro meses com um monte de reuniões com as famílias. Preparando o próprio processo da ocupação, ‘o que nós vamos levar’, identificando apoio próximo de lá. ‘Nós vamos chegar de que? De caminhão? Como é que vai ser?’. Então dependendo de cada tipo de realidade a gente optava por um tipo de chegada. Tinha todo esse procedimento antes”.

Realizada a ocupação, era fundamental a existência de uma rede de apoio para manter as famílias e trazer alguma segurança aos sujeitos envolvidos. Essa rede também era construída antecipadamente, nas proximidades da região ocupada e também fora dela. Buscava-se o apoio de diversas entidades da sociedade civil, de arquitetos, lideranças de sindicatos, advogados; atores que poderiam dar apoio político, legal e material às ocupações. Como fica claro nas palavras de Toninho: “o que a família levaria para a ocupação?! ‘Ah, nós temos previsão de ocupar, mas não temos previsão de voltar. Então como é que nós vamos nos manter? E qual rede nós vamos construir de solidariedade, tanto na área da ocupação quanto fora dela? No sentido de dar apoio político’. Então você construía, organizava as famílias e as famílias se organizavam materialmente e subjetivamente para ir para a ocupação. E esse mesmo processo você trabalhava o que nós chamávamos de “entorno”, pra diminuir o impacto. Por exemplo: ‘alguém vai preso, qual vai ser nossa reação? Dá pra tirar na hora, não deixar ir preso na hora? Qual vai ser a providência? Nós temos que ter um esquema de segurança, advogados, pessoas que estão fora da ocupação, mas estão acompanhando”.

3.3.3 AMABEL

A AMABEL – Associação do Moradores de Aluguel da Grande Belo Horizonte – foi fundada em 1985 nas redondezas do bairro Primeiro de Maio. O grande articulador no processo de formação da entidade foi o Padre Piggi, também criador da Pastoral de Favelas nos anos 70. O Padre relata assim sobre o começo de seu envolvimento com a luta dos sem-casa: “ao acompanhar essas lutas das favelas e ao ver que as perspectivas eram boas, dava forças para a coisa andar com suas próprias pernas, eu comecei a me interessar para outra tragédia, pior do que a deles, que é a tragédia dos sem-casa. Porque o favelado é dono da sua casa e tem leis que permite se tornar dono da terra também, ao passo que o sem-casa não é dono de terra, nem de nada e todas as leis que existem são para o expulsarem”.

Com a ajuda do Padre alguns moradores da região do Bairro Primeiro de Maio começaram a se mobilizar para criar uma associação dos moradores de aluguel. Dona Eva, uma das fundadoras da associação, conta sobre como intermediou junto ao Padre Piggi para que fosse criada uma entidade de luta pelos sem-casa na região: “eu cheguei um dia [para o Padre] e falei, ‘ô Piggi, me arruma um lugar aí, me arranja um pedaço de terra, num aguento pagar aluguel’. Aí ele olhou pra assim: ‘uai’... porque ele também já estava todo complicado coitado. Por que ele já tinha sido preso, estava todo condenado pela sociedade de lutar pelos pobres. Então ele falou assim: ‘ô Eva, num tem como resolver seu problema, a única área que tinha já doamos para as famílias. Eu entendo seu lado. [...] A não ser que você queira não resolver o seu problema e agente tentar resolver o problema de muitas pessoas que moram de aluguel’. Aí eu topei na hora”.

O movimento começou agregando as pessoas de uma associação local, o GEDECOM (Grupo de Desenvolvimento Comunitário) e aos poucos se expandiu para todo o Primeiro de Maio. Ao tomar envergadura, o grupo decidiu marcar uma audiência com o prefeito, Rui Lage, para pedir ajuda para as famílias engajadas. Na audiência, em que também estava presente o Padre Piggi, o prefeito passou algumas orientações para os membros do movimento sobre as possibilidades de se conseguir lotes para moradia.

Segundo Dona Eva: “quando a gente viu que o Piggi sentiu que ia dar certo, aí nós conseguimos marcar uma audiência pública com o prefeito da época que era o Rui Lage. [...] Ele – o prefeito - que aconselhou: ‘ó, vocês procuram as fazendas’. Na câmara também ele fez toda as tramitações”. Pouco tempo depois o movimento conseguiu encontrar o primeiro terreno para seus propósitos: se tratava da Fazenda Tamboril, local onde seria construído o futuro Bairro Felicidade.

A partir desse momento o movimento começou a se expandir para outras regiões. As lideranças começaram a visitar outros bairros, chamando os moradores de aluguel para se organizarem e enviando cartas para as paróquias e igrejas locais. Nas falas de Dona Eva: “O Piggi fez uma carta e a gente ia em todos os bairros, todas as alas da Igreja Católica, o lugar que tinha uma igreja a gente ia. Muitos pastores recebiam a gente muito bem, outros nem...”.

A atuação da AMABEL se dava de maneira diferente da FAMOBH. Muito devido às orientações ideológicas do Padre Piggi, a entidade se opunha à tática de ocupação de terrenos. Preferiam pressionar o Estado por outras vias, como a organização de audiências públicas e protestos na frente de órgãos do Estado. Nas palavras do Padre: “usávamos um sistema diferente. Em vez de ocupar, nós nos [juntávamos] entre os sem-casa e comprávamos o terreno, [enquanto] outros terrenos [conquistados] já eram da prefeitura [...]. A diferença entre nós e o PC do B – referência aos militantes da FAMOBH - era essa”.

O contato direto com membros do Estado também caracterizou a atuação da AMABEL. Para conseguir as verbas para a construção do Bairro Felicidade houve uma mistura de pressão pública e contato com autoridades do Estado. Nesse caso, foi importante a relação mantida entre o Padre Piggi e o Secretário Municipal de Ação Comunitária, Eduardo Antunes. Por meio do secretário os membros da AMABEL conseguiram uma audiência com o Ministro do Planejamento da época, Aníbal Teixeira, que disponibilizou verba de um programa federal (PROINCO) para a SMAC (Secretaria Municipal de Ação Comunitária), e desta para a AMABEL. Como relata o Padre: “nós já

tínhamos conhecido [Eduardo Antunes] através de uma paroquiana daqui [da Paróquia], a Elizabeth. Nós fomos um dia de noite numa festinha dela de aniversário e estava lá quem: um tal de Emanuel Costa. Emanuel Costa que era Deputado Federal naquela época. Conversando pra lá e pra cá: ‘Ah, mas o que vocês querem?! Ah, mas lá tem o Aníbal Teixeira, que é muito amigo dele (Eduardo Antunes) e lá nós podemos mexer com isso’. Então nós marcamos e fomos lá [em Brasília] de ônibus, uma turma imensa. Lá, através do Emanuel Costa, entramos em contato com Aníbal Teixeira, mostramos o nosso projeto. Ele se entusiasmou e aí surgiu toda a dinâmica da AMABEL, com as verbas de Brasília diretamente pra nós aqui. Nós prestando contas a eles todo mês, isso funcionou sempre perfeitamente. Então foi assim que nós encontramos o caminho da autoconstrução e da autogestão”.

Além de atuar na região Norte e de ajudar na construção do Bairro Felicidade, a AMABEL também apoiou núcleos de sem-casa nos Bairros Capitão Eduardo Paulo IV, Jardim Filadélfia, entre outros. A partir de 1987 houve uma reconfiguração dentro da AMABEL. O Padre Piggi se distanciou da entidade e as outras lideranças mudaram o foco de atuação da AMABEL para outras regiões da cidade.

3.3.4 Entidades surgidas na década de 90: CASA e SEMCASA

A FAMOBH e a AMABEL foram as entidade mais atuantes entre 1985 e 1990. Esse foi um período de muita efervescência na luta por moradia. Diversos bairros foram construídos graças às pressões feitas pelo movimento⁴⁹ – a exemplo dos Conjuntos Taquaril, Mariano de Abreu, Capitão Eduardo, Jardim Felicidade, Paulo VI, entre outros. No final da década de 80 havia uma grande quantidade de ocupações sendo realizadas na cidade. Em 1989, por exemplo, cerca de 600 famílias, provindas de diversos bairros de BH, ocuparam áreas da Vila São José e também montaram acampamento na prefeitura. Após serem despejadas, elas ocuparam a Igreja São José, no centro da cidade. Daí, seguiram para acampamentos em diversos bairros da capital - Floramar, Ribeiro de Abreu e Etelvina Carneiro (BEDÊ, 2005). As ocupações continuaram com muita intensidade até

49 Como mostra os relatos de algumas lideranças, a exemplo de Edneia e Osvaldo, do Bairro Taquaril, e Marizete, do Bairro Mariano de Abreu.

1993, quando teve início o governo Patrus. No início desse governo mais de 900 famílias se encontravam acampadas na cidade, segundo dados da URBEL (BEDÊ, 2005).

De 1993 em diante cai o número de ocupações, mas elas não deixam de existir por completo. Como afirma Bedê (2005, p.216), se referindo ao momento posterior à eleição de Patrus, quando tem início uma fase de grande diálogo e interação entre a Prefeitura e os movimentos sociais: “De alguma forma, esse contexto resulta na diminuição gradativa da ocupação de terras, que, embora não seja mais a alternativa principal de luta desse movimento, nunca chega a ser totalmente abandonada por alguns de seus setores”. Em 1994, por exemplo, cerca de 700 famílias de sem-casa montaram acampamento nas margens da Av. Sarandi, no Bairro Santa Terezinha. Outras tantas se encontravam acampadas nos Bairros Paulo VI, Conjunto Confisco e, poucos anos mais tarde, na Vila Corumbiária (BEDÊ, 2005). A FAMOBH estava envolvida em boa parte dessas ocupações, mesmo havendo ex-membros da entidade trabalhando nos órgãos municipais de política habitacional.

Nesse mesmo período – pós-1990 - ganhou força uma ala do movimento de luta por moradia ligada à Igreja Católica. Em 1993 a Campanha da Fraternidade foi realizada com o tema “Onde Moras?”. Naquele momento, Patrus Ananias, candidato do PT, havia acabado de ser eleito prefeito de Belo Horizonte, recebendo forte ajuda do Movimento de Luta por Moradia durante sua campanha. Ainda naquele ano a Arquidiocese de Belo Horizonte realizou uma grande romaria pela questão da moradia na cidade, contando com a presença de figuras de peso da Igreja Católica, do próprio prefeito e das lideranças do movimento. Esses eventos deram força ao movimento, principalmente para a ala ligada à Igreja Católica.

Nessa época (1993) foi criada a CASA (Centro de Apoio aos Sem-Casa da Arquidiocese de Belo Horizonte), com o apoio de Dom Serafim, Arcebispo da cidade. Junto com a CASA foi criado também um fundo rotativo, que usava as esmolas das paróquias para ajudar as famílias carentes na construção da casa própria. Apesar de criada pela Igreja, a CASA era coordenada por lideranças que já estavam atuando no movimento

de luta por moradia. A entidade trabalhou muito para mobilizar os grupos de sem-casa nos bairros de Belo Horizonte. Com a ajuda das paróquias locais, a CASA organizou diversos núcleos de sem-casa.

A liderança que coordenava a CASA, Antônia de Pádua, descreve assim esse processo: “nós começamos a mobilizar as regionais, Venda Nova [...] Em cada Igreja a gente ia e pedia para os padres deixarem o espaço pra gente. E a gente foi abrindo núcleos de sem-casa em vários locais da cidade. [...] as pessoas vinham perguntar pra saber como que fazia pra entrar nesse movimento [...] Eu falava: ‘você vai na sua paróquia, procura quem não tem casa, procura o espaço, conversa com o Padre e se o Padre deixar a gente vai lá e forma um movimento’. Aí na época nós formamos mais de 100 núcleos em Belo Horizonte. Dom Serafim gostava muito. Todo ano ele chamava e falava: ‘Antônia tem o recurso lá do fundo rotativo’”.

Além da CASA outra entidade criada nessa época, 1993, foi a CEMCASA (Central Metropolitana dos Sem-Casa). Esta, assim como a AMABEL nos anos 80, também teve o Padre Piggi como seu principal articulador. A CEMCASA atuava em toda a região metropolitana. Seu auge foi durante a construção do Bairro Metropolitano, em Ribeirão das Neves. O processo para conquistar o terreno desse bairro envolveu a colaboração de duas outras entidades, a AMABEL e a FAVIFACO. O bairro foi construído em regime de autogestão, pelas próprias famílias. O projeto para construção do bairro foi feito pelo arquiteto José Carlos Laender, que também assessorava diversos outros projetos de autoconstrução popular na cidade.

4. Análise Neoestrutural do Movimento de Luta por Moradia de Belo Horizonte-MG (1985 – 1995)

4.1 A construção do dado

A construção dos dados relacionais envolveu três etapas da pesquisa. A primeira etapa foi o que se costuma chamar de “entrada a campo”. A construção de um dado que se adequasse à análise usada neste trabalho exigiu a imersão em um universo de fatos que somente poderiam ser acessados por meio dos relatos dos atores que deles participaram. Essa imersão era necessária porque só assim seria possível reconstruir o sistema de relações existentes entre as lideranças engajadas na luta por moradia no período sob análise.

A primeira etapa desta pesquisa se constituiu, então, de três entrevistas realizadas com lideranças da época e uma com um técnico da URBEL, que tinha acesso a tais lideranças. Esse técnico não havia participado do movimento, mas tinha conhecimento de algumas lideranças que haviam participado do mesmo. A partir, então, dos contatos obtidos com o técnico, partiu-se para as entrevistas com as lideranças. É importante salientar que não havia outra forma de obter os dados necessários para realizar uma pesquisa baseada na técnica de Análise de Redes Sociais. Não existem fontes documentais ou bibliográficas que permitam acessar de forma adequada o mundo relacional dos atores desse movimento. Mesmo as informações oferecidas na literatura sobre os acontecimentos envolvendo o movimento de luta por moradia daquele período são pouco aprofundadas e bastante desarticuladas. Logo, a reconstrução da estrutura relacional desse movimento requeria um contato direto com os atores que participaram do mesmo.

As entrevistas com as três primeiras lideranças ofereceram um primeiro quadro descritivo sobre o movimento. Incluindo-se aí os principais acontecimentos do período, algumas lideranças marcantes para os entrevistados e as datas mais importantes. Com essas primeiras informações em mente foi implementada uma estratégia de pesquisa para obter os nomes dos principais atores que haviam tomado parte no movimento entre os anos 1985 e 1995. Por sua vez, essa data (1985-1995) foi escolhida com base nas informações colhidas nas primeiras entrevistas e com base em algumas referências à luta

por moradia em BH encontradas na literatura. Ficou claro, a partir disso, que esse foi um período de tempo em que o movimento de luta por moradia de BH – principalmente aquele voltado para a luta dos sem-casa – esteve muito ativo. As narrativas das lideranças levavam a crer que nesse período o movimento havia passado por uma espécie de “ciclo completo” de existência - de sua emergência no final dos 70 e início dos anos 80 até uma espécie de crise no final dos anos 90.

Antes de descrever a estratégia para obtenção dos nomes das lideranças faz-se necessário falar um pouco sobre as dificuldades envolvendo a coleta de dados em rede. A ARS se caracteriza por fornecer meios para a análise de estruturas sociais. Entretanto, nem sempre é possível acessar os dados necessários para reconstruir as estruturas de relação entre os atores de um dado contexto social. De fato, uma reconstrução verdadeiramente completa de um contexto social é algo bem difícil de operacionalizar, porque nenhum contexto social está completamente isolado.

No presente caso de investigação, um problema de mesma natureza sucede. A reconstrução completa da estrutura relacional de um movimento social em um período de dez anos é, em termos de tempo e de recursos, praticamente impossível. Ainda mais se for levado em conta o fato de que muitos atores que participaram desse movimento já faleceram. Mas existem outros problemas, como, por exemplo, a delimitação da rede de atores participantes. Um movimento social é um fenômeno que, por sua natureza, é bastante fluído. Isso significa que, levando em conta o conceito de movimento social aqui usado, um número muito grande de atores entra em interações momentâneas com as lideranças do movimento. Alguns atores participam apenas de alguns episódios e nunca mais voltam a participar da rede do movimento.

Essa fluidez dos movimentos sociais dificulta qualquer tentativa de demarcação de quem é ou não pertencente a um movimento. Dado isso, é imprescindível que se construam estratégias mais efetivas para representar a estrutura relacional de um movimento social. Na literatura especializada o mais comum é a concepção de desenhos metodológicos que abordam a estrutura de um movimento por meio do levantamento das relações existentes entre seus atores ao nível organizacional (DIANI, 1995; 2002; 1999; BEARMAN & EVERETT, 1993; CURTIS & ZURCHER, 1973). A análise das relações

entre OMS's⁵⁰ é perfeitamente possível - e importante do ponto de vista teórico -, principalmente em grandes movimentos sociais. Mas, nesta dissertação visou-se desde o início o estudo da estrutura de um movimento social por meio da reconstrução das redes de interação entre suas lideranças. Para tanto foi necessário fazer um recorte dos atores que fariam parte da rede. Afinal de contas, o objeto sob investigação é um fenômeno social de grande abrangência social e temporal, do qual participou uma abundante quantidade de atores.

Assim sendo, surge a questão: que rede de atores seria mais adequada para representar as trocas existentes dentro de um movimento social? Ou melhor, quais atores fariam parte dessa rede (tendo em vista a necessidade de se recortar o número de atores, dado o tempo e os recursos para a pesquisa)? A resposta só pode ser uma: as lideranças, aqueles indivíduos que mais se destacaram por seu engajamento no movimento. Ao focar nas estruturas de interação constituídas entre as lideranças deve se ter em mente que grande parte das trocas estabelecidas dentro do movimento são deixadas de lado. Todos os atores que não foram centrais nos episódios de ação coletiva existentes na época são desconsiderados. Isso obviamente traz uma perda para a análise. Mas há que se pontuar que a análise das relações mantidas entre as lideranças principais do movimento também trazem importantes possibilidades teórico-analíticas.

Sobre isso é relevante lembrar que o movimento de luta por moradia foi o resultado de um processo de lutas e mobilizações populares, no qual alguns atores acabavam por assumir, na grande maioria das vezes, o papel de “mobilizadores”, ou “apoiadores”, dos grupos de sem-casa. Esses atores compunham uma parte mais regular das estruturas reticulares envolvidas no conflito por moradia. Eram aqueles agentes cujos nomes sempre apareciam nas entrevistas e que haviam se tornado parte das narrativas mais amplas compartilhadas pelos que fizeram parte do movimento. Esses agentes centrais eram também aqueles que costumavam dirigir as entidades mais envolvidas na luta por moradia, entre elas: a FAMOBH, a UTP, a AMABEL, a CASA, a SEMCASA, a Ação Social Arquidiocesana da Igreja Católica, a FAVIFACO, e algumas associações de bairro e núcleos de sem-casa mais atuantes.

50 Organizações de Movimento Social.

Entretanto, havia ainda o problema de como identificar as lideranças centrais. Nesse ponto partiu-se para uma estratégia de amostragem denominada “*snowball*” (bola de neve), que consiste na busca dos nomes dos atores-alvo da pesquisa a partir de alguns poucos informantes iniciais. Assim, baseou-se nas três lideranças entrevistadas na primeira fase para reunir os nomes de todas as outras lideranças importantes. Para isso foi construído um “gerador de nomes” que pedia ao entrevistado que falasse o nome de mais cinco lideranças com as quais ele mais interagiu, entre 1985 e 1995, com a finalidade de pedir ajuda em momentos de urgência dentro do movimento. Deste modo, foi feita a seguinte pergunta aos entrevistados:

“Durante os governos municipais de Sérgio Ferrara, Hélio Garcia, Eduardo Azeredo e Patrus Ananias, entre os anos 1985 e 1995, você chegou a fazer parte do movimento de luta por moradia em BH, correto? Pois é, nessa época, quando você ficava sabendo de alguma urgência dentro do movimento, quem eram as cinco pessoas, do movimento, que você primeiro procurava para tratar do assunto?”

O gerador de nomes foi aplicado em conjunto com uma entrevista semiestruturada realizada previamente. A entrevista tinha como objetivo recolher informações sobre a trajetória das lideranças e também trazer à memória do entrevistado os fatos e nomes mais marcantes da época de militância. O esforço para trazer à memória esses fatos facilitaria a resposta ao gerador de nomes. A cada entrevista novos nomes eram adicionados à lista. A técnica de “*snowball*” pressupõe que o processo de amostragem continue até que seja alcançado um ponto de saturação. Esse ponto foi alcançado em torno da 14ª entrevista, quando a lista constava de 35 nomes.

Montada a lista, teve início, então, a terceira fase: a aplicação do questionário sociométrico. Nessa etapa foram criados quatro geradores de nomes que deveriam ser aplicados a cada uma das 35 lideranças que constavam na lista. A aplicação do questionário a todas as lideranças da lista tinha como objetivo a construção de uma rede completa entre os principais atores envolvidos na luta por moradia. As redes completas têm a vantagem de oferecer uma representação total das relações possíveis entre todos os atores. Essa qualidade é de fundamental importância para a presente pesquisa. A

abordagem Neoestrutural permite explicar as dinâmicas internas de um movimento social considerando-o como uma estrutura em rede onde uma diversidade de atores se encontra em interação. A operacionalização de conceitos subjacentes ao método Neoestrutural (por exemplo: papéis sociais - equivalência estrutural – e capacidade de intermediação - Grau de Intermediação) dependem de dados de redes completas. Outras técnicas de ARS também conseguem descrever estruturas em rede, mas não com a amplitude que o faz a Análise de Redes Completas. A Análise de Redes Egocentradas, por exemplo, dão uma ótima pintura sobre o universo de trocas envolvendo um grupo de egos.

Apesar das vantagens analíticas, a Análise de Redes Completas coloca alguns empecilhos do ponto de vista da operacionalização da coleta dos dados. Isso porque se torna necessário coletar os dados relacionais de todos os atores da rede com todos os atores da rede. Em uma rede de 35 lideranças, por exemplo, todas as lideranças deveriam responder sobre as relações que elas mantinham com todas as outras lideranças da rede. E o trabalho pode ser maior se for levado em conta o fato de que são quatro geradores a serem aplicados.

O processo de aplicação do questionário sociométrico revelou algumas surpresas. Nas primeiras aplicações foi perguntado aos entrevistados se havia mais lideranças importantes que deveriam constar na lista. Essa era uma forma de confirmar se a rede montada era composta realmente pelas principais lideranças do movimento. Como resultado, alguns nomes foram aparecendo. Alguns faziam sentido dado que já haviam sido citados ao longo das entrevistas da primeira e segunda fase da pesquisa. Outros não eram de lideranças do período histórico pesquisado. Para confirmar quais dos nomes citados nessa fase eram realmente de lideranças importantes da época foi feito um retorno a algumas lideranças para que elas pudessem apontar os nomes principais. Isso aconteceu quando já haviam sido aplicados 6 questionários sociométricos. A partir da confirmação com algumas lideranças e o cruzamento de informações com as falas dos entrevistados na primeira e segunda fase, foi construída uma lista definitiva com 45 nomes.

O lance seguinte foi um retorno a algumas das lideranças, que já haviam respondido o questionário sociométrico de 35 nodos, para que elas pudessem indicar as relações com os outros 10 nodos adicionados na lista. Após esse retorno, o questionário

foi aplicado a mais 11 lideranças, totalizando 17 questionários aplicados. O baixo número de aplicações foi ocasionado por diversos fatores: problemas para conseguir o contato das lideranças, já que muitas haviam se desligado dos antigos companheiros de movimento; o falecimento de algumas lideranças, sendo 8 o número de lideranças que já haviam falecido; problemas para contatar lideranças que estavam morando em outras cidades.

Ao final do processo de entrevistas foi montado um banco de dados relacionais constando de 45 atores, sendo que 17 haviam respondido o questionário sociométrico. O número baixo de respondentes traz alguns problemas para a análise dos dados, principalmente no caso das redes completas. Mais à frente descrevemos como foram usados os dados relativos às redes completas. Já o uso dos dados das redes do tipo “estrutura social cognitiva” - ou seja, das redes de controle social lateral - é menos problemático. A sobreposição das várias redes individuais de controle social lateral permitiu a construção de uma rede completa do movimento, o que forneceu, por sua vez, uma imagem mais detalhada sobre o mecanismo de controle social presente no mesmo.

Além das ressalvas relativas ao número de atores entrevistados, deve-se ter em conta os problemas colocados por um gerador de nomes que pedia ao entrevistado para lembrar sobre relações sociais que existiram há mais de 20 anos. Essa sem dúvida constituiu uma das grandes dificuldades enfrentadas nesta pesquisa. O processo de entrevista exigiu uma atenção constante quanto à vinculação das respostas dos entrevistados ao período de tempo investigado. Em muitas situações foi preciso chamar a atenção do entrevistado sobre a data a que se referia a relação pedida. Muitas das lideranças não saíram da militância em movimentos sociais e por isso continuaram a manter relações com as antigas lideranças do movimento de luta por moradia. Entretanto, o conteúdo dessas relações se transformou, alguns atores se tornaram mais próximos; outros deixaram de serem amigos ou se colocaram em lados opostos dentro dos movimentos em que atuam na atualidade. Essas mudanças nas relações pessoais, e a dificuldade em separar o conteúdo das relações atuais daquelas mantidas há 20 anos, foram um dos perigos que mereceram especial atenção durante as entrevistas. Além dos problemas colocados pela mudança nos conteúdos das relações, existe a questão mais ampla da mudança no próprio conteúdo da memória dos atores. Esse é um problema comum em entrevistas de história oral, como foi o caso desta pesquisa.

Como afirma Thompson (2000, p.129),

em entrevistas que vão muito atrás no tempo, existe a possibilidade adicional de distorções influenciadas por mudanças subsequentes nos valores e normas, que podem de maneira bastante inconsciente alterar as percepções. [...] E o processo da memória depende daquele da percepção.

Mudanças no conteúdo das relações podem afetar a memória das relações tidas no passado, pois, como diz Thompson (2000, p.134), “lembrar é sempre um processo ativo” e nunca se dá fora do contexto social onde as pessoas vivem. Ainda em relação ao tempo, deve-se considerar que a pesquisa trata de um espaço temporal amplo, dez anos ao todo. Parte das lideranças entrou para a luta por moradia no meio desse intervalo de tempo (1985 a 1995). Outras vivenciaram toda a luta ao longo desses dez anos. Em ambos os casos há a questão de que podem ter ocorrido mudanças no conteúdo das relações mantidas durante os anos de militância. Como se trata de um período de tempo longo, é bem possível que durante esse intervalo as lideranças tenham mudado a forma como se relacionavam entre si. Contudo, durante as entrevistas, as lideranças não tiveram muitas dificuldades para indicar as relações pedidas. Depois dos primeiros atores da lista, elas começavam a responder de forma rápida e direta. E sempre que se pedia para justificar a resposta dada, o entrevistado demonstrava entender que o que estava sendo pedido era o estado mais frequente daquelas relações no período de 1985 a 1995.

4.1.1 Entidades presentes na rede

Os atores presentes na rede foram filiados a diversas entidades de luta por moradia. A entidade a que mais atores da rede eram afiliados era a FAMOBH. Não por acaso essa era a entidade mais atuante na cidade na época do movimento e a que mais aglutinava os grupos de sem-casa. Mas esse pertencimento às entidades deve ser relativizado uma vez que ficou claro nas entrevistas que muitos membros de uma entidade participavam das reuniões em outras e, às vezes, assumiam cargos em mais de uma delas. Segue abaixo a lista das entidades que constam na rede e o número de atores da rede ligados a cada uma:

FAMOBH – 26 atores

AMABEL – 8 atores

CASA e Ação Social Arquidiocesana – 5 atores

UTP – 6 atores

SEMCASA – 2 atores

FAVIFACO – 2 atores

Atores independentes – 1.

4.1.2 Questionário sociométrico

4.1.2.1 Rede de status

A primeira questão tenta captar as dinâmicas de funcionamento do movimento em termos dos processos de reconhecimento existentes entre os pares. Esses processos apontam mais diretamente para a estrutura de prestígio dentro do movimento. Os relatos das lideranças já indicavam que certos atores desfrutavam de posições de maior prestígio. Entretanto, eles oferecem apenas direcionamentos genéricos sobre os processos de prestígio. Com a ARS é possível acessar de forma mais objetiva a estrutura de tais processos.

A rede de reconhecimento/prestígio foi construída a partir da seguinte questão:

“Vamos imaginar uma situação hipotética. Entre os anos 1985 e 1993, se você conhecesse alguém interessado em entrar para a luta por moradia em BH, quais lideranças do movimento você indicaria a esta pessoa interessada conversar com a finalidade de obter conselho sobre os desafios e os riscos de participar neste tipo de luta?”

Essa questão induz o entrevistado a falar sobre aquelas lideranças que mais estavam aptas a aconselhar possíveis interessados em entrar para o movimento. As justificativas para as respostas giravam em torno da ideia de que as lideranças indicadas

eram aquelas mais antigas, mais engajadas e mais conhecedoras do movimento. Em suma, as lideranças com maior prestígio.

Exemplos de justificativas:

- 1- *“ela tem muito conhecimento da luta por moradia”*
- 2- *“porque ela foi uma lutadora com a turma dela”*
- 3- *“ele tem mais experiência de ocupação”*
- 4- *“eram as pessoas que realmente participaram da luta”*
- 5- *“uma mulher sempre muito combativa, sempre dedicou a vida dela a esse trabalho dos sem casa”*
- 6- *“ele foi uma pessoa que pôs muita gente na luta, chamou muita gente”*

4.1.2.2 Rede de colaboração

A rede de colaboração foi montada a partir da seguinte questão:

“Quais das lideranças do movimento, nesta lista, você procurava para pedir ajuda quando havia necessidade de recursos materiais ou financeiros, como, por exemplo, de materiais para construção de casas ou de mantimentos para pessoas que participavam de alguma ocupação?”

Essa questão tinha a intenção de levar o entrevistado a citar os nomes mais procurados no movimento quando havia necessidade de angariar recursos materiais ou financeiros. A rede formada a partir disso aponta para como se estruturavam as relações de colaboração dentro do movimento. O aporte material é necessário em muitas situações de mobilização coletiva, como na ocupação de um terreno, por exemplo. Os nomes citados são de lideranças que tinham condições de ativar conexões, dentro e fora do movimento, através das quais elas poderiam conseguir os referidos recursos.

4.1.2.3 Rede de confiança

A terceira rede remonta à estrutura das relações de confiança dentro do movimento. Confiança é um elemento-chave num movimento social. O engajamento em muitos episódios de ação depende do quanto os indivíduos acreditam uns nos outros. Da mesma forma, o papel de liderança também pressupõe confiança dos pares no líder. Indivíduos que inspiram confiança têm maior influência sobre outros atores, o que aumenta suas chances de acumular recursos. A rede de confiança foi construída a partir da seguinte pergunta:

“Vamos imaginar outra situação hipotética. Se você fosse preso durante uma mobilização de luta por moradia nessa época à qual das seguintes lideranças você recorreria para pedir depoimento judicial em seu favor?”

4.1.2.4 Rede de controle social lateral

A quarta rede diz respeito às relações de controle social lateral dentro do movimento. Como visto no capítulo teórico, o tema do controle social é uma das questões clássicas no estudo de fenômenos de ação coletiva (OLSON, 1999; LAZEGA, 2001; 2009). Mecanismos de controle social têm a função de barrar o comportamento oportunista. Para o caso do movimento de luta por moradia o mecanismo de controle social lateral aparece como uma forma bastante plausível de impedir possíveis oportunismos por parte das lideranças.

Seguindo essa intuição, algumas questões aparecem: Como incidia o mecanismo de controle social lateral entre as lideranças? Como estava distribuída a tarefa de controlar o comportamento desviante entre as lideranças? Havia uma hierarquia interna entre os possíveis controladores? Para responder a essas questões foi construída uma rede de percepção das relações de controle existentes entre as lideranças do movimento. Em Análise de Redes Sociais essa rede é chamada de CSS - “*Cognitive Social Structure*” (KRACKHARDT, 1987). Sua lógica é simples: dada uma lista de atores, pergunta-se a cada um deles sobre como percebiam a existência de determinadas relações entre todos os outros atores da lista. Assim sendo, foi aplicada a seguinte questão para ajudar a

desvendar as estruturas de controle social lateral existentes no movimento de luta por moradia de BH:

“Vamos imaginar outra situação hipotética. Se nessa época, você soubesse que _____ (fulano de tal) estivesse agindo de uma maneira errada, de forma que o comportamento dele(a) pudesse trazer possíveis prejuízos para o movimento, quem você recomendaria para aconselhar _____ (fulano de tal) acerca do comportamento errôneo dele(a)? Uma pessoa que fosse falar com _____ e dissesse a ele(a): “ó, você está agindo de maneira equivocada e tal”

Essa pergunta era feita a cada uma das lideranças da lista. E cada liderança deveria responder sobre quem estava mais apto a controlar cada nome da lista. O resultado desse processo são matrizes que contém a percepção dos laços de controle entre todas as lideranças do movimento. A junção desses laços em uma única matriz forma uma matriz valorada. A rede da figura 5, abaixo, é o resultado desse processo. Nela, os laços de controle lateral aparecem como setas. Setas mais espessas e escuras significam que muitas lideranças apontaram para a existência daquela relação de controle. Já o tamanho dos vértices indica o Grau de Centralidade (*OutDegree*) de cada ator. Quanto maior o vértice mais aquele ator era percebido pelas outras lideranças como um controlador.

4.2 Análise das redes: coesão social e dinâmicas de poder no interior de um movimento social

4.2.1 Dinâmicas de coesão social nas redes do movimento

Um primeiro ponto a ser destacado é que as quatro redes - ver figuras 2, 3, 4 e 5 – geradas a partir do levantamento sociométrico se encontram totalmente integradas em um único “componente fraco” (NOOY, MRVAR & BATAGELJ, 2005)⁵¹. Quer dizer, não há nenhum grupo de lideranças isolado; todos os atores podem ser alcançados. Esse “fechamento” da rede (BURT, 2005) tem dois efeitos imediatos para a dinâmica de funcionamento do movimento. Primeiro, facilita a difusão de recursos e informações entre as diferentes alas do movimento; e, segundo, aumenta a capacidade de mobilização conjunta dessas alas frente a um interesse comum. De fato, os dados das entrevistas com as lideranças mostram que, apesar da existência de rivalidades e diferenças na forma de atuar dos grupos e organizações do movimento, existiram muitos momentos em que esses diferentes grupos se uniram ou colaboraram entre si – durante ocupações de terreno, por exemplo.

Além do fechamento das redes na forma de um único componente (fraco), podemos usar outras duas medidas para avaliar o grau de coesão do movimento: a densidade relacional e as distâncias entre os nodos. Para aplicar essas medidas, vamos usar somente a rede de controle social lateral. As outras três redes (de reconhecimento, confiança e colaboração) possuem certo viés. Elas foram coletadas a partir de uma abordagem de “redes completas”. No entanto, não foi possível entrevistar todas as lideranças do movimento. Nesse sentido, as estruturas relacionais expressas nessas três redes podem ter um viés, já que elas tendem a captar mais os laços daquelas lideranças que responderam ao questionário sociométrico. O mesmo não acontece com a “rede de controle social lateral”, que é o resultado da soma de várias redes “percebidas” - ou estruturas sociais cognitivas -, fato que diminui o viés quando se observa essa rede num nível agregado.

51 Com exceção da rede de colaboração, na qual aparecem três nodos desligados do componente principal.

A rede de controle social lateral também será a única a ser usada na aplicação das outras métricas ligadas à dimensão da coesão social – a análise de “Facções”, a análise de “Cliques” e a análise de estruturas “centro/periferia” - e na aplicação das medidas ligadas ao conceito de *brokerage*, como se verá mais abaixo. Todas essas medidas – de coesão e de *brokerage* - são sensíveis ao viés existente nas redes de reconhecimento, confiança e colaboração. Daí o motivo de aplicá-las somente na rede de controle social lateral. Essa estratégia tem limitações, mas também tem algumas vantagens analíticas. Quando identificamos dinâmicas de coesão ou de *brokerage* em uma rede de controle social lateral, temos indícios, ainda que vagos, de como se dá a coesão ou o *brokerage* em outros domínios relacionais. A justificativa para isso está no fato de que um laço de controle social, em tese, pode funcionar também como um caminho por onde influências e/ou recursos importantes circulam. Quem controla alguém o faz seja porque tem influência sobre o comportamento do ator controlado, seja porque tem domínio sobre recursos dos quais o ator controlado é dependente; ou por ambas as razões. Essa influência pode vir, por exemplo, de relações de confiança ou de relações de prestígio entre os nodos. Entretanto, não podemos testar sistematicamente e confirmar essa ideia (usando das métricas da ARS) por conta da falta de dados completos para as redes de reconhecimento, confiança e colaboração.

Vejamos, então, como a rede de controle social lateral do movimento se encontra coesa em termos da densidade e das distâncias relacionais entre suas lideranças. Lançando mão da medida de densidade pode-se notar que a rede está relativamente coesa. A densidade geral é de 0,184, ou 18%. Todavia, a rede de controle social lateral, por ser o resultado da sobreposição de 17 redes, possui laços valorados. Nesse caso, o algoritmo da medida de densidade leva em conta o valor dos laços. Se a rede for simplificada, isto é, se todos os laços forem considerados de igual valor (rede “binarizada”), a densidade diminui para 0,107, ou 10%, número um pouco menor que o anterior e que pode ser interpretado da seguinte maneira: a rede tem 10% de todos os laços que poderiam existir caso todos os nodos tivessem relação com todos os nodos. Temos que pontuar aqui que não existe um critério definitivo para julgar se um valor de

densidade relacional é baixo ou alto; ou mesmo se esse valor é típico de redes pouca coesas ou muito coesas. Uma possibilidade nesse sentido seria a comparação entre os valores das densidades de diferentes redes. Mas essa comparação aqui é inviável porque só temos uma rede com características de “rede completa” sobre a qual podemos aplicar a métrica de densidade. Podemos, por outro lado, comparar com valores de densidade encontrados em outras pesquisas sobre redes de movimentos sociais. Diani (2003), por exemplo, mostra que a rede⁵² formada por 42 organizações do movimento ambiental de Milão, na Itália, tinha uma densidade de 0,05, ou 5%. A densidade de nossa rede de controle social é bem maior, todavia, a rede analisada por Diani (2003) é formada por organizações e não por ativistas individuais. Vamos, então, usar mais uma métrica para corroborar nossa hipótese de que a rede do MLM é coesa. Trata-se da média das distâncias geodésicas. Uma distância geodésica é a menor distância entre dois nodos quaisquer⁵³. E essa métrica também tende a corroborar nossa hipótese de uma rede coesa. Seu valor é igual a 2,3, o que significa que, na média, os atores estão a uma distância de 2,3 passos (laços) uns dos outros.

Tabela 1 - Densidade (rede completa)

	1	2	3	4
	Avg Value	Total	Std Dev	Avg Wtd Degree
1 rede4completa_nova	0.184	364	0.684	8.089

1 rows, 4 columns, 1 levels.

Tabela elaborada com o uso do Software “Ucinet”.

52 Essa rede em específico envolvia os laços de parceria entre as organizações durante os momentos de mobilização coletiva (Diani, 2003).

53 A distância entre os nodos é medida pela quantidade de laços que os separa.

Tabela 2 - Densidade da rede sem laços múltiplos (rede simplificada)

	1	2	3	4	5
	Density	No. of Ties	Std Dev	Avg Degree	Alpha
1 rede4completa_nova_binarizada	0.107	211	0.309	4.689	0.843

1 rows, 5 columns, 1 levels.

Tabela elaborada com o uso do Software "Ucinet".

Tabela 3 – Distâncias geodésicas (rede completa)

Frequencies

	1	2
	Freq	Prop
1 1	211	0.107
2 2	559	0.282
3 3	456	0.230
4 4	98	0.049
5 5	2	0.001
6 NA	654	0.330

6 rows, 2 columns, 1 levels.

Average: :2.3
Std Dev: :0.8

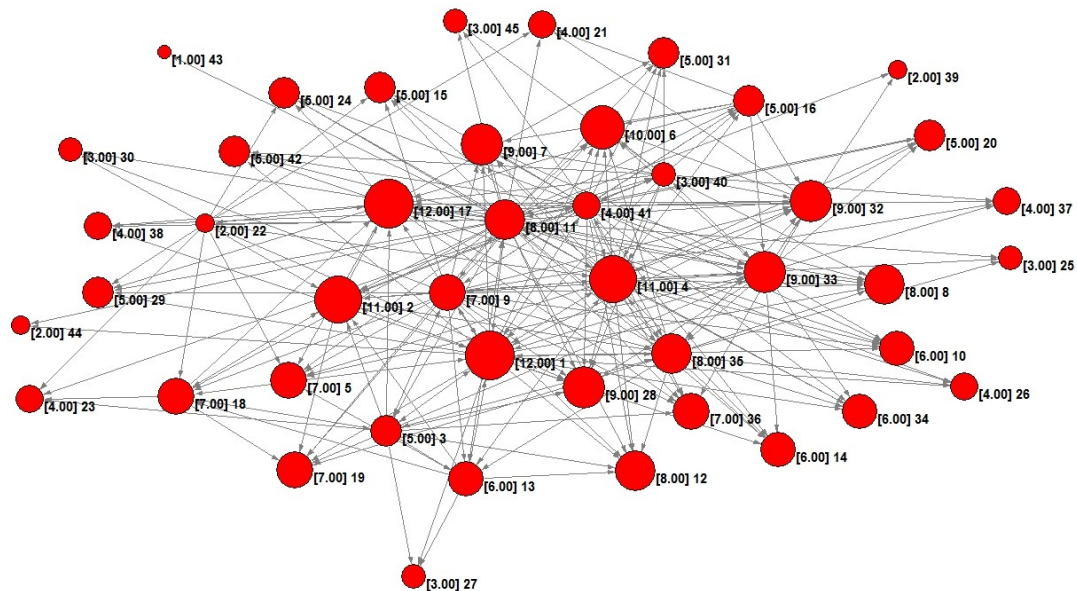
Tabela elaborada com o uso do Software "Ucinet".

Ainda sobre a coesão das redes do movimento, é importante pontuar que tais redes são formadas pela elite do movimento, ou seja, por pessoas que eram bastante conhecidas na cidade de Belo Horizonte-MG pelo seu envolvimento na luta por moradia. Isso, somado ao fato de que as lideranças atuavam em uma mesma cidade, aumentava a chance delas se reconhecerem e estabelecerem relações entre si. Entretanto, a baixa distância relacional (na rede de controle social lateral) e o fechamento de todas as redes na forma de um único componente não indica somente que elas eram formadas por lideranças bastante reconhecidas, mas também que o movimento tendia a estar coeso

apesar das diferenças de interesse e de projetos existentes entre as diversas organizações e grupos que compunham o mesmo.

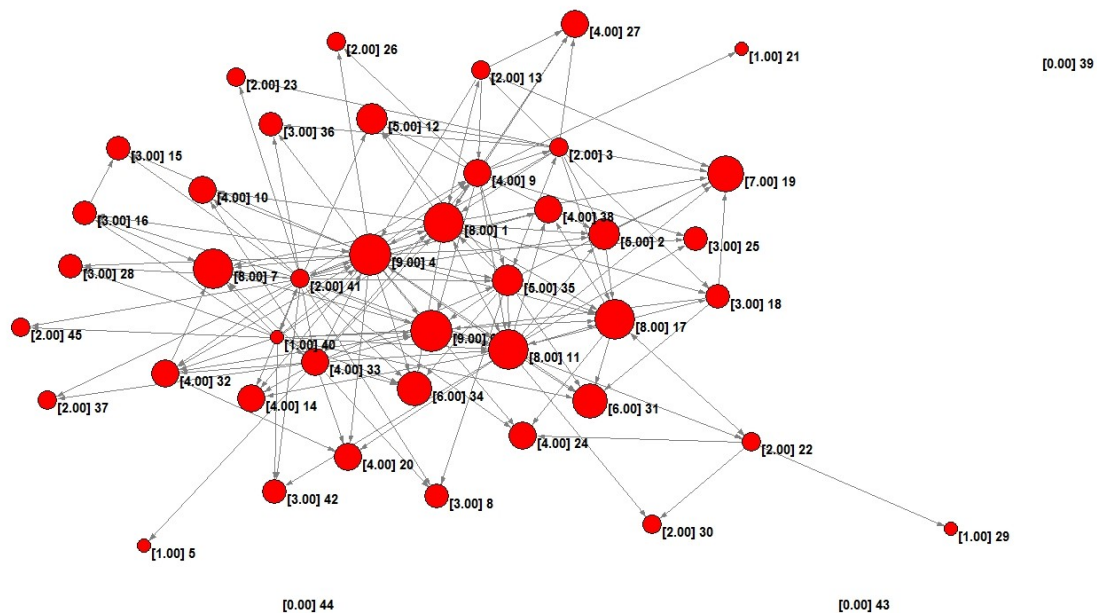
Como dito, o movimento de luta por moradia era formado por centenas de núcleos de sem-casa, associações de moradores e por organizações aglutinadoras, as quais representavam os núcleos e outros grupos e organizações menores da cidade. As maiores organizações aglutinadoras, no período pesquisado, eram a FAMOBH, a AMABEL, a UTP e a CASA. As duas primeiras tiveram momentos de maior acirramento, mas também se uniram em defesa de causas comuns. Durante algum tempo, principalmente no final dos anos 80, existiu entre as duas organizações uma diferença marcante quanto ao tipo de repertório usado na luta por moradia. A FAMOBH tinha um estilo de atuação que, em vários momentos, era voltado para o enfrentamento do Estado, o que se materializava, principalmente, na ocupação de terrenos. Já a AMABEL teve, em boa parte desse período, uma atuação que era mais voltada para o diálogo e a negociação com autoridades do Estado, como forma de conquistar terrenos e casas para os membros do movimento. Todavia, o que as redes mostram é que essa diferença nos estilos de atuação não era impedimento para a existência de relações de confiança, de colaboração, de reconhecimento e “controle social lateral” entre as lideranças dessas organizações. Essas lideranças tendiam a se unir em momentos mais críticos da luta por moradia, por exemplo, durante uma ameaça de despejo em uma ocupação ou quando alguma política pública ou legislação de interesse estava sendo implementada pelo Estado, como foi o caso em alguns processos de aquisição/conquista de lotes para os “sem-casa”.

Figura 2 - Rede de status:



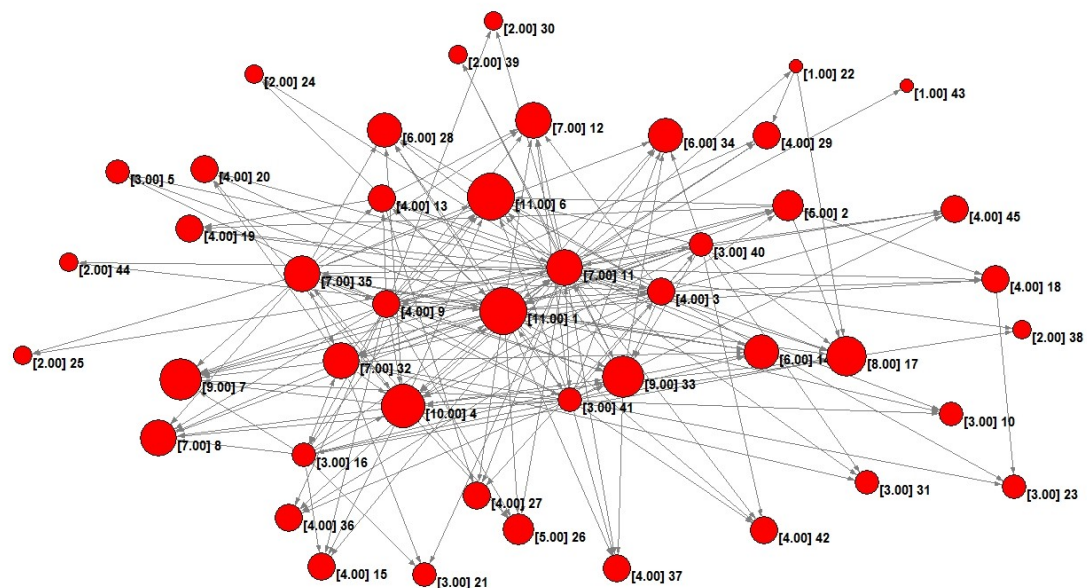
Rede elaborada com o uso do Software "Pajek".

Figura 3 - Rede de colaboração:



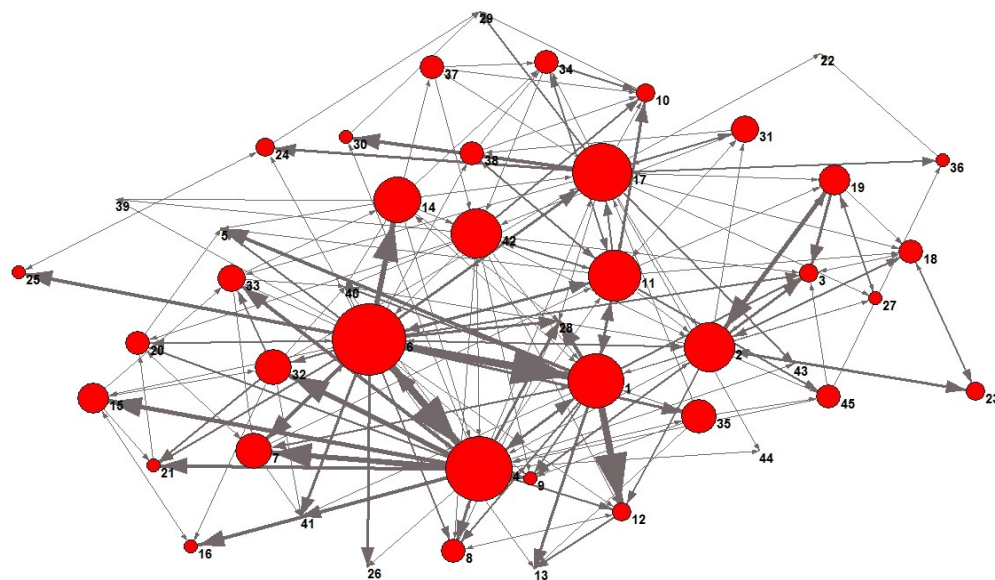
Rede elaborada com o uso do Software "Pajek".

Figura 4 - Rede de confiança:



Rede elaborada com o uso do Software "Pajek".

Figura 5 - Rede de controle social lateral:



Rede elaborada com o uso do Software "Pajek".

4.2.2 O impacto das fronteiras organizacionais sobre a coesão do movimento

Mas será que essa integração das redes em um único componente implicava a não existência de divisões ou a não existência de “subgrupos”? Ou, mais especificamente, será que as diferenças e disputas entre as diversas organizações aglutinadoras não impactavam o padrão de coesão social existente dentro do movimento? Para responder a essa pergunta usamos uma medida que capta a tendência de existirem “facções” no interior de uma rede. A “análise de facções” simula uma situação pouco comum nas redes sociais reais. Imagine uma rede em que, primeiro, dentro de cada subgrupo todos os membros estão conectados entre si (cada subgrupo é um “clique”) e, segundo, todos os subgrupos estão desconectados entre si (eles formam “componentes”) (HANNEMAN & RIDDLE, 2016). A “análise de facções” arranja os nodos da rede em blocos (“facções”) de forma a aproximar essa rede da situação ideal descrita acima. Segundo Hanneman & Riddle (2016, p.46), “uma “facção” é uma parte de um grafo em que os nodos estão mais rijamente conectados uns aos outros do que aos membros de outras “facções””. Para empreender a análise de facções usamos somente a quarta rede produzida pela pesquisa, ou seja, a “rede de controle social lateral”. O motivo é o mesmo para quando usamos essa rede na operacionalização das métricas de densidade e distância geodésica: somente esta rede tem, de fato, características de uma rede completa.

Usando o software *Ucinet*, verificamos como se estruturaria a rede de controle social lateral caso existissem cinco facções - uma para cada uma das principais organizações aglutinadoras⁵⁴ - dentro do movimento. Descobrimos que o padrão de pertencimento às facções é altamente correlacionado ao padrão de pertencimento às organizações aglutinadoras. A figura 6 mostra o resultado da análise de facções. Os nodos em azul são as lideranças da CASA. Os nodos cinza são as lideranças da UTP. Os nodos cor de rosa – que pertencem à facção com menor densidade interna (ver figura 5) – é o menos correlacionado a qualquer das organizações aglutinadoras, ele tem lideranças da AMABEL, mas também tem lideranças de menor renome de outras organizações do movimento. E os nodos preto e vermelho são as lideranças da FAMOBH, que,

⁵⁴ Adicionamos aqui outra organização aglutinadora, de menor expressão, a FAVIFACO (Federação das Associações de Vilas, Favelas e Conjuntos).

curiosamente, se encontram divididas em duas facções. Essa divisão em duas facções mostra que existe uma segmentação entre essas lideranças segundo regiões geográficas de atuação. Os nodos em preto são as lideranças de uma região específica da cidade – a Zona Leste.

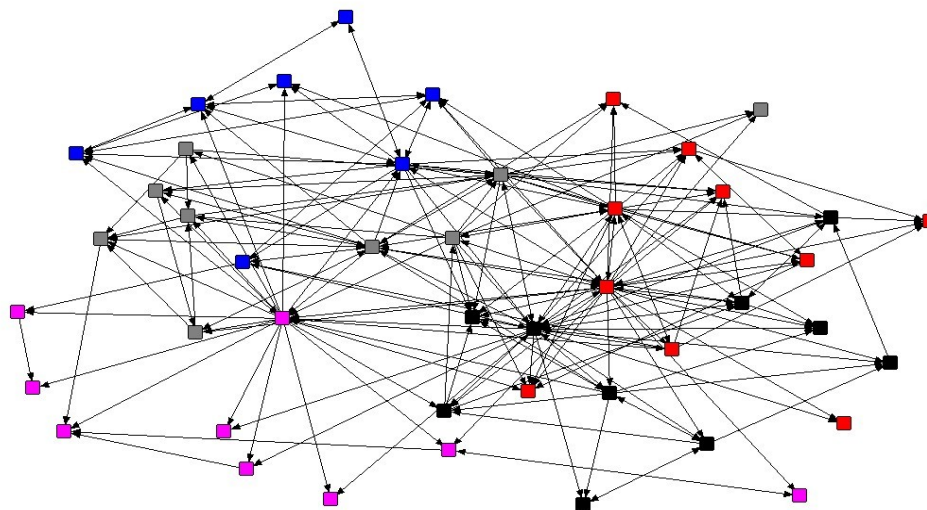
Mas essa separação da FAMOBH em duas facções pode ser relativizada. Na imagem abaixo vê-se uma tabela (tabela 4) com as densidades das relações dentro e entre as facções. É possível perceber que as facções que têm maior densidade de relações entre si (0,38 e 0,6) são as de número 2 e 4, justamente aquelas que contêm as lideranças da FAMOBH. Ou seja, apesar de aparecerem divididas em duas facções, as lideranças ligadas a esta organização tendiam a estarem mais ligadas entre si do que com lideranças de qualquer outra facção.

Tabela 4 - Tabela de densidades (densidade de relações dentro e entre facções)

Density Table					
	1	2	3	4	5
1	0.68	0.02	0.00	0.07	0.03
2	0.00	0.18	0.00	0.06	0.01
3	0.00	0.00	0.07	0.00	0.00
4	0.19	0.38	0.25	0.87	0.19
5	0.17	0.06	0.18	0.13	0.54

Tabela elaborada com o uso do Software "Ucinet".

Figura 6 – Análise de facções



Rede elaborada com o uso do Software “NetDraw”.

4.2.3 Dinâmicas de poder: uma elite dentro da elite

Como visto, em todas as quatro redes os nodos estavam conectados em um único componente⁵⁵, fato que facilitava a circulação de recursos importantes no interior do movimento e, por consequência, aumentava as chances de sucesso de uma mobilização coletiva. Mas será que todos os nodos da rede tinham a mesma capacidade de influenciar a circulação desses recursos? Ou melhor, será que havia atores em posições mais estratégicas na rede, a ponto deles terem maior “poder” sobre as dinâmicas de funcionamento do movimento? Os dados relacionais sugerem que sim. Analisando as figuras 2, 3 e 4 acima, percebe-se que um mesmo grupo de lideranças ocupava posições de destaque, ou seja, possuía maior grau de centralidade de entrada⁵⁶ – *InDegree* - (ver tamanho dos vértices), nas redes de reconhecimento, colaboração e confiança. Essas

55 Com exceção da rede de colaboração.

56 Nas redes de status, colaboração e confiança é a centralidade de entrada que capta os atores que, respectivamente, possuem maior status, são mais procurados quando se necessita de algum recurso escasso e são mais dignos de confiança. Já na rede de Controle Social Lateral é a centralidade de saída que capta os atores com maior capacidade de controlar o comportamento oportunista.

lideranças são os nodos de número 4, 6, 1, 17, 7 e 11⁵⁷. A liderança 4 foi presidente da mais importante associação de moradores da Zona Leste de BH. A liderança 6 foi presidente por dois mandatos da FAMOBH. Enquanto a liderança 1 foi presidente desta mesma organização por 3 mandatos. A liderança 17 era um padre, um dos principais nomes da Pastoral de Favelas na cidade e principal articulador da AMABEL. A liderança 7 pertencia a uma importante associação de moradores da Zona Leste da cidade. E a liderança 11 era uma figura histórica do movimento dos favelados, que atuou também como advogado da FAMOBH, da UTP e de outras entidades ligadas à luta por moradia.

A análise dos graus de centralidade mostra, ademais, que não só havia uma hierarquia na capacidade de influenciar a circulação de recursos dentro do movimento, mas, também, que essa estrutura hierárquica tendia a ser a mesma nas três redes. Essa ideia - de que as estruturas hierárquicas relacionais tendiam a ser as mesmas nas três redes - pode ser demonstrada por uma métrica específica: um teste de correlação que compara os rankings de *InDegree* nas três redes. O software para Análise de Redes Sociais “Pajek” realiza dois tipos de correlação: correlação de Spearman e coeficiente de correlação de Pearson. Para testar a correlação do *InDegree* das três redes será feito uso da correlação de Pearson. Segundo Nooy, Mrvar & Batagelj (2005, p.220), “a correlação de Pearson é mais precisa que a de Spearman. Se uma correlação linear existe entre duas características de vértices na rede, o coeficiente de correlação de Pearson descreve ela mais acuradamente que a de Spearman”.

A correlação de Pearson parte de uma associação linear entre as duas características a serem correlacionadas. Assim, uma unidade no ranking de *InDegree* de uma rede será associada a uma quantidade fixa do ranking de *InDegree* da outra rede. O valor da correlação de Pearson varia entre -1 e +1. Resultados positivos indicam que os valores do grau de centralidade de cada rede tendem a ir no mesmo sentido. Dessa forma, nodos com alto grau de centralidade em uma rede tendem a ter um alto grau de centralidade na outra rede. Em caso de resultados negativos fica patente o inverso, ou seja, um alto grau de centralidade em uma rede está associado a um baixo grau de

57 A liderança n°2 também aparece com uma centralidade alta em algumas das redes, assim como a liderança n°42.

centralidade na outra rede.

Observando a tabela abaixo, vê-se que os *scores* de *InDegree* das três redes estão altamente correlacionados. O que vai ao encontro da ideia de que os atores ocupavam posições semelhantes nas estruturas de poder das três redes. As correlações com a rede de colaboração, entretanto, são ligeiramente menores do que a correlação entre a rede de confiança e a rede de status. Isso indica que a hierarquia na rede de colaboração tendia a seguir uma dinâmica um pouco diferente; mas nada muito significativo. Os laços de colaboração são mais restritivos, pois eles dependem do fato de que um dos atores tenha controle sobre recursos valiosos; uma situação que nem todos os atores da rede desfrutam.

Tabela 5 – Correlação de Pearson entre os *InDegree* das redes de status(1), colaboração(2) e confiança(3)

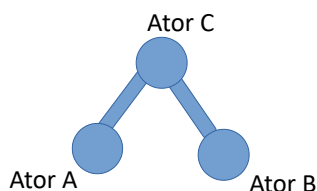
Pearson Correlation Coefficient	
First vector:	1. Input Degree of N1 (45)
Second vector:	2. Input Degree of N2 (45)
Pearson Correlation Coefficient: 0.76037	
Number of vertices used: 45	
Pearson Correlation Coefficient	
First vector:	1. Input Degree of N1 (45)
Second vector:	3. Input Degree of N3 (45)
Pearson Correlation Coefficient: 0.84978	
Number of vertices used: 45	
Pearson Correlation Coefficient	
First vector:	2. Input Degree of N2 (45)
Second vector:	3. Input Degree of N3 (45)
Pearson Correlation Coefficient: 0.75908	
Number of vertices used: 45	

Tabela elaborada com o uso do Software "Pajek".

4.2.4 Um “papel social” diferenciado para a elite

Curiosamente, quando analisamos a rede de controle social lateral, percebemos que as mesmas lideranças - ver figura 5 acima – (lideranças 4, 6, 1, 17, 7 e 11) exerciam um papel de destaque nesta rede, ou seja, eram vistas pelas outras lideranças entrevistadas como as principais controladoras dentro do movimento. Essas figuras cumpriam, por assim dizer, o “papel” de “guardiãs do bem comum” (LAZEGA, 2001). Essa ideia pode ser testada por meio de uma “Análise de Equivalência Estrutural” (HANNEMAN & RIDDLE, 2016). O pressuposto por trás deste tipo de análise é de que os atores podem ocupar posições relacionais semelhantes em uma estrutura social, ou seja, possuem o mesmo padrão relacional. Atores em posições semelhantes são atores estruturalmente equivalentes. A noção de equivalência estrutural remete ao conceito sociológico de “papel social”. Em termos relacionais, podemos dizer que atores em uma mesma posição estrutural (padrão relacional semelhante) cumprem “papéis sociais” semelhantes (WHITE, BOORMAN, & BREIGER, 1976; HANNEMAN & RIDDLE, 2016). Na imagem abaixo, por exemplo, os atores A e B cumprem o mesmo papel social, já que eles possuem o mesmo padrão relacional. Ambos tem um laço com C. Por sua vez, C tem um papel social único; ele tem um padrão relacional que se diferencia do padrão de A e B (só ele se relaciona com A e B).

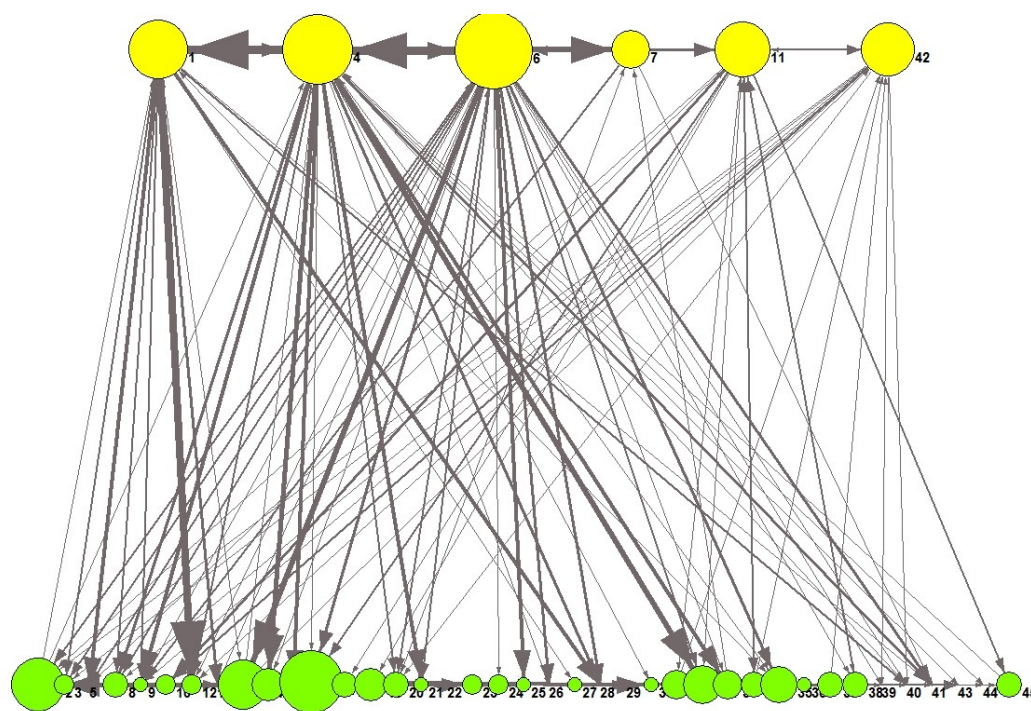
Figura 7 – Exemplo de “equivalência estrutural”



A figura 8 mostra o resultado de uma Análise de Equivalência Estrutural realizada através do Software *Pajek*. Antes de fazer a análise, o programa pede o número de blocos, ou posições estruturais, que se espera observar na rede. Escolhemos a opção de “2 blocos”, ou seja, pedimos ao programa para dividir a rede em dois blocos estruturalmente equivalentes (NOOY, MRVAR & BATAGELJ, 2005). Como se vê na imagem, os dois

blocos encontrados pelo programa corroboram nossa hipótese de que a elite de lideranças encontrada nas quatro redes aqui analisadas cumpre um papel social específico na rede de controle social lateral: elas estão aninhadas no mesmo bloco (nodos amarelos), indicando que possuem um padrão relacional distinto em comparação às lideranças do outro bloco (nodos verdes). Podemos ir um pouco além e afirmar que a rede tende a se comportar como uma estrutura de “centro/periferia”. Alguns nodos, com alta centralidade, ocupam o centro da rede, o que dá a eles maior capacidade sobre os processos de difusão de recursos no interior do movimento; enquanto os demais nodos, com menor centralidade, ocupam a periferia da rede, fato que torna eles mais dependentes no que toca o acesso a recursos importantes que circulam na rede.

Figura 8 - Análise de Equivalência Estrutural da rede de “controle social lateral”



Rede elaborada com o uso do Software “Pajek”.

Se tais lideranças cumpriam um papel diferenciado – como mostra a Análise de Equivalência Estrutural – na rede de Controle Social Lateral e também eram mais poderosas do ponto de vista da “centralidade”, faz sentido nos perguntamos sobre sua influência nas redes do ponto de vista do *brokerage* e, dessa forma, também sobre seu

papel na integração do próprio movimento. As medidas de *brokerage* podem nos ajudar nesse sentido. O conceito de *brokerage* diz respeito à posição que determinados atores ocupam na estrutura social, conectando outros atores, ou grupos de atores, que não se encontram previamente ligados (BURT, 1992; 2005). O *brokerage*, nessa lógica, é um indicador do “poder” que certos agentes têm de controlar o fluxo de recursos entre os subgrupos de uma rede. Mas não é só isso. Tal capacidade torna o *broker* um fator fundamental para que um movimento social tenha um alto poder de articulação interna, ou seja, os *brokers* também contribuem para aumentar a coesão social de um movimento.

Na verdade, se partimos do conceito de movimento social apresentado por Mario Diani (1992; 2003), os *brokers* seriam agentes diretamente responsáveis pela existência de um movimento social. Diani (2003, p.301) diz que movimentos são "redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural tendo como base uma identidade coletiva compartilhada". Nesse conceito, fica clara a importância que as conexões têm para a sobrevivência de um movimento social. Quando as organizações que lutam por uma determinada causa não se encontram conectadas em suas ações, não se pode afirmar que existe entre elas uma dinâmica de movimento social. O surgimento de conexões e de uma ação articulada entre diferentes atores, lutando por uma mesma causa, transforma um ativismo faccioso em um ativismo típico de movimentos sociais. Dada essa ideia, é de se esperar que, se existirem *brokers* em uma rede de movimento social, eles serão um dos maiores responsáveis pela articulação do movimento e, logo, pela existência do mesmo (DIANI, 2003).

4.2.5 Identificando *brokers* e sua relevância para a coesão do movimento

A literatura sobre *brokerage* é vasta (BURT, 2005, 1992; HANNEMAN & RIDDLE, 2016; BORGATTI & EVERETT, 1998; GOULD & FERNANDEZ, 1989). Nela, podemos encontrar diversas medidas para identificar buracos estruturais e *brokers* no interior de uma rede social. Usaremos aqui duas dessas medidas. A primeira medida é o “*constraint*”, desenvolvida por Ronald Burt (1992). O *constraint* mede a capacidade de cada ego acessar buracos estruturais em sua rede pessoal. Ele indica o quanto cada ego da

rede está dependente de cada um de seus alteres. Quanto mais um ego concentra seu investimento relacional em um alter mais ele se torna dependente desse alter. O *constraint* varia de 0 a 1. Atores com alto *constraint* (constrangimento) tem menos acesso a informações não-redundantes. De acordo com Burt (2015, p.152), o

constrangimento diminui à medida que o ego ganha mais contatos (tamanho); aumenta à medida que a rede do ego se torna mais fechada por conta do aumento das relações entre os contatos do ego (densidade); e também aumenta à medida que a rede do ego se torna mais fechada por conta de um parceiro que venha a estar mais fortemente conectado a todos os outros contatos do ego (hierarquia).

A segunda medida de *brokerage* aqui usada é o *betweenness*. Ela capta a quantidade de vezes que um ator aparece entre as distâncias geodésicas que separam os demais atores da rede. A distância geodésica é o caminho mais curto entre dois atores. O *betweenness* mede, então, o grau em que um ator exerce o papel de intermediador numa rede (FREEMAN, 1977; HANNEMAN & RIDDLE, 2016).

A rede usada para a análise do *brokerage* no Movimento de Luta por Moradia trata das relações de controle social lateral existente entre todas as lideranças do movimento. Os dados obtidos a partir da aplicação do questionário sociométrico permitiram a (re)construção de quatro redes sociais. No entanto, como dissemos, três dessas redes são incompletas, ou seja, elas apresentam somente os laços relatados pelas 17 lideranças entrevistadas. Esse tipo de rede enviesa os resultados das medidas de *brokerage* usadas aqui (*betweenness* e *constraint*), dado que a plena capacidade de intermediação dos atores não pode ser acessada. Ao contrário, a rede de controle social lateral se apresenta de forma mais completa, uma vez que ela é o resultado da sobreposição de várias redes subjetivas, as quais captam a impressão de cada liderança entrevistada sobre os laços de controle social lateral existentes entre os outros 44 atores da rede. É por isso que essa será a única rede usada para a análise do *brokerage*. É importante lembrar, ainda, que, em tese, um laço de controle social aqui pode funcionar também como indício da existência de um caminho por onde recursos valiosos e/ou

influências podem circular. Ou seja, estamos fazendo um esforço intelectual de imaginar que as dinâmicas de *brokerage* identificadas a seguir na rede de controle social lateral podem ajudar a entender, em alguma medida, como operam as dinâmicas de *brokerage* em outros domínios relacionais do movimento.

Antes de analisar os resultados das medidas de *brokerage* propriamente ditas, é importante fazer algumas observações sobre o grau de coesão da rede. Uma rede muito densa é um primeiro indicador de que não existem grandes buracos estruturais através dos quais os *brokers* possam atuar. A rede de controle social lateral quando simplificada apresenta uma densidade de 10%. Isso, mais a média das distâncias entre os nodos – 2,3 passos – e o fato de que as redes estavam integradas na forma de um único componente, sugerem que o movimento, ao menos no domínio das relações de controle social lateral, apresentava um grau relevante de coesão social.

Essa conclusão poderia inviabilizar a busca por *brokers* na rede. Entretanto, como vimos na Análise de Facções, a densidade de laços tendia a ser maior entre os atores de uma mesma organização e menor entre os atores de organizações diferentes; o que é uma evidência da existência de buracos estruturais (*structural holes*) na rede. Isso mostra que faz sentido nossa intenção de estudar a presença e a atuação dos *brokers* dentro do movimento. Ao consultar as medidas de *brokerage*, percebemos que determinados atores têm maior capacidade de intermediação do que outros. Um mesmo grupo de lideranças aparece como os maiores *brokers* tanto nos resultados do *constraint*⁵⁸ quanto nos do *betweenness*. De forma geral, os atores de número 4, 6, 11, 17, 42, 2 e 1 aparecem como os maiores *brokers* da rede, se destacando dos demais, ocorrendo uma ligeira mudança na ordem entre eles a depender da medida em questão.

58 No UCINET, usou-se a opção “*Ego network model -- ties beyond egonet have no effect*”.

Tabela 6 - *Betweenness* (rede de controle social completa)

	1	2
	Betweenness	nBetweenness
4	340.851	18.015
2	257.532	13.612
6	244.873	12.943
17	211.044	11.155
11	176.292	9.318
42	90.402	4.778
1	73.094	3.863
19	49.744	2.629
15	47.343	2.502
20	46.872	2.477
8	42.643	2.254
14	25.436	1.344
32	23.544	1.244
33	23.275	1.230
7	19.094	1.009
31	16.030	0.847
45	11.358	0.600
18	9.768	0.516
10	8.242	0.436
12	7.921	0.419
34	7.760	0.410
24	7.292	0.385
35	6.500	0.344
3	6.267	0.331
38	4.662	0.246
30	4.125	0.218
9	3.733	0.197
21	3.063	0.162
36	2.000	0.106
37	1.743	0.092
27	0.500	0.026
28	0.000	0.000
22	0.000	0.000
29	0.000	0.000
13	0.000	0.000
25	0.000	0.000
5	0.000	0.000
16	0.000	0.000
39	0.000	0.000
40	0.000	0.000
41	0.000	0.000
26	0.000	0.000
43	0.000	0.000
44	0.000	0.000
23	0.000	0.000

Tabela elaborada com o uso do Software "Ucinet".

Tabela 7 - Múltiplas medidas de buraco estrutural (da rede simplificada) tendo como referência a rede do ego

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Degree	EffSize	Efficienc	Constrain	Hierarchy	EgoBet	Ln(Constr	Indirects	Density	Numholes
18.000	13.146	0.730	0.228	0.156	41.333	-1.477	0.809	0.219	239.000
16.000	12.159	0.760	0.220	0.064	93.174	-1.516	0.786	0.242	182.000
7.000	4.444	0.635	0.517	0.213	8.500	-0.659	0.719	0.333	28.000
26.000	21.029	0.809	0.154	0.132	207.255	-1.870	0.797	0.148	554.000
5.000	2.600	0.520	0.708	0.107	0.000	-0.345	0.803	0.600	8.000
28.000	22.657	0.809	0.150	0.141	146.060	-1.898	0.826	0.142	649.000
8.000	4.250	0.531	0.473	0.166	5.833	-0.748	0.770	0.411	33.000
6.000	2.875	0.479	0.564	0.066	5.250	-0.573	0.783	0.567	13.000
7.000	3.438	0.491	0.508	0.052	2.333	-0.677	0.836	0.619	16.000
7.000	4.063	0.580	0.487	0.094	5.833	-0.720	0.762	0.357	27.000
16.000	12.435	0.777	0.224	0.080	78.350	-1.496	0.776	0.221	187.000
7.000	3.813	0.545	0.494	0.051	2.250	-0.705	0.809	0.524	20.000
4.000	2.000	0.500	0.805	0.051	0.000	-0.217	0.762	0.583	5.000
12.000	7.714	0.643	0.314	0.117	14.667	-1.159	0.804	0.258	98.000
6.000	3.500	0.583	0.528	0.091	6.333	-0.638	0.707	0.433	17.000
3.000	1.250	0.417	1.022	0.090	0.000	0.021	0.708	0.833	1.000
24.000	21.019	0.876	0.149	0.099	156.515	-1.903	0.750	0.112	490.000
6.000	3.611	0.602	0.546	0.155	3.167	-0.606	0.690	0.433	17.000
6.000	3.556	0.593	0.521	0.085	8.000	-0.652	0.700	0.433	17.000
6.000	3.500	0.583	0.584	0.185	6.833	-0.537	0.710	0.400	18.000
5.000	2.600	0.520	0.677	0.026	2.000	-0.390	0.820	0.600	8.000
2.000	1.000	0.500	1.125	0.000	0.000	0.118	0.500	0.500	1.000
2.000	1.000	0.500	1.125	0.000	0.000	0.118	0.500	1.000	0.000
4.000	2.700	0.675	0.583	0.050	2.500	-0.539	0.500	0.250	9.000
2.000	1.167	0.583	1.003	0.110	0.000	0.003	0.389	0.500	1.000
2.000	1.000	0.500	1.389	0.000	0.000	0.329	0.667	1.000	0.000
4.000	2.300	0.575	0.767	0.114	3.000	-0.265	0.677	0.500	6.000
6.000	2.750	0.458	0.586	0.036	0.000	-0.535	0.843	0.600	12.000
4.000	2.500	0.625	0.684	0.168	0.000	-0.380	0.563	0.250	9.000
3.000	1.667	0.556	0.840	0.074	0.500	-0.175	0.556	0.333	4.000
5.000	2.714	0.543	0.636	0.109	5.500	-0.452	0.707	0.450	11.000
10.000	6.636	0.664	0.376	0.129	6.333	-0.978	0.797	0.300	63.000
8.000	4.222	0.528	0.469	0.110	12.583	-0.757	0.833	0.429	32.000
7.000	3.625	0.518	0.492	0.062	3.083	-0.709	0.804	0.405	25.000
7.000	4.000	0.571	0.511	0.174	4.000	-0.672	0.724	0.333	28.000
3.000	2.333	0.778	0.611	0.052	1.000	-0.492	0.333	0.167	5.000
5.000	1.800	0.360	0.622	0.006	0.750	-0.474	0.760	0.400	12.000
6.000	3.214	0.536	0.624	0.161	1.833	-0.472	0.806	0.500	15.000
3.000	1.333	0.444	0.997	0.015	0.000	-0.003	0.722	0.667	2.000
8.000	4.313	0.539	0.454	0.049	0.000	-0.789	0.859	0.500	28.000
5.000	2.000	0.400	0.689	0.038	0.000	-0.372	0.826	0.700	6.000
17.000	12.789	0.752	0.234	0.114	47.986	-1.453	0.836	0.228	210.000
2.000	1.000	0.500	1.125	0.000	0.000	0.118	0.500	0.500	1.000
2.000	1.000	0.500	1.125	0.000	0.000	0.118	0.500	0.500	1.000
6.000	4.667	0.778	0.460	0.081	8.667	-0.777	0.600	0.233	23.000

Tabela elaborada com o uso do Software "Ucinet".

Tabela 8 - Múltiplas medidas de buraco estrutural (da rede completa – com laços valorados) tendo como referência a rede do ego

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Degree	EffSize	Efficienc	Constrain	Hierarchy	EgoBet	Ln(Constr	Indirects	Density	Numholes
18.000	14.330	0.796	0.272	0.321	41.333	-1.303	0.732	0.219	239.000
16.000	13.679	0.855	0.238	0.165	93.174	-1.435	0.712	0.242	182.000
7.000	4.840	0.691	0.600	0.265	8.500	-0.511	0.771	0.333	28.000
26.000	22.179	0.853	0.196	0.317	207.255	-1.627	0.719	0.148	554.000
5.000	2.877	0.575	0.901	0.279	0.000	-0.104	0.855	0.600	8.000
28.000	23.364	0.834	0.197	0.357	146.060	-1.623	0.747	0.142	649.000
8.000	4.363	0.545	0.652	0.356	5.833	-0.428	0.832	0.411	33.000
6.000	3.226	0.538	0.716	0.177	5.250	-0.333	0.887	0.567	13.000
7.000	4.371	0.624	0.591	0.174	2.333	-0.526	0.846	0.619	16.000
7.000	4.250	0.607	0.570	0.242	5.833	-0.561	0.763	0.357	27.000
16.000	13.530	0.846	0.251	0.169	78.350	-1.381	0.755	0.221	187.000
7.000	4.361	0.623	0.623	0.302	2.250	-0.473	0.782	0.524	20.000
4.000	2.225	0.556	1.030	0.229	0.000	0.030	0.859	0.583	5.000
12.000	8.048	0.671	0.472	0.384	14.667	-0.751	0.847	0.258	98.000
6.000	3.051	0.509	0.804	0.383	6.333	-0.218	0.839	0.433	17.000
3.000	1.286	0.429	1.157	0.153	0.000	0.146	0.784	0.833	1.000
24.000	22.130	0.922	0.151	0.152	156.515	-1.893	0.673	0.112	490.000
6.000	3.824	0.637	0.692	0.293	3.167	-0.368	0.772	0.433	17.000
6.000	3.918	0.653	0.567	0.282	8.000	-0.567	0.623	0.433	17.000
6.000	3.804	0.634	0.794	0.301	6.833	-0.230	0.850	0.400	18.000
5.000	2.700	0.540	0.891	0.275	2.000	-0.115	0.867	0.600	8.000
2.000	1.000	0.500	1.389	0.000	0.000	0.329	0.667	0.500	1.000
2.000	1.075	0.538	1.131	0.044	0.000	0.123	0.492	1.000	0.000
4.000	2.583	0.646	0.768	0.113	2.500	-0.265	0.679	0.250	9.000
2.000	1.583	0.792	0.823	0.166	0.000	-0.195	0.244	0.500	1.000
2.000	1.000	0.500	1.684	0.015	0.000	0.521	0.831	1.000	0.000
4.000	2.488	0.622	0.935	0.263	3.000	-0.067	0.733	0.500	6.000
6.000	3.417	0.569	0.772	0.246	0.000	-0.259	0.877	0.600	12.000
4.000	2.400	0.600	0.946	0.324	0.000	-0.056	0.730	0.250	9.000
3.000	1.542	0.514	0.938	0.410	0.500	-0.064	0.480	0.333	4.000
5.000	2.792	0.558	0.680	0.171	5.500	-0.386	0.713	0.450	11.000
10.000	6.370	0.637	0.565	0.405	6.333	-0.572	0.850	0.300	63.000
8.000	4.747	0.593	0.644	0.338	12.583	-0.440	0.881	0.429	32.000
7.000	3.841	0.549	0.579	0.230	3.083	-0.547	0.796	0.405	25.000
7.000	4.664	0.666	0.685	0.281	4.000	-0.378	0.850	0.333	28.000
3.000	2.375	0.792	0.627	0.199	1.000	-0.467	0.292	0.167	5.000
5.000	2.400	0.480	0.650	0.013	0.750	-0.431	0.793	0.400	12.000
6.000	3.229	0.538	0.711	0.235	1.833	-0.341	0.866	0.500	15.000
3.000	1.571	0.524	1.156	0.085	0.000	0.145	0.815	0.667	2.000
8.000	5.735	0.717	0.542	0.155	0.000	-0.612	0.912	0.500	28.000
5.000	2.396	0.479	0.883	0.205	0.000	-0.125	0.916	0.700	6.000
17.000	14.083	0.828	0.270	0.176	47.986	-1.311	0.872	0.228	210.000
2.000	1.167	0.583	1.003	0.110	0.000	0.003	0.389	0.500	1.000
2.000	1.000	0.500	1.125	0.000	0.000	0.118	0.500	0.500	1.000
6.000	4.964	0.827	0.459	0.088	8.667	-0.778	0.589	0.233	23.000

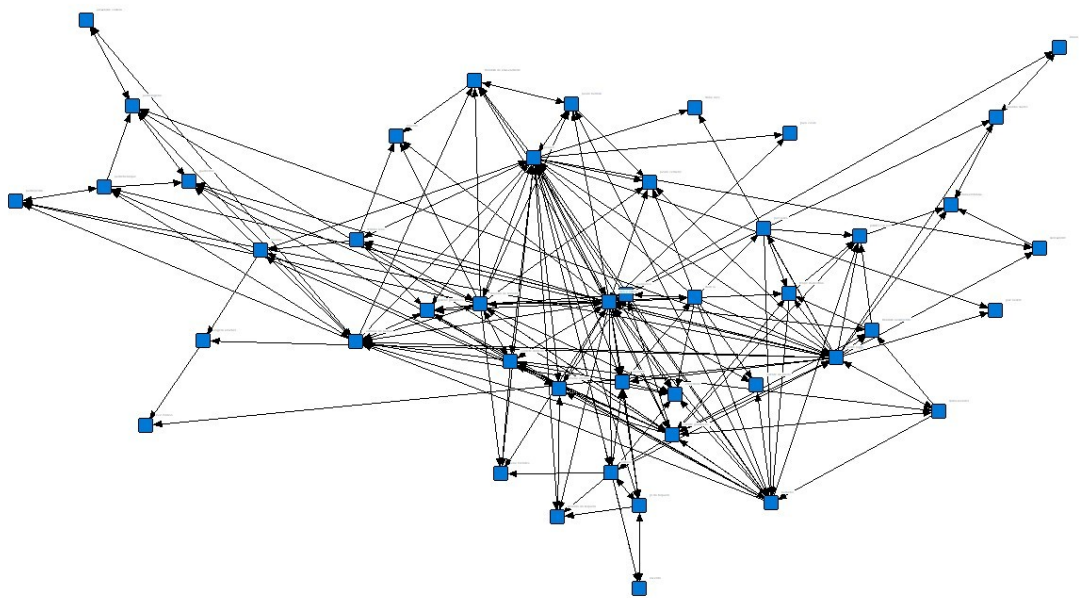
Tabela elaborada com o uso do Software “Ucinet”.

Nesse sentido, é importante observar a estrutura da rede quando os maiores *brokers* não estão presentes. As figuras 9, 10, 11 e 12 mostram a rede com e sem os principais *brokers*. A comparação entre as figuras dá indícios do impacto dos *brokers* para a constituição do movimento. Primeiro, a figura 10 mostra que a rede se quebra e três atores ficam isolados quando os principais *brokers* são retirados. Segundo, na mesma figura, percebe-se que os atores ligados à AMABEL se dividem em dois subgrupos incomunicáveis por laços diretos. Isso demonstra a importância do ator 17 para a integração desse grupo. O ator 17 era a principal referência da AMABEL e um dos fundadores da organização. A ausência dele revela também a existência de certa divisão dentro desse grupo.

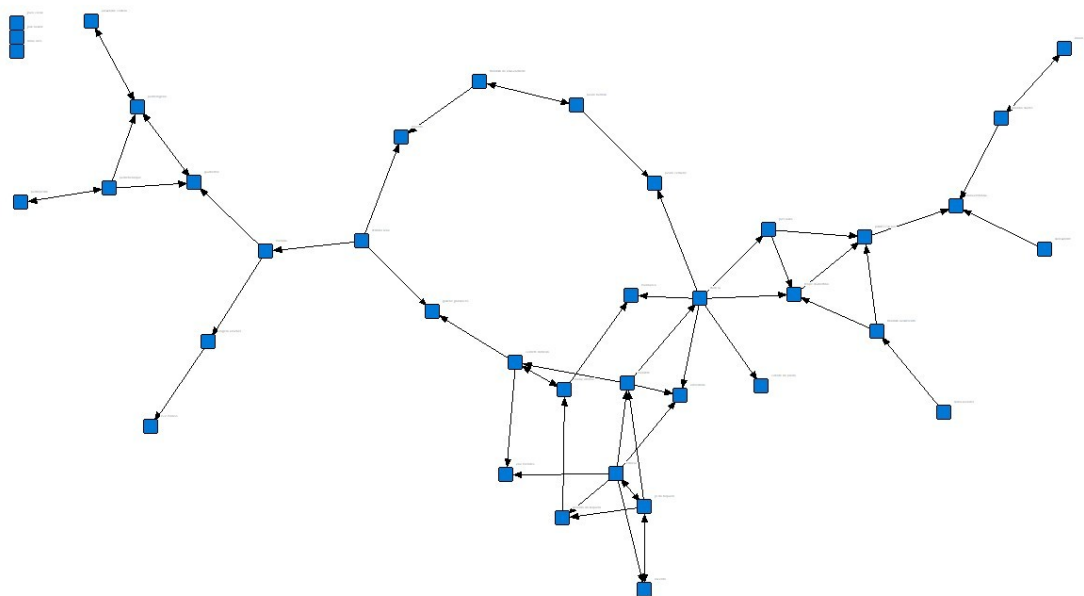
A figura 10 mostra também que as lideranças ligadas à UTP e aquelas ligadas à CASA perdem os laços entre si quando os principais *brokers* não estão presentes. É importante ressaltar que os dois grupos atuaram em momentos diferentes do tempo, ainda que alguns membros da UTP tenham continuado com algum nível de atuação no movimento após 1990, período em que a entidade já não tinha tanta força. Ou seja, os *brokers* funcionavam como uma ponte entre dois grupos separados pelo tempo, isso implica que na ausência deles várias das narrativas, pautas e identidades que circulavam no movimento quando a UTP estava no seu auge poderiam não ser acessadas pelos atores que ingressaram no movimento posteriormente.

No geral, vê-se que a rede fica bastante fragmentada. A relação entre a UTP e a AMABEL se resume a um laço, o mesmo acontece com a relação entre AMABEL e CASA e entre AMABEL e FAMOBH. CASA e FAMOBH ficam completamente desligadas entre si; e UTP e FAMOBH se conectam por meio de 2 laços.

Figura 9 - Rede de controle social completa



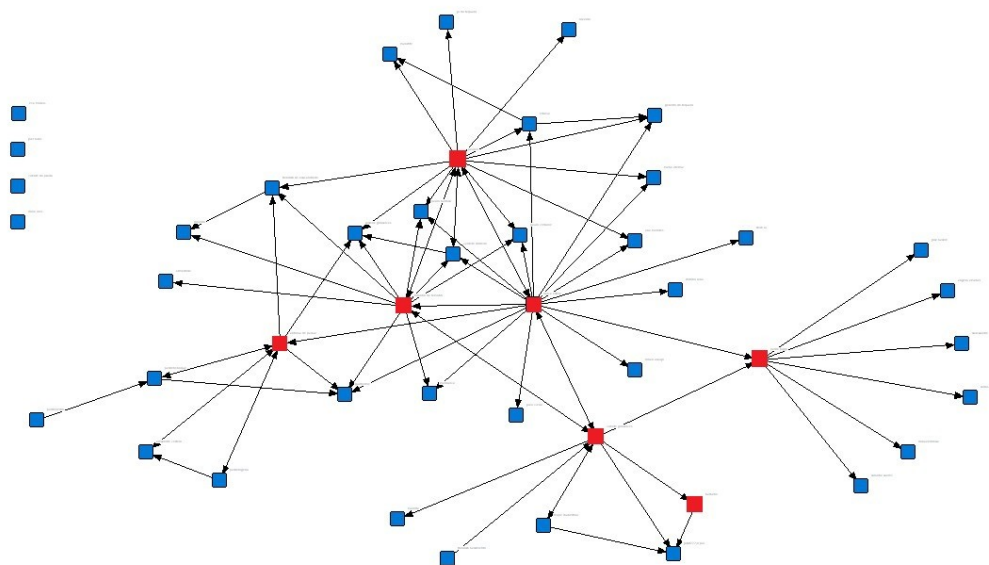
Rede elaborada com o uso do Software "Ucinet".

Figura 10 - Rede completa sem os 7 maiores *brokers*

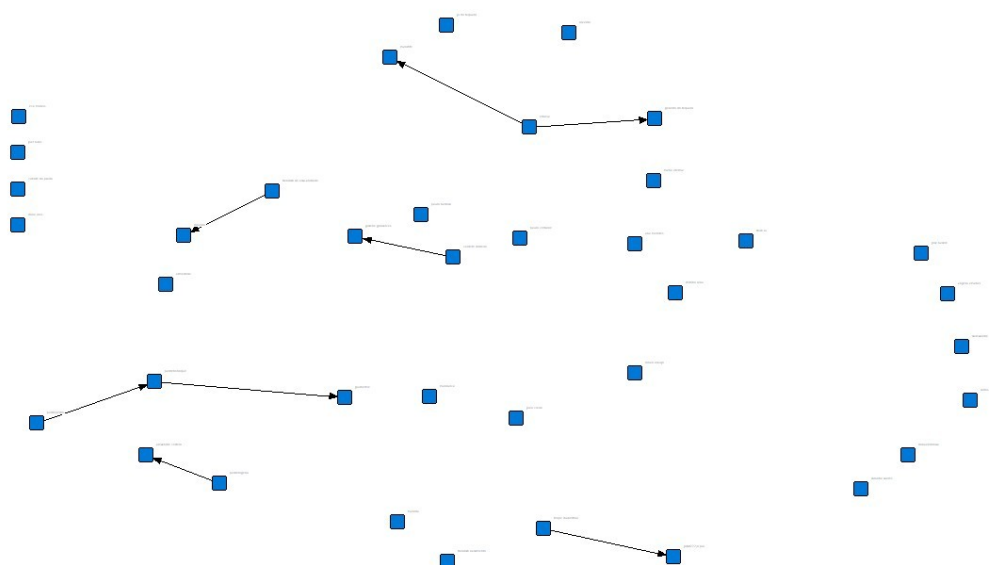
Rede elaborada com o uso do Software "Ucinet".

Fizemos um experimento para testar a importância dos *brokers* para a integração do movimento caso os laços fracos fossem retirados da rede. A rede de controle social possui laços valorados, isto é, o número de relações de controle social existente entre dois nodos quaisquer pode variar de 0 até 17. Numa rede com tamanha diferença no valor dos laços é provável que determinadas relações sejam mais superficiais e outras mais fortes (GRANOVETTER, 1973). A força dos laços aqui indica o quanto um ator tem controle sobre o outro; laços mais fracos indicam, portanto, uma relação de controle mais fraca. Com base nisso, fica patente que a retirada dos laços mais fracos (de valor 1) da rede dá como resultado uma rede mais estável, com laços mais difíceis de serem quebrados. Essa rede está representada nas figuras 11 e 12 abaixo, ela simula a face mais estável da estrutura de controle social do movimento. A figura 11 mostra que sem a presença dos laços fracos, quatro atores ficam isolados da rede. Os principais *brokers* estão destacados em vermelho. Percebe-se que eles ocupam posições-chaves para a integração do movimento. A comparação com a figura 12 deixa claro que os *brokers* são fundamentais para a manutenção dessa “rede de laços fortes de controle social lateral”. Na ausência deles a rede praticamente se desintegra, sobrando uma porção de atores isolados e mais seis partições formadas por três ou menos atores cada uma.

Figura 11 - Rede de controle social (sem os laços fracos)



Rede elaborada com o uso do Software "Ucinet".

Figura 12 - Rede de controle social (sem os laços fracos), sem os 7 maiores *brokers*

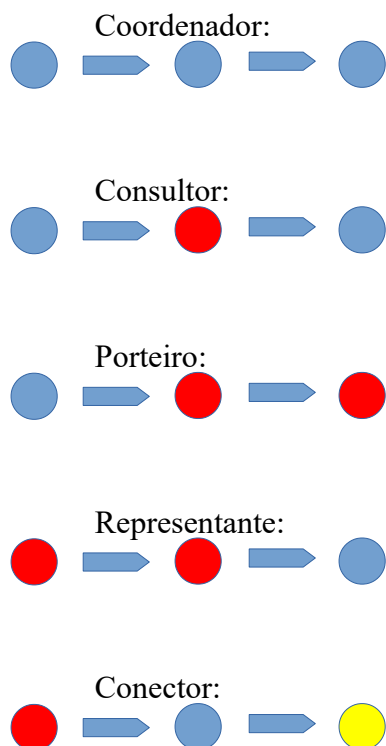
Rede elaborada com o uso do Software "Ucinet".

4.2.6 Diferentes formas de cumprir o papel de *broker*

Além de identificarmos os principais *brokers* do movimento, ou seja, aqueles responsáveis por intermediar e integrar as diversas partes da rede, podemos ir além e entendermos também como cada *broker* cumpria esse papel. Em um artigo clássico sobre a temática do *brokerage*, Gould & Fernandez (1989) mostraram que os *brokers* poderiam atuar de cinco maneiras diferentes, como: coordenadores, representantes, porteiros, conectores e consultores⁵⁹. Gould & Fernandez (1989) pensam o *broker* como um ator que media as relações entre os diferentes grupos presentes em uma rede. A afiliação a um grupo é, portanto, um dos fundamentos para a operacionalização dessa medida de *brokerage*. Um *broker* “coordenador” é aquele que media relações entre atores de um mesmo grupo social. O “representante” é aquele que liga os atores de seu próprio grupo com atores de outro grupo. O “porteiro” é aquele que controla o fluxo de recursos que vêm de atores de um grupo externo em direção ao seu grupo. O “conector” é aquele que liga atores de grupos diferentes, mas ele mesmo não faz parte de nenhum desses grupos. E o “consultor” é aquele que liga atores de um mesmo grupo, mas ele não faz parte desse grupo.

Vejamos nas imagens abaixo a função de cada *broker*. Cada círculo é um nodo diferente; as setas são as relações entre os nodos; e a cor indica o pertencimento organizacional de cada nodo. O círculo do meio é o *broker*.

59 Tradução própria para, respectivamente: *coordinator*, *representative*, *gatekeeper*, *liaison* e *itinerant broker* (Gould & Fernandez, 1989).

Figura 13 – Diferentes formas de ser um *broker*

Com ajuda do UCINET, geramos a ‘Tabela 9’ abaixo, que mostra a intensidade com que cada ator atua segundo cada um dos diferentes tipos de *broker*. Nas linhas os atores estão agrupados segundo cada uma das quatro principais organizações aglutinadoras do movimento: FAMOBH, CASA, AMABEL e UTP. Dois atores (27 e 37) estão isolados porque eles não pertenciam com tanta intensidade a nenhuma das quatro organizações.

Antes de analisarmos a tabela, é importante ter em mente que a rede usada é a de Controle Social Lateral, logo, os laços entre os nodos são laços de controle social. Mas, como afirmamos, esses laços podem também ser indicadores da passagem de recursos valiosos e/ou de influências entre os atores. Ou seja, as dinâmicas de *brokerage* identificadas a seguir podem também se repetir em outros domínios relacionais do movimento; apesar de não termos dados relacionais suficientes para testar essa ideia. Dito isso, de forma geral, os tipos de *brokers* que imperavam na rede eram os “representantes”, os “conectores” e, em menor grau, os “coordenadores”. Os dois

primeiros indicam que os *brokers* tendiam, primeiro, a conectar atores de sua organização aglutinadora com atores de outras organizações e, segundo, eles tendiam a ligar atores de organizações diferentes das quais eles mesmos não participavam. Já o papel de *broker* “coordenador” indica um tipo de ator mais focado em sua própria organização; ele atua intermediando relações entre os companheiros de grupo. A maior presença dos dois primeiros tipos, “conectores” e “representantes”, é um indício de que os *brokers* atuavam no sentido da integração do movimento. Se houvesse maior presença do terceiro tipo, “coordenador”, seria um indício de que os *brokers* estavam mais focados em suas próprias organizações. Relembremos, todavia, que a rede em questão abarca as relações de controle social lateral. Os “conectores” eram, portanto, figuras que eram controladas por atores de outras organizações, mas ao mesmo tempo controlavam atores que pertenciam a uma organização que não era nem a sua organização nem a de seu controlador. Já os “representantes” eram controlados por outros atores de sua própria organização e ao mesmo tempo enviavam laços de controle para atores de outras organizações. Todavia, como dito, vamos considerar essa posição intermediária na rede de relações de controle social como um indício de como os atores estavam posicionados e efetuavam a intermediação em outros domínios relacionais.

Os atores 2 e 17 eram *brokers* que atuavam principalmente como “conectores”. Esses atores pertenciam à Igreja Católica e realizaram toda sua trajetória de militância na luta por moradia em íntima conexão com esta instituição. A relação com a Igreja permitia a eles uma interação maior com praticamente todas as alas do movimento, já que a Igreja Católica era uma instituição central no universo dos movimentos populares dos anos 80 e 90. Mas há algumas peculiaridades que também ajudam a explicar essa situação – o fato de serem “conectores” - desfrutada por ambos os atores. O ator 17 era uma figura tradicional no movimento; havia entrado na luta por moradia já nos anos 70, ajudando, inclusive, a fundar a Patorial de Favelas na cidade. Dessa forma, era natural que ele atuasse intermediando relações entre atores de diferentes organizações, às quais ele não pertencia.

Já o ator 2 havia entrado no movimento nos anos 90. Entretanto, sua influência

dentro do movimento aumentou rapidamente, contando inclusive com a ajuda do ator 17 e de figuras centrais da Igreja Católica na cidade para alcançar esse status. Um fato importante na trajetória dessa liderança e que ajuda a explicar o porquê de ela cumprir primordialmente o papel de *broker* “conector” - e, ainda que com menor intensidade, também o papel de *broker* “consultor” -, é que ela se tornou central no movimento durante o processo de institucionalização do Conselho Municipal de Habitação. Ela participou, inclusive como representante do movimento no Conselho, dos principais momentos de mudança do movimento em direção a uma forma de participação política mais institucionalizada. Nesse sentido, ela ajudou a organizar diversos núcleos de sem-casa pela cidade, entrando em contato com atores de diversas outras organizações aglutinadoras e grupos de sem-casa.

Outras duas lideranças tinham no papel de *broker* “conector” uma segunda opção para exercer a função de intermediador: os atores 11 e 42. Esses atores, entretanto, se destacavam mais pelo papel de *brokers* “representantes”, quer dizer, eles ligavam os atores de sua organização a atores de outras organizações. Nessa função, eles tendiam a representar a UTP junto a outras alas do movimento. Fato interessante é que ambos os atores se tornaram ao final da década de 80 as figuras que mais representavam o movimento dentro do Estado. Na verdade, eles assumiram postos-chave dentro do órgão municipal responsável pela política habitacional na cidade, a URBEL. Trabalhando nesses postos, eles entravam em contato com as diferentes associações, grupos de sem-casa e organizações aglutinadoras existentes. Isso ajuda a entender o porquê de eles desempenharem principalmente as funções de *broker* “representante” e *broker* “conector”.

No caso do ator 11 é importante também lembrar que ele atuou como “advogado dos favelados”. Nessa função, ele não operava apenas pela sua organização, a UTP, mas por várias outras alas do movimento, incluindo a FAMOBH. Essa atuação permitia a ele intermediar as relações entre lideranças pertencentes a organizações diferentes. O ator 11 também era uma figura histórica dentro da esquerda belo-horizontina e mineira. Participava da luta por moradia desde os tempos das UDC's (União de Defesa Coletiva)

e da Federação dos Trabalhadores Favelados, nos anos 50 e 60; o que também ajudava a fazer dele um *broker* “conector”.

Os atores 1, 4 e 6 se concentravam nas funções de “coordenador”, “representante” e “guardião”. Todos eles pertenciam à FAMOBH. Os atores 1 e 6 foram presidentes dessa organização, cada um ocupando o cargo mais de uma vez. Essa informação é importante porque auxilia no entendimento do porquê esses atores, à diferença do ator 4, terem cumprido mais a função de *broker* “coordenador” do que a função de *broker* “representante”. Como presidentes e principais referências institucionais da FAMOBH, eles deveriam manter contato e ajudar a intermediar as relações entre todas as alas e lideranças internas à organização. Mas além de coordenar as relações dentro da FAMOBH, eles também deveriam representar a organização frente a outras organizações e grupos do movimento. Nesse quesito - “representação” - a liderança 6 se destacava bem mais que a 1. Essa liderança foi a primeira presidente da FAMOBH e também alcançou grande reputação como representante de todo o movimento frente ao poder público municipal e estadual. Ainda sobre as lideranças 1 e 6, é determinante para explicar a maior preponderância deles no papel de “coordenadores” o fato de que a FAMOBH era a maior organização aglutinadora do movimento – basta lembrar que 26 dos 45 nodos da rede estavam mais ligados à FAMOBH. Isso quer dizer que os atores 1 e 6 tinham muito mais espaço para intermediar relações dentro da própria organização do que os outros *brokers* tinham dentro de suas respectivas organizações.

A liderança 4, ademais, se destaca por cumprir o papel de *broker* de variadas maneiras: representante, coordenador, guardião e conector. Essa liderança não foi presidente da FAMOBH, mas era tida como alguém de grande carisma dentro do movimento. Apesar de atuar mais em uma região específica da cidade, a Zona Leste, ela era conhecida em todas as alas do movimento. Toda essa influência e militância a ajudou a se eleger mais de uma vez como Vereador para a Câmara Municipal de BH.

Várias lideranças cumprem, embora em menor grau, também o papel de porteiro. Essas lideranças, em tese, controlam o fluxo de recursos e influências que vem de fora da

organização para dentro. Lembrando que essa é uma rede de controle social lateral, portanto, ser porteiro aqui pode implicar em controlar os deslocamentos de recursos valiosos e/ou de influências que saem dos controladores – que pertenciam a outras organizações - em direção ao *broker* (controlado).

Tabela 9 – *Brokerage* a partir da abordagem de Gould & Fernandez (1989) (rede de controle social completa)

	1	2	3	4	5	6
	Coordinat	Gatekeepe	Represent	Consultan	Liaison	Total
1	3.500	2.333	2.000	0	0.500	8.333
13	0	0	0	0	0	0
25	0	0	0	0	0	0
4	<u>13.667</u>	<u>7.667</u>	<u>16.700</u>	3.000	<u>7.333</u>	48.367
5	0	0	0	0	0	0
6	<u>13.000</u>	3.667	<u>6.000</u>	0.500	2.500	25.667
7	<u>2.667</u>	0	<u>1.000</u>	0	0	3.667
8	2.000	0.250	0	0	0	2.250
9	0	0	0.500	0	0	0.500
32	0.833	2.033	0.500	0	0	3.367
33	1.833	3.000	0	0	0	4.833
12	0	0	0	0	0	0
35	0.250	0	1.200	0	0	1.450
14	3.667	0	<u>5.033</u>	0	0	8.700
15	<u>4.833</u>	0	0	0	0	4.833
16	0	0	0	0	0	0
39	0	0	0	0	0	0
40	0	0	0	0	0	0
41	0	0	0	0	0	0
20	3.250	0.500	0	0	0	3.750
21	0.500	0	0	0	0	0.500
44	0	0	0	0	0	0
28	0	0	0	0	0	0
26	0	0	0	0	0	0

3	0	2.333	0	0	0	2.333
2	0	0	<u>7.000</u>	<u>5.500</u>	<u>7.650</u>	20.150
18	0.500	0.476	0	0	0	0.976
23	0	0	0	0	0	0
19	0	0	0	0	0.250	0.250

43	0	0	0	0	0	0
30	0	0.500	0	0	0	0.500
45	0	0	0	0	2.000	2.000
22	0	0	0	0	0	0
29	0	0	0	0	0	0
24	0	1.500	0	0	0	1.500
17	0	<u>6.000</u>	0	<u>4.750</u>	<u>35.783</u>	46.533

38	0.583	0.583	0	0	0	1.167
31	0	1.250	0	0	0.250	1.500
42	0	0.533	<u>10.833</u>	1.583	<u>12.200</u>	33.150
10	0	0.583	1.000	0	1.000	2.583
36	0	0	0	1.000	0	1.000
11	3.000	2.333	<u>9.750</u>	0.833	3.533	19.450
34	0.500	0.333	0	0	0	0.833

27	0	0	0	0	0	0

17	0	0	0	0	0.583	0.583

Legend: (given flow 1-->2-->3, where 2 is the broker)
 Coordinator: A-->A-->A (all nodes belong to same group)
 Gatekeeper: B-->A-->A (source belongs to different group)
 Representative: A-->A-->B (recipient belongs to different group)
 Consultant: B-->A-->B (broker belongs to different group)

Tabela elaborada com o uso do Software "Ucinet".

4.2.7 Hierarquias de poder e mecanismos de autorregulação em uma rede de movimento ou “quem guarda os guardiões?”

Até aqui vimos que as redes do Movimento de Luta por Moradia possuíam uma hierarquia interna, de forma que uma mesma elite de lideranças ocupava as posições centrais em todos os quatro domínios relacionais pesquisados. Vimos também que essa elite de lideranças tinha um papel diferenciado tanto no controle do comportamento oportunista quanto na integração e na intermediação das relações entre as diversas facções no interior do movimento. Como *brokers*, os membros dessa elite tinham acesso privilegiado às informações que circulavam no movimento, o que aumentava seu poder em comparação às demais lideranças (BURT, 2005). Mas as diferenças e o grau de novidade das informações a que os *brokers* tinham acesso não tendiam a ser muito grandes, já que as redes estavam todas conectadas e havia poucos espaços com baixa densidade para a atuação de *brokers*. Entretanto, as medidas sobre *brokerage* e sobre os diferentes papéis desempenhados pelos *brokers* mostram que algumas lideranças estavam em posições mais privilegiadas do ponto de vista da circulação de recursos e da intermediação das relações. Elas tinham maior capacidade de articular episódios de ação coletiva, de privar certos atores do acesso a recursos escassos e de promover o que Padgett & Ansell (1993) chamam de “*robust action*” - ação robusta -, quer dizer, de lançar discursos e identidades diferentes para cada um dos grupos que elas conectavam enquanto *brokers*.

Esses fatos levantam questionamentos sobre a autonomia e os limites ao exercício do poder por parte dessa elite. Será que tal capacidade de influência sobre a rede não poderia levar essa elite a agir, ela mesma, de maneira oportunista? Se esse fosse o caso, a “ordem social” do movimento (ELSTER, 1989), quer dizer, a tendência à cooperação, estaria ameaçada. É aqui que nos surge outro questionamento importante: quem, então, “guardava os guardiões”? Ou seja, quem impedia que eles mesmos agissem como “*free riders*” – caronas (OLSON, 1999)?

Uma visada (ver figura 14) sobre o *InDegree* (a centralidade de entrada) dos

nodos na rede de “controle social lateral” nos ajuda a responder essa questão. O *InDegree*, nesse caso, indica a quantidade de laços de controle que incide sobre o nodo. A média do *InDegree* é 4, com desvio-padrão de 2,25. Enquanto o *OutDegree* (figura 15), que mede a quantidade de laços de controle enviados por cada nodo, tem um valor médio de 2, com desvio-padrão de 6,34. Ou seja, a capacidade de controlar estava distribuída de maneira mais desigual, com um conjunto de lideranças exercendo mais fortemente o papel de “guardiães do bem comum”; mas a incidência do controle social (*InDegree*) se dava de maneira mais homogênea entre todas as lideranças. Em outras palavras, todo mundo era razoavelmente “controlado”.

Os “graus de centralização” de “saída” e de “entrada” de toda a rede também provam isso. O grau de centralização de entrada é 0,14 e o grau de centralização de saída é 0,51 – ver Nooy, Mrvar & Batagelj (2005)⁶⁰. Comparando esses valores, e considerando uma escala que vai de 0 a 1 (quanto mais próximo de 1, mais a rede se aproxima de uma estrutura “centro/periferia”), podemos afirmar que, do ponto de vista do “envio dos laços” (*OutDegree*), a rede tinha um caráter mais vertical e desigual, mas do ponto de vista contrário (*InDegree*), fica claro que a rede tendia a ter um caráter mais horizontal ou igualitário.

Esses números - e as figuras 14 e 15 abaixo - sugerem, portanto, que existia um mecanismo de autorregulação dentro do movimento no que tange à capacidade de controle social: lideranças com grande capacidade de controlar os possíveis comportamentos desviantes eram também muito controladas dentro do movimento. A correlação entre o *InDegree* e o *OutDegree* – ver Nooy, Mrvar & Batagelj (2005) - oferece uma prova a mais nessa direção. Seu valor é de 0,65, mostrando que aqueles que enviavam mais laços de controle tinham também uma ligeira tendência de receberem mais laços. A figura 8, que mostra a Análise de Equivalência Estrutural, e a figura 5 nos permite entender melhor como se dava esse mecanismo de autorregulação. Observando essas figuras, é possível perceber que uma parte dos laços de controle que incide sobre a elite de lideranças advém da própria elite. A outra parte vem da periferia da rede. Os

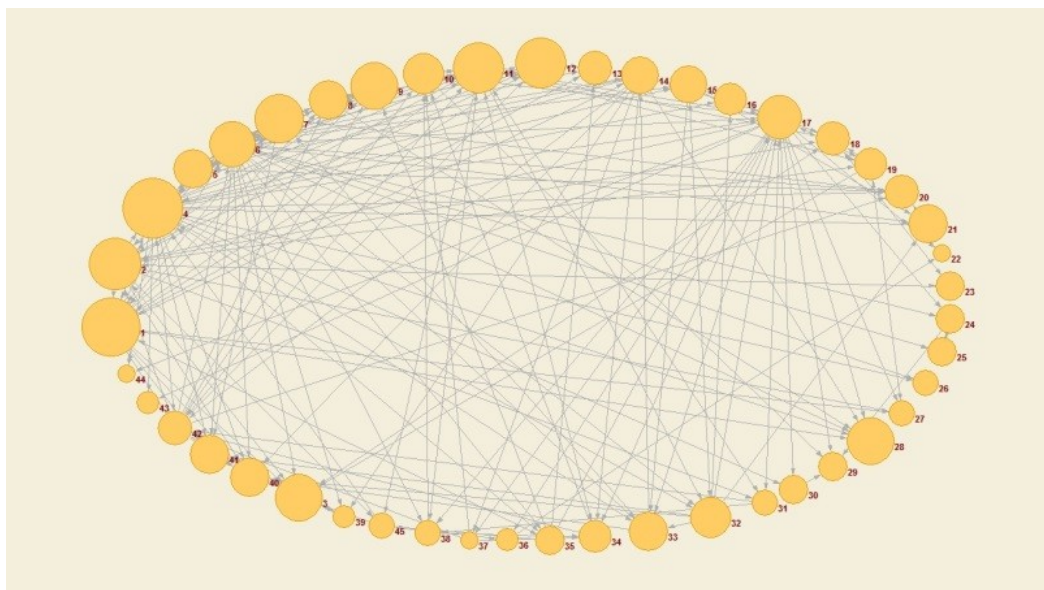
60 Lembrando que, para obter os graus de centralização de entrada e de saída, a rede foi binarizada, ou seja, os valores dos laços ficaram limitados a 0 ou 1.

nodos com maior centralidade enviam muitos laços de controle social entre si. Isso mostra que existia uma percepção generalizada no movimento de que lideranças com grande capacidade de controle social deveriam ser “vigiadas” por outras lideranças que também tinham grande capacidade de controle.

Mas esse controle mútuo dentro da elite também não era homogêneo. A liderança número “6” claramente se sobrepõe às demais; ela envia muitos laços para as outras lideranças da elite e recebe, proporcionalmente, menos laços destas. Não à toa, essa liderança teve uma trajetória de maior destaque dentro do movimento e dentro de outras instâncias relacionadas à questão habitacional na cidade. Além de ter sido fundadora e primeira presidente da FAMOBH, ela também foi presidente do órgão responsável pela política habitacional no município, a URBEL (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte), durante a gestão do prefeito Patrus Ananias (PT). Esse fato é importante porque o governo Patrus foi o primeiro governo, pós-redemocratização, em que o Movimento de Luta por Moradia teve um peso relevante nos processos de tomada de decisão relacionados à Política Municipal de Habitação. Mas será que essa maior capacidade de controle sobre as demais lideranças da elite dava à liderança número 6 “carta branca” para agir como quisesse dentro do movimento? As redes mostram que não. Essa liderança, apesar de ser a que mais envia laços de controle social - dentro da rede como um todo e dentro da elite de lideranças -, é também uma das mais controladas na rede; seu *InDegree* é de 8, o dobro do valor médio de *InDegree* da rede.

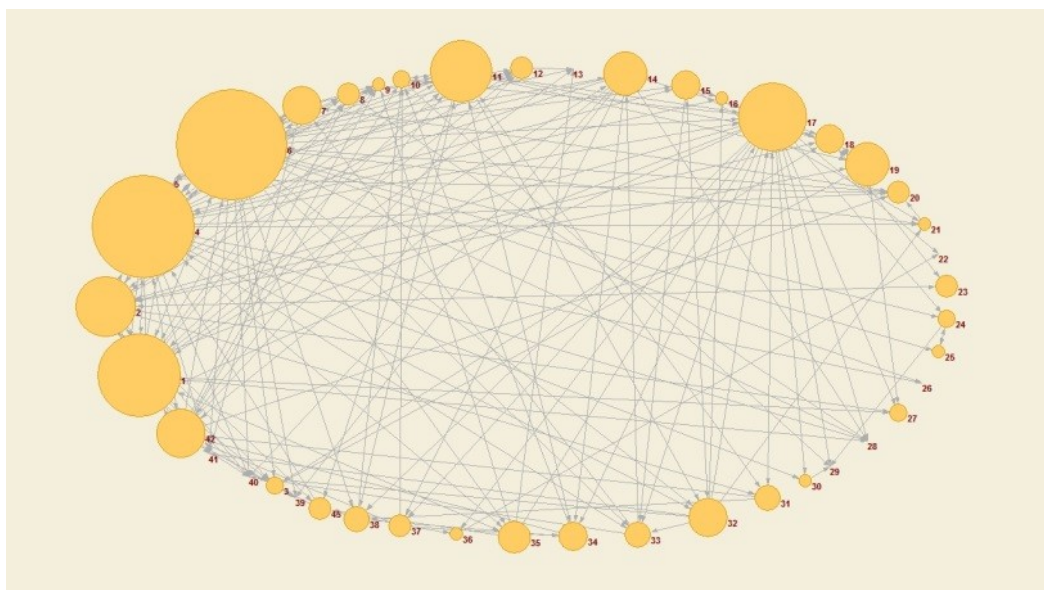
Esse dado nos faz lembrar que dentro de um movimento, ou de uma organização qualquer, aqueles membros que exercem mais controle e que estão em posições mais centrais são também figuras que despertam muita atenção, isto é, são mais visadas que as demais. Dessa forma, ao se relacionarem com muitos atores dentro de uma rede, tais figuras aumentam as chances de serem mais controladas. Esse é um dos custos de exercer o papel de “guardião do bem comum”. Aquele que “pune” e é responsável por manter a “ordem” deve também se comportar de maneira adequada e dar o “exemplo”; do contrário, ele pode ser o primeiro a ser cobrado pelos membros do grupo.

Figura 14 – rede de controle social lateral com o *InDegree* de cada nodo



Rede elaborada com o uso do Software "Pajek".

Figura 15 – rede de controle social lateral com o *OutDegree* de cada nodo



Rede elaborada com o uso do Software "Pajek".

5. Conclusão e considerações finais: coesão social, poder e controle social lateral

Este trabalho tem dois objetivos principais, por um lado, visa entender as condições de funcionamento de um movimento em termos das dinâmicas de poder e de coesão social, e por outro, visa entender como se dão os processos de controle social lateral dentro do movimento e como as dinâmicas de poder e de coesão social afetam esses processos. Apoiamo-nos na proposta de Diani (2003) para analisar as duas dinâmicas de funcionamento supracitadas. Mas, em vez de usar os conceitos de “centralização” e “segmentação” para nomear essas dinâmicas, como sugerido por Diani (2003), usamos os já clássicos conceitos sociológicos de “poder” e “coesão social”. O uso desses dois conceitos vem acompanhado de algumas inovações analíticas. O conceito de “centralização” diz respeito às desigualdades de poder na rede como um todo, mas ele não permite ver como cada ator se posiciona nas hierarquias de poder. É por isso que usamos aqui (principalmente) as métricas de centralidade e de *brokerage* para entender como se estrutura um movimento em termos das diferenças de poder entre seus membros. O conceito de *brokerage* ainda tem a vantagem de permitir avaliar a capacidade de influência ou dominação de um ator não apenas em termos da quantidade de laços que chegam ou saem dele, mas também em termos da forma das estruturas relacionais que o circundam. Na dimensão da coesão social também trouxemos algumas inovações. Além de analisar as distâncias relacionais entre todos os nodos de uma rede, maneira pela qual Diani (2003) propõe estudar o que ele chama de “segmentação” da rede, usamos também de métricas que tratam das diferenças nas densidades relacionais entre conjuntos específicos de atores, possibilitando, dessa forma, uma investigação dos possíveis subgrupos e facções emergentes a partir do processo de interação. Isso tem a vantagem de permitir avaliar as dinâmicas de coesão social (segmentação e integração da rede) também em termos dos conflitos, aproximações e afastamentos entre os subgrupos ou facções presentes no movimento.

A partir desses dois conceitos, poder e coesão social, e de suas respectivas métricas, fizemos algumas descobertas interessantes sobre os efeitos que os processos de

interação entre as lideranças têm para o funcionamento e a estruturação do Movimento de Luta por Moradia de BH (1985-1995). Com ajuda da técnica de Análise de Redes Sociais, descobrimos que as quatro redes investigadas estavam integradas em um único componente (fraco) – com exceção da rede de colaboração⁶¹. Já a rede de Controle Social Lateral possuía uma densidade de laços alta e um valor baixo para a distância média entre os atores. Esses dados indicam que o movimento tendia a ter um grau razoavelmente alto de coesão ou fechamento [*closure*] (BURT, 2005). A integração de todas as quatro redes na forma de um único componente (fraco) facilitava a difusão de ideias e informações dentro do movimento, aumentando sua capacidade de produção de ação coletiva.

Mas, a aplicação da Análise de Facções na rede de controle social lateral dá indícios de que as dinâmicas de coesão social do movimento sofriam influências das estruturas organizacionais que compunham o mesmo. A densidade dos laços tendia a ser maior entre os atores de uma mesma organização e menor entre atores de organizações diferentes. Ou seja, as facções encontradas são bastante correlacionadas com as organizações aglutinadoras existentes – com a exceção de que os membros ligados à FAMOBH estavam divididos em duas facções, refletindo a influência da região geográfica de atuação para a criação de vínculos entre eles.

Esses dados apontam de forma geral para os impactos que as rotinas, fronteiras e identidades organizacionais tinham sobre o processo de formação de laços entre as lideranças. Interessante perceber que mesmo em movimentos sociais com grau relativamente alto de coesão social, o ambiente organizacional continua a ser um motor importante dos processos relacionais. Esses resultados abrem portas para pesquisas futuras sobre o assunto, já que conclusões mais robustas acerca dos impactos das organizações sobre o processo de formação de laços exigem o uso de técnicas mais sofisticadas, como os “Modelos de Gráficos Randômicos Aleatórios”⁶² (*exponential*

61 Nesse sentido, é importante ressaltar que os laços envolvendo a circulação de recursos valiosos dentro do movimento (rede de colaboração) eram mais escassos que os laços de confiança e de status. Comparando a densidade entre as três redes, vê-se que a rede de colaboração tem uma densidade ligeiramente menor. As redes de status e confiança têm uma densidade de, respectivamente, 13% e 10%, enquanto a rede de colaboração tem uma densidade de 8%.

62 Tradução própria.

random graph models), ou modelos p^* (ROBINS *et al.*, 2007). É bom deixar claro também que os resultados da Análise de Facções valem principalmente para a rede de controle social lateral, não sendo possível, dessa forma, afirmar categoricamente que essas influências das estruturas organizacionais aconteciam em outras dimensões relacionais do movimento.

As análises sobre a dimensão do poder, por sua vez, mostram que o movimento possuía uma elite de lideranças que controlava todos os quatro domínios de troca estudados. As hierarquias de poder – determinadas pelo “grau de centralidade” - entre as lideranças tendiam a ser muito semelhantes nas redes de status, colaboração e confiança. Isso implica que a mesma elite de lideranças possuía mais poder tanto na forma de “influência” quanto na forma de “dominação”. A correlação da rede de colaboração com as redes de influência e status mostra, entretanto, um resultado ligeiramente diferente daquele para a correlação entre as redes de influência e status; evidenciando que a hierarquia de poder em termos de capacidade de dominação tendia a ser um pouco diferente da hierarquia de poder em termos de capacidade de influência.

Além da centralidade, outro critério para avaliar a inserção das lideranças na estrutura de poder do movimento é o *brokerage*. O *brokerage* capta as relações de poder pelo viés do lugar que o ator ocupa na rede; diferente da “centralidade”, que foca na quantidade de laços enviados/recebidos pelos nodos. Nesse caso, as lideranças de nº 4, 6, 2, 17, 11, 42 e 1 aparecem como os principais *brokers* da rede de controle social lateral, quer dizer, eram aquelas com maior capacidade de intermediar relações, se aproveitando dos buracos estruturais presentes na rede. Esses dados vão contra alguns achados da literatura (DIANI, 2003), que mostram como as funções de *broker* e de liderança (atores com alta centralidade) são reservadas para atores diferentes. No caso do domínio dos laços de controle social isso não acontecia: os atores com maior centralidade eram também os principais *brokers*. Mas algumas ressalvas devem ser feitas. O ator nº1, por exemplo, possui alta centralidade nas redes de status, de colaboração e de confiança, mas possui baixos valores para o *betweenness* e o *constraint*, se comparado aos 7 nodos com maior centralidade e maior capacidade de intermediação na rede.

A dimensão do poder tem efeitos sobre a dimensão da coesão social. Atores com maior capacidade de intermediar as relações dentro da rede têm também maior capacidade de integrar as diversas alas do movimento. A retirada dos principais *brokers* da rede mostra isso; sem os *brokers*, a estrutura relacional do movimento se quebra. A análise das diferentes formas de cumprir o papel de *broker* – ver Gould & Fernandez (1989) - deixa mais clara a maneira como os *brokers* atuavam no sentido da integração do movimento. Eles exerciam mais o papel de *broker* “conector” e *broker* “representante”; e menos o papel de *broker* “coordenador”. Nos dois primeiros casos, o *broker* estava mais engajado em promover laços entre atores de diferentes organizações aglutinadoras.

As razões para as diferenças na forma (e intensidade) como os atores cumpriam cada um desses papéis têm a ver com múltiplos fatores: tempo de movimento, posições oficiais nas organizações aglutinadoras, posições em órgãos de representação, etc. O tempo de experiência dentro do movimento e na luta por moradia explica a condição de alguns, como é o caso dos atores 17, 11 e 42, que tinham em comum também o fato de cumprirem com certa intensidade o papel de *broker* “conector”. Para outros, a ocupação de posições de comando e de representação dentro de grandes organizações aglutinadoras – FAMOBH em particular - ajuda a explicar o foco nos papéis de *broker* “coordenador” e *broker* “representante”; caso dos atores 1 e 6. Para outros, ainda, o fato de terem sido representantes oficiais do movimento seja no órgão municipal responsável pela política de habitação – a URBEL – (atores 11 e 42), seja no processo de consolidação da Política Municipal de Habitação (ator 2), ajuda a entender as formas específicas como cada um desempenhava a função de *broker*. Por fim, os papéis de *broker* desempenhados pelos atores 2 e 17 podem ser explicados também pela forte inserção deles na burocracia da Igreja Católica.

Ainda sobre a dimensão do poder, a Análise de Equivalência Estrutural da rede de “controle social lateral” mostra que os atores com maior centralidade cumpriam também um “papel social” específico dentro do movimento, o papel de “guardiães da ação coletiva” (LAZEGA, 2001)⁶³: seu padrão relacional era diferente do dos demais

63 De novo, só foi possível aplicar a Análise de Equivalência Estrutural sobre a “rede controle social lateral”.

membros. Eles tendiam a fazer parte do “centro” da rede, enquanto os demais atores ocupavam uma espécie de “periferia” do movimento. Esse achado pode ser o indício de que as dinâmicas de coesão social do movimento tendiam a seguir uma estrutura do tipo “centro/periferia”, em que um grupo pequeno de lideranças poderosas formava um núcleo bastante denso relacionalmente; ao mesmo tempo que o restante das lideranças formava uma periferia com baixa densidade relacional interna e com muitos laços com o núcleo. Essa estrutura, todavia, se choca com aquela que encontramos na Análise de Facções, formada por vários subgrupos coesos que se correlacionavam com as organizações aglutinadoras existentes. Qual é, então, a dinâmica de coesão social que melhor define a estrutura relacional do movimento?

Com o intuito de responder essa questão, aplicamos sobre a rede de controle social lateral uma análise especificamente voltada para avaliar a correlação de uma rede real com uma rede que “idealmente” segue uma dinâmica do tipo “centro/periferia”. Esse último tipo de rede – uma rede que segue perfeitamente uma dinâmica do tipo “centro/periferia” - pressupõe que no núcleo dela todos tenham relações com todos (bloco de “1”), que os atores da periferia não tenham nenhuma relações entre si (bloco de “0”) e que cada ator da periferia tenha relações com todos os atores do núcleo (bloco de “1” perfeito) ou com parte deles (bloco de “1” imperfeito). Resumindo bastante, para saber o quanto uma rede real se adéqua ao modelo centro/periferia basta correlacioná-la com a rede ideal citada acima. Essa análise foi desenvolvida por Borgatti & Everett (1999) e sua aplicação é possível através do software Ucinet.

Para desenvolver essa análise, usamos a rede de controle social lateral “com” e “sem os laços fracos”; e “com” e “sem laços valorados” (ou seja, a rede binarizada). No Ucinet, seguimos as opções: “Network”/ “Core/Periphery”/ “Categorical”. As imagens abaixo mostram parte dos resultados da análise. A correlação entre as partições mostradas na Figura 16 e uma rede que segue uma estrutura “ideal”⁶⁴ “centro/periferia” é de, respectivamente, 0,498 e 0,493. Não é uma correlação muito alta, mas mostra uma tendência considerável da rede a seguir uma dinâmica de tipo centro/periferia. Na figura

64 Ou seja, uma rede que, em sua matriz de adjacência, tem apenas “1” no bloco central e apenas “0” no bloco da periferia.

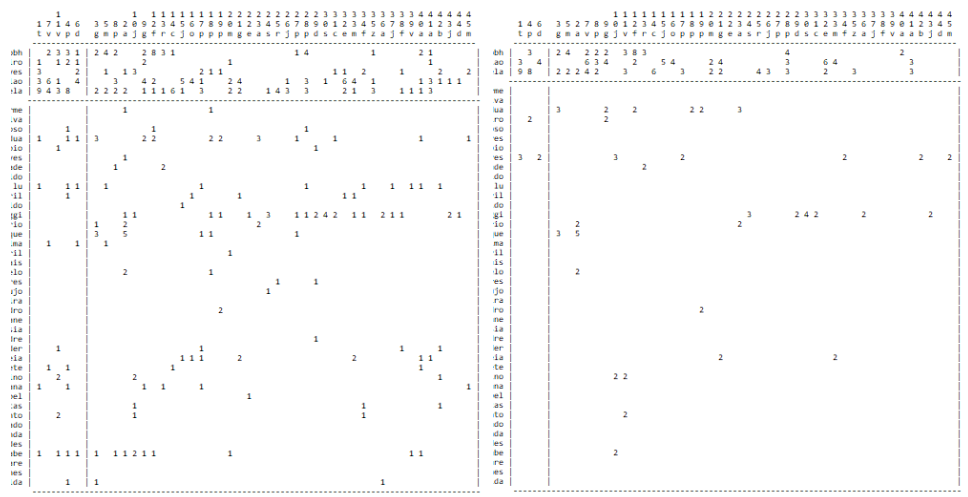
17, as correlações encontradas foram, respectivamente (da esquerda para a direita), de 0,563 e 0,578. Esses valores são um pouco mais elevados que os anteriores e fornecem indícios na mesma direção. No entanto, mudam os atores presentes no núcleo em cada uma das redes. Nas redes binarizadas o núcleo é formado pela elite do movimento – os atores 1, 2, 4, 6, 7, 11, 17 e 7 – e mais algumas lideranças da FAMOBH. Já nas redes “valoradas” o núcleo é formado somente pelos membros da elite que eram filiados à FAMOBH⁶⁵. Essas diferenças no resultado mostram uma tendência dos membros da FAMOBH que pertenciam à elite a puxarem o centro da rede para si. Mas antes de analisarmos mais este fato, vejamos como outras métricas de coesão captam as duas dinâmicas de coesão - dinâmicas de “centro/periferia” e dinâmicas de “facções em torno de organizações aglutinadoras” - vistas acima.

65 Com exceção do ator “11”.

Figura 16 – Modelo de Centro/Periferia: rede de controle social lateral “binarizada” (completa - à esquerda – e “sem laços fracos” - à direita).



Figura 17 – Modelo de Centro/Periferia: rede de controle social lateral “valorada” (completa - à esquerda – e “sem laços fracos” - à direita).



Podemos usar outras métricas para tentar reproduzir as dinâmicas de coesão do movimento e ver se tais dinâmicas iam mais na direção de uma estrutura “centro/periferia” ou de uma estrutura composta por várias “facções políticas”. Uma dessas métricas é análise dos “cliques” existentes na rede. Um clique constitui um conjunto de nodos em que todos estão ligados com todos. Mais especificamente, um clique “é um subconjunto de atores em que todo ator está adjacente a cada um dos outros

atores do subconjunto e é impossível adicionar qualquer outro ator ao clique sem violar esta condição” (BORGATTI, JOHNSON & EVERETT, 2013, p.195). Isso quer dizer que um clique é um subgrafo com densidade relacional máxima, já que todos têm laços com todos. Usualmente, considera-se clique apenas subgrafos com três ou mais nodos (NOOY, MRVAR & BATAGELJ, 2005).

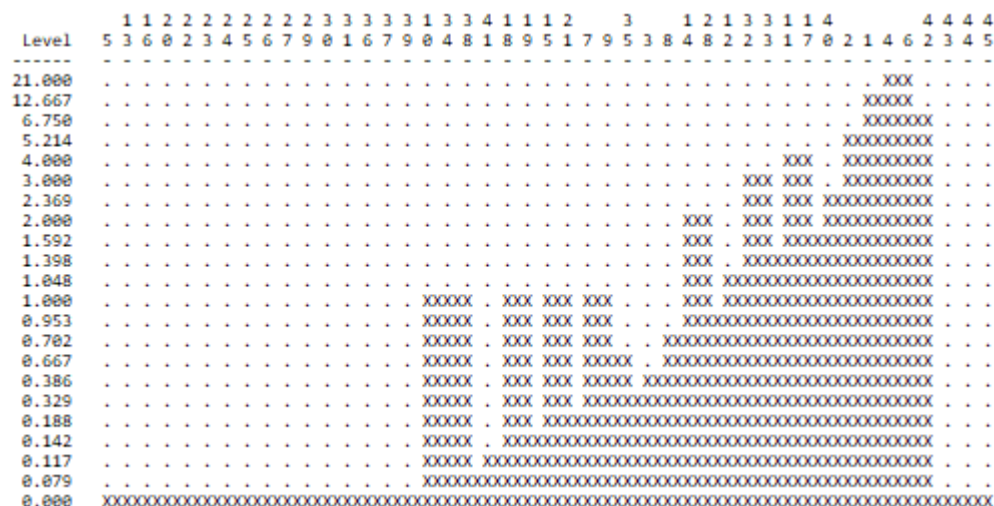
Usamos o programa Ucinet para avaliar a existência de cliques na rede de controle social lateral. Parte dos resultados se encontra resumida nas duas figuras abaixo. Elas mostram um diagrama de clusterização feito a partir da matriz de coparticipação dos atores ao longo dos cliques. Em uma análise de “cliques”, diferente da Análise de Facções, os atores podem estar presentes em mais de um “subgrupo”. Nos diagramas de clusterização abaixo, as colunas contêm os atores e as linhas contêm o número de cliques que os atores compartilhavam, ou seja, o número de cliques em que os atores estavam presentes conjuntamente. Consideremos as colunas (atores) como A e as linhas (número de cliques compartilhados) como N. Um “X” indica que o ator A (identificado na coluna relativa ao X) estava em N cliques com todo os outros atores que se encontram marcados naquela linha; exceto aqueles que estão além de um espaço⁶⁶. Já o “.” indica que o ator A não participava de N cliques com nenhum dos outros atores da rede. Cada pilha de “X” representa um conjunto de atores que coparticipava de vários cliques. O número de cliques em que eles se encontravam juntos varia: à medida que a pilha de “X” vai se afinando o número de atores diminui e aumenta a quantidade de cliques compartilhados.

Para a análise dos cliques usamos a rede de controle social; usamos essa rede tanto na sua versão completa, quanto na versão sem os laços fracos, quer dizer, sem os laços de valor 1. Nesse último caso, a rede representa uma estrutura relacional mais estável, já que todos os laços existentes foram citados por, pelo menos, dois entrevistados. A Figura 7 abaixo mostra o diagrama de clusterização da matriz de coparticipação dos atores ao longo dos cliques na rede de controle social lateral “sem os laços fracos”.

66 Percebam que, às vezes, há um espaço entre os “X”.

Ao rodar a análise de cliques - para a rede sem os laços fracos - no Ucinet, o valor mínimo escolhido para o tamanho dos cliques foi de 3 nodos. Com isso, foram encontrados 19 cliques. Quando olhamos a coparticipação dos atores nos cliques percebemos que atores de uma mesma organização aglutinadora tendiam a estar juntos em muitos cliques. A pilha de “X” mais alta, que vai do nodo 20 ao nodo 41, contém somente lideranças da FAMOBH. No topo dessa pilha estão os atores 1 e 6, que foram presidentes da entidade, e que coparticipam de 6 cliques. A pilha de “X” ao lado (direito), que vai do nodo 17 ao nodo 42, contém lideranças da UTP, com a exceção do ator 17, que tinha participado da fundação da UTP, mas não era formalmente tão ligado a ela quanto os demais membros. As duas primeiras pilhas à esquerda, que vai do nodo 2 ao nodo 23, contém as lideranças da CASA. Já as duas pilhas à direita desta última contém somente lideranças da FAMOBH, mas são lideranças que atuavam mais focadamente na Zona Leste da cidade. Enfim, o que se percebe com esses dados é que a maior quantidade de coparticipações em cliques acontecia entre lideranças de uma mesma organização aglutinadora. Lideranças de organizações diferentes tendiam, portanto, a coparticipar de um número menor de cliques. Isso reforça os resultados da Análise de Facções, que mostram a influência das organizações aglutinadoras sobre a dinâmica de coesão social da rede. Vejamos agora como se dava isso na rede de controle social “completa”, ou seja, na rede que inclui os laços fracos.

Figura 19 - Diagrama de clusterização da matriz de coparticipação dos atores ao longo dos cliques (rede de controle social lateral, com os laços fracos).



A Análise de Facções e a análise que identifica estruturas do tipo “centro/periferia” mostram resultados que vão, aparentemente, em direções contrárias. Entretanto, a análise dos cliques mostra que existia na rede de controle social lateral tanto uma tendência dos atores a estarem em muitos cliques com outros colegas da mesma organização quanto uma tendência dos atores da elite a estarem juntos em muitos cliques. Podemos afirmar, então, que as duas dinâmicas de coesão social – a dinâmica de “centro/periferia” e a dinâmica de “facções em torno de organizações aglutinadoras” - estavam presentes no movimento. Isso parece contraintuitivo, mas observando as figuras 16 e 17 podemos compreender melhor esse fenômeno. Nessas figuras percebemos que os membros da elite que pertenciam à FAMOBH – atores 1, 4 e 6 – sempre estão presentes nos núcleos encontrados. Como esses três atores tinham muitas ligações com outros membros da FAMOBH - e a densidade relacional era ligeiramente maior entre atores de uma mesma organização -, esta organização (ou parte dela) tendia a ocupar o centro da rede. Ao mesmo tempo, os outros membros da elite tinham muitas relações com os atores 1, 4 e 6 e com os demais membros da FAMOBH. Isso atraía eles para o centro da rede. O que dá como resultado um núcleo formado pela elite do movimento e cercado mais de perto por outras lideranças de menor centralidade da FAMOBH. Por outro lado, a periferia não era um “bloco de 0” perfeito, já que as lideranças de uma mesma

organização tendiam a tecer mais laços entre si do que com lideranças de outras organizações, formando o fenômeno das facções visto acima.

A figura 20 abaixo corrobora nossa explanação sobre as dinâmicas de coesão do movimento. Ela mostra os resultados de outra análise que também permite ver o quanto uma rede “real” se adéqua ao modelo centro/periferia. Mas o método usado nessa análise é diferente daquele usado para obter os resultados das figuras 16 e 17. Aqui usa-se o “modelo contínuo” - enquanto naquele usa-se o “modelo discreto”. Resumidamente, este modelo, em vez de alocar os nodos em duas ou mais classes/blocos, atribui a cada ator na rede um valor que varia de acordo com sua proximidade com o núcleo/centro da rede (BORGATTI & EVERETT,1999). Esse valor se chama “*coreness*” e está colocado em frente dos números dos atores na figura 20 abaixo. Observando essa figura, percebemos que as lideranças da FAMOBH que fazem parte da elite – atores 1, 4 e 6 - estão mais próximas do núcleo. As 12 lideranças abaixo delas são tanto membros da elite – atores 11, 17, 2 e (em um dos resultados) o ator 42 -, quanto outras lideranças da FAMOBH. Por essa análise, portanto, fica claro que a FAMOBH tende a ocupar o centro da rede, junto com os membros da elite.

Todo esse diagnóstico sobre as dinâmicas de coesão sofre, todavia, de um defeito: é o fato de que só podemos aplicar as métricas e análises usadas acima (análise de facções, análise de cliques e análise de estruturas “centro/periferia”) na rede de controle social lateral. Mesmo que os laços sociais presentes nessa rede de controle sejam indicadores da existência de outras formas de relação entre as lideranças, ainda assim não podemos afirmar com toda certeza que as dinâmicas de coesão aqui identificadas se repetiam em outros domínios de interação do movimento. Mas os resultados dessas métricas dão bons indícios de como as dinâmicas de coesão se davam em outros domínios relacionais. Além do mais, esses resultados podem nos ajudar a entender alguns aspectos do funcionamento do mecanismo de controle social lateral presente no movimento.

Figura 20 - *Coreness* (rede de controle social lateral “valorada”, à esquerda, e rede de controle social lateral “sem laços valorados”, à direita).

Multiplicative Coreness		Multiplicative Coreness	
	1 Corene		1 Corene
6	0.634	6	0.670
4	0.502	4	0.516
1	0.355	1	0.348
7	0.211	7	0.201
11	0.151	28	0.123
14	0.138	11	0.123
28	0.124	17	0.099
12	0.109	32	0.098
32	0.108	12	0.087
2	0.099	14	0.079
8	0.091	41	0.073
35	0.082	33	0.072
41	0.082	8	0.070
9	0.082	21	0.068
33	0.081	2	0.063
17	0.081	9	0.063
15	0.077	15	0.056
20	0.076	25	0.052
21	0.076	5	0.051
42	0.071	13	0.050
5	0.059	16	0.049
16	0.053	35	0.049
25	0.051	3	0.046
3	0.050	26	0.045
40	0.050	20	0.045
26	0.045	18	0.037
13	0.041	45	0.035
44	0.029	24	0.029
34	0.028	19	0.028
30	0.019	31	0.026
31	0.019	23	0.024
39	0.017	29	0.023
38	0.013	43	0.022
43	0.013	30	0.022
27	0.012	36	0.022
37	0.012	39	0.021
10	0.011	42	0.021
45	0.010	22	0.020
24	0.010	40	0.020
18	0.006	44	0.019
36	0.005	37	0.017
22	0.004	38	0.016
19	0.003	27	0.016
23	0.003	10	0.011
29	0.002	34	0.010

5.1 Os impactos das dinâmicas de poder e de coesão social sobre os processos de controle social lateral

Esta seção se dedica a entender os efeitos causais que as dinâmicas de poder e de coesão social tem sobre os processos de controle social lateral. A ideia aqui é ver o quanto o processo de formação de laços na rede de controle social lateral era influenciado pelas dinâmicas de poder e coesão social em outros domínios relacionais. Mas, para isso, obviamente, é importante sabermos como essas dinâmicas de poder e coesão se davam nesses outros domínios de interação. Os dados relacionais coletados nos permitem acessar com alguma confiança as dinâmicas de poder presentes em todos esses outros domínios. Mas o mesmo não acontece com as dinâmicas de coesão social, já que só temos dados completos para a rede de controle social lateral – o que nos impossibilita de entender com maior precisão como se dava a coesão social nos outros domínios de interação investigados (redes de status, confiança e colaboração). Dadas essas lacunas, vamos usar principalmente dos relatos das lideranças, combinados aos dados historiográficos e aos resultados das métricas de coesão aplicadas sobre a rede de controle social lateral, para pensar os efeitos que as dinâmicas de coesão em vários domínios de interação tinham sobre o processo de formação de laços na rede de controle social lateral do movimento.

A rede de controle social lateral ajuda a captar um mecanismo típico e/ou provável de controle do comportamento oportunista – *free rider* – em grupos pequenos e também em grupos que não são regidos por uma estrutura hierárquica única e centralizada, a exemplo dos movimentos sociais⁶⁹. Nesse sentido, o controle social lateral é uma das formas de resolver o já clássico “dilema da ação coletiva (ou, problema do carona) de primeira ordem” (OLSON, 1999): como evitar o comportamento oportunista e garantir a cooperação entre todos os atores de um grupo? No entanto, resolver esse dilema sob o ponto de vista do controle entre pares implica em garantir que alguém ficará responsável por impor as sanções sobre os possíveis atores desviantes. Essa não é uma tarefa fácil, dado que impor uma sanção pode gerar ressentimentos por parte dos

69 Como, no mais das vezes, os movimentos sociais são compostos de múltiplas organizações e não por uma única estrutura organizacional, o uso de incentivos seletivos (prêmios e punições) a partir de uma autoridade central não é possível. Por isso o “controle social lateral” é uma via mais provável de prevenção contra a ação dos caronas em contextos de movimentos sociais.

infratores; e pressão, por parte dos outros colegas do grupo, caso a punição não funcione (OSTROM, 1990; LAZEGA, 2001). Dessa forma, é mais vantajoso desfrutar dos benefícios do sistema de punições entre pares sem, entretanto, participar da execução do mesmo. Temos, então, um “dilema de ação coletiva (ou, problema do carona) de segunda ordem” (HECKATHORN, 1990; LAZEGA, 2001): como garantir um sistema de punições e de controle social que torne possível a ação coletiva, sabendo que participar da execução desse sistema é desvantajoso para todos os atores? Ou, em outras palavras, quais estratégias os atores de um movimento usam para abaixar os custos do exercício do controle ao ponto de tornar o sistema de controle social viável?

No caso do Movimento de Luta por Moradia, uma parte da resposta a esse último dilema parece estar naquele grupo de lideranças que possuía maior poder tanto na forma de “influência” quanto na forma de “dominação”. Essas lideranças também eram as mais centrais na rede de controle social lateral, ou seja, essas lideranças eram as mais indicadas para assumir a execução e o comando do regime de controle social lateral do movimento⁷⁰. A razão para isso pode estar no fato de que as diferenças nas hierarquias de poder poderiam abaixar os custos do exercício do controle. Por um lado, a resistência ao controle poderia ser reduzida tanto no caso do controlador possuir grande influência sobre o comportamento do ator desviante (o controlador pode ser admirado, ou ser tido como alguém de confiança, pelo desviante), quanto no caso do controlador regular recursos vitais para esse ator. Por outro, os atores com maior status e influência e com maior capacidade de regular o fluxo de recursos valiosos dentro do movimento teriam maiores chances de evitar e/ou contornar possíveis revanches por parte dos atores desviantes. Além disso, o fato dessas lideranças da elite se conhecerem e tecerem algumas relações entre si poderia facilitar a construção de ações conjuntas contra os desviantes.

Algumas das justificativas dadas pelos entrevistados para a indicação dos controladores revelam bem a influência que as diferenças nas hierarquias de poder

⁷⁰ É importante fazer a ressalva de que este regime capta uma forma bem inicial dos processos de controle social; as relações presentes na rede não indicam que os controladores impunham sanções pesadas sobre os atores desviantes, mas apenas indicam que eles eram os mais apropriados para aplicar formas mais “brandas” de correção do comportamento oportunista (aconselhamentos, “puxão de orelha”, etc.)

poderiam ter sobre o exercício do controle. Por exemplo, a liderança número 32 afirma o seguinte sobre o ator 17 [x] recomendado para controlar as lideranças 29 [y1] e 30 [y2]: “[y1] e [y2]? Eu acho que esse pessoal aqui construiu aquele conjunto que inclusive o Laender é o projetista, o Felicidade não é? Então, esse pessoal aqui era direção da AMABEL, que na época era coordenada pelo [x], então o [x] era a referência da gente né... o [x] chegava, chegava a AMABEL... as outras estrelas não brilhavam entendeu?! Mas eles são responsáveis pela construção desses dois conjuntos aí, eu não tinha convivência com eles, não sei assim... eu acho que [escolho] o [x] pra aconselhá-los”. Mesmo não conhecendo muito bem o contexto de militância dos atores 29 e 30, o entrevistado indica o ator 17 como controlador, já que ele sabe que este ator era uma liderança com muita influência/poder na organização ou bairro em questão.

Parte da resposta para o “problema do carona de segunda ordem” repousa, pois, nas diferenças de poder entre as lideranças. Podemos encontrar pistas para a outra parte da resposta nos resultados obtidos a partir da Análise de Facções e da análise dos “cliques”. Esses resultados deixam claro que os laços de controle tendiam, em parte, a acontecer entre atores de uma mesma organização aglutinadora. Quando uma liderança entrevistada indica que o controle sobre um ator desviante deve ser feito por outro ator que pertença à mesma organização do desviante, ela pode estar sinalizando que essa semelhança na afiliação organizacional reduz os custos e aumenta as chances de sucesso do controle. Vejamos as possíveis razões para isso. (1) Fazer o controle sobre alguém da mesma organização é menos custoso e mais eficiente porque sempre há a possibilidade de o controlador pedir ajuda para os atores próximos⁷¹ do desviante no caso deste se furtar da correção ou tentar alguma represália contra ele. E, em tese, o controlador tende a conhecer mais atores próximos ao desviante quando ambos pertencem à mesma organização. (2) Na mesma linha, ao indicar um controlador da mesma organização do desviante, o respondente pode estar confiante que, dada essa situação de pertencimento a um mesmo ambiente organizacional, exista uma maior proximidade relacional entre os dois. Essa proximidade pode ser, por exemplo, em termos de laços de confiança, de colaboração ou de reconhecimento. Em todos os três casos o controle se torna mais

71 A proximidade aqui significa a existência entre esses atores de outros laços sociais que não os laços de controle, por exemplo, laços de amizade ou de reconhecimento.

viável, já que todos implicam ou uma maior influência ou um maior domínio do controlador em relação ao desviante. Essa maior proximidade relacional também pode significar que o controlador indicado conheça bem o ator desviante e, portanto, saiba quais são as melhores estratégias para reduzir os custos e aumentar as chances de sucesso do exercício de controle. (3) Finalmente, temos uma possível explicação que não está diretamente ligada à proximidade relacional entre os atores, mas às influências do desenho organizacional pura e simplesmente. Trata-se da ideia de que, caso o controlador seja alguém com alto cargo na hierarquia da organização da qual o desviante faz parte, ele poderá privar este último de recursos organizacionais valiosos. Essa capacidade do controlador facilita as ações de controle sobre o desviante e fornece alguma segurança para o primeiro em caso de represálias por parte do último.

Duas das três razões colocadas acima nos levam a conjecturar que a outra parte da resposta para o “dilema do carona de segunda ordem” não reside simplesmente na homofilia no pertencimento organizacional, mas sim na proximidade relacional ou coesão (em vários domínios de interação) daqueles atores que pertenciam às mesmas organizações aglutinadoras, ou seja, na tendência à formação de subgrupos ou facções em que os membros realizavam trocas multiplexas e estavam próximos entre si como efeito do compartilhamento de um mesmo ambiente ou identidade organizacional⁷². A existência dessas facções facilitaria o exercício do controle porque o controlador sempre pode pedir ajuda aos demais membros da facção para auxiliar nessa tarefa. Além disso, essas facções aumentariam as chances de que controlador e controlado tivessem entre si outras formas de relação social (por exemplo, relações de amizade), fato que poderia levar o controlado a aceitar o (ou a exercer menos resistência ao) controle. Essa proximidade relacional também poderia significar que o controlador conhece bem o ator desviante, o que ajudaria na elaboração de melhores estratégias de controle. As justificativas a seguir, dadas pelos entrevistados, mostram como controladores e controlados, que pertenciam a uma mesma organização, também tendiam a estar ligados por meio de outros laços sociais: “[y], eu chamaria [x] duas vezes, porque ela é esposa dele”; “[y], seria o [x1], porque eles são do mesmo bairro, e [x2], por que eles são do mesmo

72 Aqui estamos basicamente propondo que o fato dos atores de uma mesma organização enviarem muitos laços de controle entre si deve-se ao fato de que eles também se encontram muito coesos em outros domínios de interação.

bairro”; “[y], seria o [x], porque eles são da mesma comunidade”; “[y], teria que ser um padre, esse padre aqui ó, padre [x], é o padre dela, o pároco dela”; “[y], o [y], marido dela? O [y] é marido dela, é o mesmo padre”. Em todos esses casos o controlador [x] era da mesma organização que o controlado [y] e em todos eles o controlador e o controlado tinham algum outro tipo de relação social que os aproximava, seja uma relação matrimonial, uma relação de vizinhança ou uma relação religiosa (entre pároco e fiel). Algumas dessas relações eram prévias à filiação na organização aglutinadora, outras eram posteriores à entrada na organização. De toda forma, a organização proporcionava um ambiente que, ou promovia uma maior aproximação entre os atores; ou atraía atores que já eram próximos relacionalmente, como é o caso dos atores que habitavam um mesmo bairro e já possuíam relações de vizinhança.

Essas facções ou subgrupos, colocados nesses termos, se aproximam daquilo que Lazega (2001) chama de “nichos sociais”⁷³. Mas não temos aqui dados suficientes para testar, de forma rigorosa, a ideia de que esses subgrupos existiam a um só tempo em vários domínios relacionais⁷⁴. Isso, entretanto, não nos impossibilita de propor que uma das soluções para o supracitado “dilema” era a proximidade relacional (ou coesão) das lideranças em vários domínios de troca - trocas multiplexas - provocada pela filiação a um mesmo ambiente organizacional. Os relatos colhidos nas entrevistas dão indícios de que as lideranças tendiam a concentrar boa parte de seus investimentos relacionais em outras lideranças da mesma organização a qual eram ligadas. Outro dado que sugere a existência de uma coesão multiplexa entre atores de uma mesma organização é o fato de que as organizações eram o contexto mais rotineiro de militância das lideranças. A militância em contextos inter (ou extra) organizacionais era menos comum. Essa atuação mais rotineira dentro do ambiente das organizações aglutinadoras forçava o desenvolvimento de uma quantidade maior e mais diversa de laços entre os atores.

73 Para Lazega (2001), os nichos não chegam a ser um grupo, eles são um “quasi-grupo”. Os nichos não são reconhecidos como um grupo pelos seus membros e “não têm necessariamente a legitimidade que poderia ser garantida a uma entidade independente por uma autoridade externa” (Lazega, 2001, p.26). Essas características não permitem que chamemos as organizações aglutinadoras de nichos sociais. Mas é bom lembrar que o contexto social que esta pesquisa investiga não é exatamente o de uma organização colegiada. Em um movimento social as dinâmicas de grupo e de pertencimento têm outro caráter.

74 Isto porque não temos dados completos para as três primeiras redes (redes de reconhecimento, confiança e colaboração).

Bem, à parte esse problema de falta de dados para testar de forma sistemática a ideia da existência de uma coesão multiplexa entre atores de uma mesma organização, o que podemos afirmar com certa razão é que a homofilia em termos do pertencimento organizacional era determinante para a emergência de laços de controle social, o que sugere sua importância para a resolução do “problema do carona de segunda ordem”. Dito isto, é fundamental destacar que o uso de análises mais refinadas, como os modelos p^* (ROBINS *et al.*, 2007), poderia garantir resultados mais assertivos acerca dos impactos da homofilia na afiliação organizacional – e das hierarquias de poder - sobre os mecanismos de controle social lateral.

Os parágrafos acima mostram, então, que os atores com maior poder na forma de influência e dominação eram os maiores encarregados de afastar o comportamento oportunista, ou seja, eles eram os “guardiões da ação coletiva” - aqueles que arcavam com os custos de manter e executar um regime de controle e de aplicação de sanções dentro do movimento (LAZEGA, 2001). Mas toda essa força e capacidade de influência poderia dar a eles a oportunidade para se absterem de cumprir as regras do grupo em proveito próprio, agindo, destarte, eles mesmos como caronas. Essa é uma possibilidade que colocaria em risco a tendência à “cooperação” existente dentro do movimento: se esse cenário se confirmasse, os guardiões poderiam perder a legitimidade perante os demais membros, enfraquecendo o sistema de controle social e as normas vigentes, o que, por sua vez, teria impactos tanto sobre a inclinação dos atores a cooperarem durante os eventos de ação coletiva quanto sobre a manutenção entre eles, no longo prazo, dos laços de confiança, reconhecimento e colaboração. Como, então, evitar esses riscos à “ordem social” - ver Elster (1989) - do movimento, ou seja, às dinâmicas de cooperação vigentes? As análises das redes mostram que a resposta está em um “mecanismo de autorregulação interna” que incidia também sobre a elite de lideranças e que pode ser resumido da seguinte forma: por um lado, os membros da elite - apesar de serem os maiores controladores do movimento - enviavam muitos laços de controle social entre si; e por outro, eram, digamos, “vigiados” por aqueles aos quais estavam encarregados de vigiar, ou seja, pela periferia da rede.

Os resultados da análise dos cliques (na rede de controle social “completa”), da Análise de Equivalência Estrutural e da análise para encontrar estruturas do tipo “centro/

periferia” provam isso. Esses resultados indicam uma forte tendência das lideranças mais poderosas a enviarem muitos laços de controle entre si. Essas lideranças coparticipavam de muitos cliques e formavam uma “posição estrutural” específica e bastante densa.

A ideia de uma elite cujos membros controlavam uns aos outros pode ser vista como uma implicação do argumento colocado acima de que as hierarquias de poder eram importantes para a emergência (ou a indicação) de laços de controle social. Segundo esse argumento, as hierarquias de poder ajudavam a abaixar os custos (e a aumentar as chances de sucesso) do controle social, de forma que lideranças mais poderosas seriam (e eram) as mais indicadas para controlar possíveis atores desviantes. Seguindo essa lógica, se os desviantes fossem justamente os atores mais poderosos, então os mais indicados para o exercício do controle só poderiam ser outros atores também poderosos.

Referências Bibliográficas:

AFONSO, MARIZA R. & AZEVEDO, SERGIO DE. Cidade, Poder Público e Movimento de Favelados. In: POMPERMAYER, MALORI J. *Movimentos Sociais em Minas Gerais: emergências e perspectivas*. Belo Horizonte: UFMG, 1987.

ALONSO, ÂNGELA. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

BEARMAN, PETER S. & EVERETT, KEVIN D. The Structure of Social Protest, 1961-1983. *Social Networks*, v. 15, p.171-200, 1993.

BEDÊ, MÔNICA MARIA CADAVAL. *Trajetória da Formulação e Implantação da Política Habitacional de Belo Horizonte na Gestão da Frente BH Popular, 1993 / 1996*. 2005. 332p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IGC/Universidade Federal de Belo Horizonte, Belo Horizonte-MG, 2005.

BENFORD, ROBERT D. & SNOW, DAVID. A. Framing Processes and Social Movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, Vol. 26, p. 611-639, 2000.

BLUMER, HERBERT. *The Methodological Position of Symbolic Interactionism*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1969.

BOIS, MARIA CLARA MACIEL SILVA. *Conselho Municipal de Belo Horizonte e o poder sobre a deliberação das diretrizes, planos e programas da Política Municipal de Habitação*. 2013. 206p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2013.

BORGATTI, STEPHEN P., JONES, CANDACE & EVERETT, MARTIN G. Networks Measures of Social Capital. *Connections*, v. 21 n. 2, 27-36, 1998.

BORGATTI, STEPHEN P., JOHNSON, JEFFREY C. & EVERETT, MARTIN G. *Analyzing Social Networks*. SAGE Publications, 2013.

- BORGATTI, STEPHEN P., EVERETT, MARTIN G. Models of Core/Periphery Structures. *Social Networks*, v. 21, p.375–395, 1999.
- BORGATTI, STEPHEN P., EVERETT, MARTIN G. & FREEMAN, L.C. Ucinet 6 for Windows: Software for Social Network Analysis. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.
- BURT, RONALD S. Reinforced Structural Holes. *Social Networks*, v. 43, p.149–161, 2015.
- BURT, RONALD S. *Structural Holes: The social structure of competition*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- BURT, RONALD S. *Brokerage & Closure: An Introduction to Social Capital*. Oxford University Press, 2005.
- CAMPOS, REBEKAH BRITO MONTENEGRO. *O Outro Loteador Popular: os loteamentos populares associativos sob a participação e liderança do Padre Piggi Bernareggi*. 2013. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2013.
- CAMPOS, ROGÉRIO CUNHA. *A Luta dos Trabalhadores pela Escola*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- CARDOSO, RUTH CORRÊA LEITE. A Trajetória dos Movimentos Sociais. In: DANIGNO, EVELINA. *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1994.
- CASSAB, LATIF ANTÔNIA & RUSCHEINSKY, ALOÍSIO. Indivíduos e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. *Biblos*, Rio Grande, v. 16, 7-24, 2004.
- COLEMAN, JAMES S.. Social Capital in the Creation of Human Capital. *The American Journal of Sociology*, Vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, p. 95-120, 1988.

- COLLINS, RANDALL. *Quatro Tradições Sociológicas*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2009.
- CONTI, ALFIO. A Política de Intervenção nos Assentamentos Ilegais em Belo Horizonte nas Décadas de 1980 e 1990 e o "Plano Global Específico". *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte, v. 11, n.12, p. 189-216, 2004.
- CURTIS, R. L. & ZURCHER, L. A. JR.. Stable resources of protest movements: The multi-organizational field. *Social Forces*, v. 52, 53-61, 1973.
- DELLA PORTA, DONATELLA E DIANI, MARIO. *Social Movements: an introduction*. Blackwell Publishing, 2008.
- DIANI, MARIO & BISON, IVANO. Organizações, Coalizões e Movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.3, pp. 219-250, janeiro-julho de 2010.
- DIANI, MARIO. *Green Networks: a structural analysis of the italian environmental movement*. Edinburgh University Press. Edinburgh: 1995.
- DIANI, MARIO. Network Analysis. In: BERT KLANDERMANS & SUZANNE STAGGENBORG (org.). *Methods of Social Movement Reserach*. University of Minnesota Press. Minneapolis: 2002.
- DIANI, MARIO. Networks and Participation. In: SNOW, DAVID A., SOULE, SARAH A. & KRIESI, HANSPETER. *The Blackwell Companion To Social Movements*. Blackwell Publishing, 2009.
- DIANI, MARIO. Networks and Social Movements: a research program. In: MARIO DIANI & DOUG MCADAM. *Social Movement Analysis: the network perspectives*. Oxford University Press: 2003.
- DIANI, MARIO. 'Leaders' or Brokers? Positions and Influence in Social Movement Networks. In: MARIO DIANI & DOUG MCADAM. *Social Movement Analysis: the network perspectives*. Oxford University Press: 2003.
- DIANI, MARIO. The Concept of Social Movement. *The Sociological Review*, v.40, n.1, p.1-25, 1992.
- DOIMO, ANA MARIA. *A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro-RJ: Relume Dumará: ANPOCS, 1995.
- ELSTER, JON. *The Cement of Society: a study of social order*. Cambridge: Press

Syndicate of The University of Cambridge, 1989.

EMIRBAYER, MUSTAFA. Manifesto for a Relational Sociology. *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 2, pp. 281-317, set. 1997.

EMIRBAYER, MUSTAFA & GOODWIN, JEFF. Symbols, Positions, Objects: Toward a New Theory of Revolutions and Collective Action. *History and Theory*, v. 35, n. 3., p. 358-374, Outubro 1996.

EMIRBAYER, MUSTAFA & GOODWIN, JEFF. Network Analysis, Culture, and the Problem of Agency. *American Journal of Sociology*, v. 99, Issue 6, p. 1411-1454, Maio 1994.

FERNANDES, EDÉSIO & PEREIRA, HELENA DOLABELA. Legalização das favelas: qual é o problema de Belo Horizonte? *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 34, jan./jun. 2010.

FERREIRA, MARIETA DE MORAIS. História Oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, MARIETA DE MORAIS (Coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FILHO, JOÃO BOSCO MOURA TONUCCI, ÁVILA, JORGE LUÍS TEIXEIRA. Urbanização da pobreza e regularização de favelas em Belo Horizonte. In: XIII SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 2008. Anais Eletrônicos...Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A117.pdf. Acesso em: 23 de Jan. 2016 .

FREEMAN, L.C.. A set of measures of centrality based on betweenness. *Sociometry*, 40, p.35-40, 1977.

FREITAS, LUIS FERNANDO VASCONSELOS. *Do Pró-Favela à Izidora: a luta pelo direito à moradia em Belo Horizonte*. 2015. 245p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2015.

FUHSE, JAN. The Meaning Structure of Social Networks. *Sociological Theory*, 27:1,

Março 2009.

GOHN, MARIA DA GLÓRIA. *Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOHN, MARIA DA GLÓRIA. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOHN, MARIA DA GLÓRIA. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GOODWIN, JEFF & JASPER, JAMES. Caught in a winding, Snarling Wine: the structural bias of political process theory. *Sociological Forum*, v.14, n.1, 1999.

GOULD, ROGER V. Multiple Networks and Mobilization in the Paris Commune, 1871. *American Sociological Review*, v. 56, p. 716-729, 1991.

GOULD, ROGER & FERNANDEZ, ROBERTO M.. Structures of Mediation: a formal approach to brokerage in transactions networks. *Sociological Methodology*, v. 19, p. 89-126, 1989.

GRANOVETTER, MARK. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, v.38, p. 1360-1380, 1973.

GRANOVETTER, MARK. Economic Action, Social Structure and embeddedness. *American Journal of Sociology*, v.91, p. 481-510, 1985.

HANNEMAN, ROBERT A.; RIDDLE, MARK. Introduction to Social Network Methods. Department of Sociology, University of California and University of Northern of Colorado. Disponível em : www.faculty.ucr.edu/~hannemann/nettext . Acesso em: Fev. 2016.

HECKATHORN, DOUGLAS D.. Collective Sanctions and Collective Compliance Norms: a formal theory of group-mediated social control. *American Sociological Review*, v. 55, p. 366-384, june 1990.

JASPER, JAMES M. Social Movement Theory Today: Toward a Theory of Action? *Sociology Compass*, v. 4, n. 11, p. 965–976, 2010.

- JENKINS, J. CRAIG; FORM, WILLIAM. Social Movements and Social Change In: HICKS, ALEXANDER M. et al. *Handbook of Political Sociology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- KNOKE, DAVID. *Political Networks: the structural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- KRACKHARDT, DAVID. Cognitive Social Structures. *Social Networks*, v. 9, p. 109-34, 1997.
- KRINSKY, JOHN & MISCHÉ, ANN. Formations and Formalisms: Charles Tilly and the Paradox of the Actor. *Annual Review of Sociology*, V. 39, p. 1-26, 2013.
- LAZEGA, EMMANUEL & HIGGINS, SILVIO, S. *Redes Sociais e Estruturas Relacionais*. Belo Horizonte/MG: Fino Traço, 2014.
- LAZEGA, EMMANUEL. Body Captors and Network Profiles: A Neo-structural Note on Digitalized Social Control and Morphogenesis. In: ARCHER, MARGARET S. *Generative Mechanisms Transforming the Social Order*. Switzerland: Springer, 2015.
- LAZEGA, EMMANUEL. Cooperation among Competitors: its social mechanisms trough network analysis. *Sociologica*, p. 1-35, Janeiro 2009.
- LAZEGA, EMMANUEL. Network Analysis and Morphogenesis: A Neo-Structural Exploration and Illustration. In: ARCHER, MARGARET S. *Social Morphogenesis*. Switzerland: Springer, 2013.
- LAZEGA, EMMANUEL. *The Collegial Phenomenon: the social mechanisms of cooperation among peers in a corporate law partnership*. Oxford: University Press. 2001.
- LOWY, MICHAEL. *A Guerra dos Deuses*. Petrópolis-RJ: Editora Voses, 2000.
- MCADAM, D. TARROW, S. & TILLY, CHARLES. Comparative Perspectives in Contentious Politics. In: MARK LICHBACH AND ALAN ZUCKERMAN (eds.). *Comparative Politics: Rationality, Culture, and Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, about 2007.

- MCCARTHY, JOHN D. & ZALD, MAYER N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, Maio 1977.
- MELUCCI, ALBERTO. *Challenging Codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MISCHE, ANN. *Partisan Publics: communication and contention across brazilian youth activist network*. Princeton University Press, 2008.
- MISCHE, ANN & PATTISON, PHILIPA. Composing a Civic Arena: publics, projects, and social settings. *Poetics*, v. 27, 163-194, 2000.
- MISCHE, ANN. Relational Sociology, Culture, and Agency. In: SCOTT, JOHN & CARRINGTON, PETER. *Sage Handbook of Social Network Analysis*. Sage 2011.
- MORRIS, ALDON & HERRING, CEDRIC. Theory and Research in Social Movements: a critical review. *Annual Review of Political Science*, 1987.
- MUNCH, RICHARD. Talcott Parsons and the theory of action: I – the structure of kantian core. *American Journal of Sociology*, v. 86, n. 4, p. 709-739, Jan 1981.
- NAVARRO, RENATO GODINHO & GODINHO, MARIA HELENA DE LACERDA. Movimentos Sociais (Populares) e Órgão Gestor na Definição e Implementação da Política Habitacional em Belo Horizonte – década de 1990. *Cadernos Metrópole*, n. 7, p. 59-74, 1º sem. 2002.
- NOOY, WOUTER DE; MRVAR, ANDREJ & BATAGELJ, VLADIMIR. *Exploratory Networks Analysis with Pajek*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- OLIVEIRA, SAMUEL S. R. Política Urbana e Movimento de Favelas em Belo Horizonte (1947-1964). *Saeculum-Revista de História*, v. 24, João Pessoa, Jan./Jun. 2011.
- OLIVEIRA, SAMUEL SILVA RODRIGUES DE. “Trabalhadores Favelados”: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. 2014. 332p. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

- OLIVEIRA, SAMUEL SILVA RODRIGUES DE. Movimento de Favelas de Belo Horizonte e os Católicos Conservadores. *Revista de História Regional*, v. 16, n. 2, 672-694, Inverno, 2011.
- OLIVEIRA, SAMUEL SILVA RODRIGUES DE. Movimento dos “trabalhadores favelados” e o Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960. *Mosaico*, v. 5, p. 1-21, 2014.
- OLIVEIRA, SAMUEL SILVA RODRIGUES DE. O movimento de favelas de Belo Horizonte e o Departamento de Habitações e Bairros Populares (1956-1964). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 7, p. 100-120, janeiro/junho 2012.
- OLIVEIRA, SAMUEL SILVA RODRIGUES DE. O movimento de favelas de Belo Horizonte e as representações do passado (1960-1980). *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, v. I, n. 1, março 2009.
- OLSON, MANCUR. *A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Edusp, 1999.
- PADGETT, JOHN F. & ANSELL, CHRISTOPHER K. Robust Action and the Rise of the Medici, 1400-1434. *American Journal of Sociology*, v. 98, n. 6, p. 1259-1319, Maio 1993.
- PINTO, MARIA LUIZA COSTA & NETO, PEDRO VERÍSSIMO DA ROCHA. A Cidade, as Favelas e a Urbel - I. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=17484&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=50494&chPlc=50494> . Acesso em: 11 de jan. 2016.
- PINTO, MARIA LUIZA COSTA & NETO, PEDRO VERÍSSIMO DA ROCHA. A Cidade, as Favelas e a Urbel - II. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=17484&lang=pt>>

_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=50527&chPlc=50527> .Acesso em: 11 de jan. 2016.

PINTO, MARIA LUIZA COSTA & NETO, PEDRO VERÍSSIMO DA ROCHA. A Cidade, as Favelas e a Urbel - III. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=17484&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=50532&chPlc=50532 .Acesso em: 11 de jan. 2016.

RAMOS, DAVIDSON AFONSO DE. *Sociedade civil, burocracia estatal e iniciativa privada [manuscrito]: estudo do Programa Minha Casa, Minha Vida*. 2013. 332p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2013.

ROBINS, GARRY.; PATTISON, PIP.; KALISH, YUVAL.; LUSHER, DEAN. An introduction to exponential random graph (p^*) models for social networks. *Social Networks*, n. 29, p.173–191, 2007.

SANTIAGO, CARLA FERRETTI. O Problema da Habitação Popular em Belo Horizonte: 1894-1960. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.9, n.12, p.53-67, 2ºsem. 2007.

SANTOS, CYNTHIA DE SOUZA. *A Política Habitacional para a População de Baixa Renda em Belo Horizonte a partir de 1990*. 2006. 331p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHERER-WARREN, ILSE. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. *Soc. Estado*, v. 21, n. 1, Brasília, Jan/Apr, 2006.

SCHERER-WARREN, ILSE. Redes de Movimentos Sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? *Cad. CRH*, v.21, .54, set/nov, 2008.

SOMARRIBA, MERCÊ. Movimento Reivindicatório Urbano e Política em Belo Horizonte. In: DULCI, OTAVIO S. & NEVES, MAGDA DE A. *Belo Horizonte: Poder, Política e Movimentos Sociais*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996.

- TARROW, SIDNEY. *O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.
- TARROW, SIDNEY. *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge University Press: 2011.
- TAVOLARO, SÉRGIO B. F. Variações no Interior de um Discurso Hegemônico? sobre a tensão entre "ação-estrutura" na sociologia contemporânea. *Teoria & Pesquisa*, v. XV, n. 1, jan/jun 2007.
- THOMPSON, PAUL. História Oral e Contemporaneidade. *História Oral*, v. 5, p. 9-28, 2002.
- THOMPSON, PAUL. *The Voice of the Past: oral history*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- TILLY, CHARLES. *Contentious Performances*. Cambridge University Press: 2008.
- TILLY, CHARLES. Micro, Macro, or Megrim. In Tilly, Charles. *Stories, Identities, and political change*. Rowman & Littlefield Publishers Group Inc., 2002.
- TILLY, CHARLES. Observations of Social Processes and Their Formal Representations. *Sociological Theory*, v. 22, n. 4, Dezembro 2004.
- TONUCCI FILHO, JOÃO BOSCO MOURA. *Dois Momentos do Planejamento Urbano em Belo Horizonte: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH*. 2012. 236p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- URBEL. Cabana do Pai Tomás. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.doevento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8173&lang=pt_BR&pg=5580& taxp=0&idConteudo=31222&chPlc=31222 . Acesso em: 11 de Jan. 2016.
- URBEL. Conjunto Felicidade. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?>

[evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8173&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=31222&chPlc=31222](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8173&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=31222&chPlc=31222) . Acesso em: 11 de Jan. 2016.

URBEL. Conjunto Mariquinhas. Disponível em:
http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8173&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=31222&chPlc=31222 . Acesso em: 11 de Jan. 2016.

URBEL. Conjunto Taquaril. Disponível em:
http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8173&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=31222&chPlc=31222 . Acesso em: 11 de Jan. 2016.

URBEL. De Extração de Minérios à Urbanização de Favelas. Disponível em:
http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=17484&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=31222&chPlc=31222 . Acesso em 11 de Jan. 2016.

URBEL. Galeria de Presidentes: José Carlos Laender de Castro. Disponível em:
http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=25741&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=51404&chPlc=51404 . Acesso em: 28 de Jan. 2016.

URBEL. Jardim Felicidade. Disponível em:
http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8173&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=31222&chPlc=31222 . Acesso em: 11 de Jan. 2016.

URBEL. Mariano de Abreu. Disponível em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8173&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=31222&chPlc=31222> . Acesso em: 11 de Jan. 2016.

URBEL. Vila Alto Vera Cruz. Disponível em:
<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8173&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=31222&chPlc=31222> . Acesso em: 11 de Jan. 2016.

WASSERMAN, STANLEY & FAUST, KATHERINE. *Social Network Analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WHITE, HARRISON C., BOORMAN, SCOTT A. & BREIGER, RONALD L.. Social Structure from Multiple Networks. I. Blockmodels of Roles and Positions. *American Journal of Sociology*, v. 81, n. 4, p. 730-780, Jan 1976.

